



# Universidade, sociedade e território no Brasil: Um estudo de caso na Bahia

Marialda da Silva Brito

**ADVERTIMENT.** La consulta d'aquesta tesi queda condicionada a l'acceptació de les següents condicions d'ús: La difusió d'aquesta tesi per mitjà del servei TDX ([www.tdx.cat](http://www.tdx.cat)) i a través del Dipòsit Digital de la UB ([diposit.ub.edu](http://diposit.ub.edu)) ha estat autoritzada pels titulars dels drets de propietat intel·lectual únicament per a usos privats emmarcats en activitats d'investigació i docència. No s'autoritza la seva reproducció amb finalitats de lucre ni la seva difusió i posada a disposició des d'un lloc aliè al servei TDX ni al Dipòsit Digital de la UB. No s'autoritza la presentació del seu contingut en una finestra o marc aliè a TDX o al Dipòsit Digital de la UB (framing). Aquesta reserva de drets afecta tant al resum de presentació de la tesi com als seus continguts. En la utilització o cita de parts de la tesi és obligat indicar el nom de la persona autora.

**ADVERTENCIA.** La consulta de esta tesis queda condicionada a la aceptación de las siguientes condiciones de uso: La difusión de esta tesis por medio del servicio TDR ([www.tdx.cat](http://www.tdx.cat)) y a través del Repositorio Digital de la UB ([diposit.ub.edu](http://diposit.ub.edu)) ha sido autorizada por los titulares de los derechos de propiedad intelectual únicamente para usos privados enmarcados en actividades de investigación y docencia. No se autoriza su reproducción con finalidades de lucro ni su difusión y puesta a disposición desde un sitio ajeno al servicio TDR o al Repositorio Digital de la UB. No se autoriza la presentación de su contenido en una ventana o marco ajeno a TDR o al Repositorio Digital de la UB (framing). Esta reserva de derechos afecta tanto al resumen de presentación de la tesis como a sus contenidos. En la utilización o cita de partes de la tesis es obligado indicar el nombre de la persona autora.

**WARNING.** On having consulted this thesis you're accepting the following use conditions: Spreading this thesis by the TDX ([www.tdx.cat](http://www.tdx.cat)) service and by the UB Digital Repository ([diposit.ub.edu](http://diposit.ub.edu)) has been authorized by the titular of the intellectual property rights only for private uses placed in investigation and teaching activities. Reproduction with lucrative aims is not authorized nor its spreading and availability from a site foreign to the TDX service or to the UB Digital Repository. Introducing its content in a window or frame foreign to the TDX service or to the UB Digital Repository is not authorized (framing). Those rights affect to the presentation summary of the thesis as well as to its contents. In the using or citation of parts of the thesis it's obliged to indicate the name of the author.

**Universidade de Barcelona**  
**Facultad de Geografía e História**  
**Departamento de Geografía Física y Análisis Geográfico Regional**  
**Programa de Doctorado en Geografía, Planificación Territorial y**  
**Gestión Ambiental**

**UNIVERSIDADE, SOCIEDADE E TERRITÓRIO NO**  
**BRASIL:**  
**UM ESTUDO DE CASO NA BAHIA**

**Marialda da Silva Brito**

**Tese apresentada ao Programa de Doctorado en Geografía, Planificación Territorial y Gestión Ambiental, Facultadde de Geografía y História da Universidade de Barcelona, como requisito para obtenção do grau de Doutor.**  
**Diretora da Tese: M. Belén Gómez Martín**

**Barcelona**  
**2013**

## CAPÍTULO 5. História da Universidade Brasileira

O Brasil apresenta características históricas bem particulares que influenciaram na formação da estrutura do ensino superior no país até os dias atuais. Dentre elas, destacam-se: o ensino superior tardio; a sua implantação, que se deu a partir de grandes escolas profissionais e, o fato do ensino superior no Brasil ter origem pública como iniciativa do Estado.

Assim, apresentamos aqui a formação dessa estrutura, recuando até o período colonial, passando pelas várias reformas universitárias nos períodos subsequentes que foram determinantes para a construção das normas e da legislação em torno do ensino superior na atualidade.

### 5.1 O ensino superior no período colonial (1500-1822)

O período colonial brasileiro corresponde à fase em que Portugal manteve sob o seu domínio as terras do Brasil. A colonização no Brasil só começa de fato pouco mais de trinta anos após o seu descobrimento, em 1531, com a expedição de Martim Afonso de Souza<sup>1</sup>, e vai até a proclamação da independência por Dom Pedro I<sup>2</sup> em 7 de setembro de 1822.

Pioneiros da conquista dos trópicos para a civilização, os portugueses tiveram nessa façanha sua maior missão histórica, já que nenhum outro povo do Velho Mundo achava-se tão bem armado a ponto de manter uma exploração regular e intensa a terras tão distantes e inóspitas para muitos europeus, como as terras do Brasil.

Como é possível verificar através da historiografia, os trinta e um anos de pré-colonização brasileira, comprovam o fato de que a exploração dos trópicos não se deu de forma organizada e racional, fez-se antes com certo desleixo e abandono conforme explicita Holanda (1936, p.1):

---

<sup>1</sup> Nobre e militar Português. Em 1531, foi nomeado pelo Rei de Portugal comandante da Armada enviada ao Brasil, com o objetivo de combater o tráfico marítimo realizado pelos franceses no litoral brasileiro, adentrar nas terras em direção ao Rio da Prata à procura de pedras preciosas e construir povoamento no litoral. Foi Governador da Índia e do Brasil, fundador de São Vicente, primeira vila da América portuguesa, no litoral paulista. Responsável por iniciar a plantação de cana-de-açúcar no Brasil, instalou o primeiro engenho, conhecido como o “Engenho do Governador”. Era estudioso em Matemática, Cosmografia e Navegação.

<sup>2</sup> Primeiro imperador do Brasil e 27º Rei de Portugal, 4º filho do monarca D. João VI e da Rainha Carlota Joaquina de Bourbon. Viveu em Portugal até os 9 anos, quando teve que vir juntamente com a família real para o Brasil por ocasião da invasão dos franceses a Portugal, em 1807. Foi o principal responsável pela independência do Brasil em 1822.

Dir-se-ia mesmo que se fez apesar de seus autores. E o reconhecimento desse fato não constitui menoscabo à grandeza do esforço português. Se o julgarmos conforme os critérios morais e políticos hoje dominantes, nele encontraremos muitas e sérias falhas. Nenhuma, porém, que leve com justiça à opinião extravagante defendida por um número não pequeno de detratores da ação dos portugueses no Brasil, muitos dos quais optariam, de bom grado, e confessadamente, pelo triunfo da experiência de colonização holandesa, convictos de que nos teria levado a melhores e mais gloriosos rumos.

O que os portugueses vieram buscar no Novo Mundo, foi sem dúvida a riqueza, a mesma a que já estavam acostumados a alcançar na Índia com as especiarias e metais preciosos, mas riqueza fácil, onde não teriam que empregar grande trabalho, objetivo não muito diferente da Espanha, Holanda, França e também da Inglaterra.

Procuraram recriar aqui o meio de sua origem, transferindo hábitos de uma vida diária, idéias, formas de organização social e política e também formas de educação, com isso tiveram influência decisiva em nossa vida nacional.

Portanto, seja na economia, na vida política, na cultura ou educação, Portugal criou padrões que influenciam até hoje a sociedade brasileira. Estabeleceu como base no período colonial a grande propriedade de terras e a mão de obra escrava, o que contribuiu para o desenvolvimento de uma sociedade altamente patriarcal, onde os donos da terra exerciam um poder sem limites, apoiado pela cultura medieval européia difundida pelos jesuítas<sup>3</sup> como afirma Ribeiro (1993, p.2):

a organização social da colônia e o conteúdo cultural se relacionavam harmonicamente. Uma sociedade latifundiária, escravocrata e aristocrática, sustentada por uma economia agrícola e rudimentar, não necessitava de pessoas letradas e nem de muitos para governar, mas sim de uma massa iletrada e submissa. Neste contexto, só mesmo uma educação humanística voltada para o espiritual poderia ser inserida, ou seja, uma cultura que acreditavam ser neutra.

Neste contexto, explicitamente, o principal objetivo da Companhia de Jesus<sup>4</sup> no Brasil era o de catequizar, ou seja, recrutar fiéis e servidores a fé católica, assegurando assim a conversão dos indígenas e a sua passividade em relação aos senhores brancos, e segundo consta em Neto e Maciel (2008, p.173):

(...) pode-se supor que os jesuítas possuíam um projeto educacional para o Brasil, que, apesar de estar subordinado ao Projeto Português, tinha determinada autonomia; teve papel fundamental e acabou contribuindo para que o Governo português atingisse seus objetivos no processo de colonização e povoamento da colônia brasileira.

---

<sup>3 e 4</sup> Padres da Igreja Católica que faziam parte da Companhia de Jesus, ordem religiosa, em latim: *Societas Iesu*, fundada em 1534 por Inácio de Loyola. A Companhia de Jesus foi fundada logo após a Reforma Protestante (século XVI), como uma forma de barrar o avanço do protestantismo no mundo. Foi, portanto, criada no contexto da Contra-Reforma Católica. Os primeiros jesuítas chegaram ao Brasil no ano de 1549, com a expedição de Tomé de Souza.

Para tanto, inicialmente, a educação básica foi direcionada para a formação dos curumins<sup>5</sup>, mais tarde estendendo-se aos filhos dos colonos. A formação média era totalmente voltada para as classes dominantes, salvo as mulheres e primogênitos, já que os últimos eram os responsáveis em cuidar dos negócios da família. O ensino superior na colônia era restrito apenas para os filhos dos aristocratas que tivessem interesse em ingressar na classe sacerdotal.

Para os demais, aqueles que seriam os futuros letrados no país, a alternativa era partir para a Europa, onde iam estudar na Universidade de Coimbra, já que segundo Fausto (1996), as universidades eram proibidas na área colonial da América portuguesa, o que dificultava inclusive a circulação do conhecimento, objetivo da coroa de Portugal, que tinha receio que novas idéias pudessem conduzir ao desejo de independência na colônia, principalmente no século XVIII, com a influência do iluminismo e da Revolução Francesa em todo o mundo.

Além de motivos políticos, outras razões de ordem econômicas e estruturais no início da colonização brasileira levaram a proibição das universidades. Com os poucos livros que circulavam no Brasil, a impressão e venda desses artigos importados da Europa, incluindo aqueles intermediados da França e Inglaterra, transformou-se em um grande negócio, gerando imensos lucros para a Coroa portuguesa, como comprova a afirmação de Dutra (2012, p.10):

Os livros, todos importados, sofriam taxaçaõ elevada e, igualmente, um controle político e ideológico que, para ser burlado, também gerava dividendos aos funcionários da Coroa.

Assim, o ensino superior tornou-se também uma importante fonte de renda direta para Portugal, já que, com o enriquecimento dos senhores de Engenho, e para aqueles que não desejavam a formação religiosa e ingresso na classe sacerdotal no Brasil, eram enviados para a metrópole, para estudarem direito, medicina, filosofia, e para os interessados ainda, teologia, quatro únicos cursos oferecidos na época. As famílias arcavam com imensas somas para custear os estudos de seus filhos no reino.

---

<sup>5</sup> Palavra de origem tupi utilizada para designar as crianças indígenas. A mensagem catequética jesuítica era, em geral, dirigida a todos, adultos e crianças. No entanto, os jesuítas pensaram inicialmente que uma forma particularmente interessante de educar, de transformar os povos indígenas com os quais eles tinham contato, era desenvolver uma ação voltada especificamente para as crianças indígenas. Acreditavam que, agindo assim, estariam garantindo, no futuro, adultos cristãos e católicos fiéis ao rei de Portugal e ao papa. Mas pensavam também, desde o início, que se convertessem e educassem as crianças, elas poderiam atuar como um poderoso aliado na educação dos próprios pais.

Ainda segundo Ramos (2011) à falta de recursos docentes para enviar a colônia era um grande problema, já que em Portugal, havia apenas uma única Universidade de prestígio, que era Coimbra, os outros poucos centros de ensino Superior tais como a Universidade de Évora e Lisboa, ainda não eram suficientes para enviar professores para as colônias, sem desfalcar a metrópole.

Apesar das Universidades estarem proibidas no Brasil, e permanecerem assim até o início da República, os jesuítas foram os responsáveis pelas primeiras escolas na colônia, criando segundo Barreto e Filgueiras (2007) uma larga tradição de ensino superior, e foi sobre esta tradição que se constituíram as primeiras universidades no país. As universidades brasileiras foram, portanto, precedidas por escolas profissionais, algumas bastante antigas, além de academias militares e outras escolas de ensino superior e sociedades de tipo variado.

Ao todo, no Brasil colônia, foi criado pelos religiosos, dezessete colégios distribuídos pelo litoral, de Santa Catarina ao Ceará. Fundados pelo padre jesuíta Manoel da Nóbrega, nas denominadas “missões”, é possível identificar através de registros a criação de pelo menos cinco escolas de instrução elementar em Porto Seguro, Ilhéus, Espírito Santo, São Vicente e em São Paulo de Piratininga, além de três colégios, distribuídos no Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia. Em 1554, o religioso fundou ainda mais um colégio em São Paulo de Piratininga, outro no Espírito Santo e mais um em Porto Seguro.

Período em que quase toda a população era composta por analfabetos, a educação jesuítica apresentava forte influência da Bíblia Sagrada, com conteúdo de extrema dominação da Metrópole, em que predominava a cultura dos colonizadores em detrimento das culturas locais. “Mesmo em terras distantes, os portugueses se faziam presentes, procuravam estabelecer sua forma de vida de maneira impositiva por meio das letras e da religião” (FRANÇA, 2008). Mas vale observar que Ribeiro (1993, p.2) faz a seguinte colocação sobre este fato:

(...)este tipo de educação em muito se adequava ao momento e sobreviveu todo o período colonial, imperial e parte do republicano, sem sofrer modificações estruturais em suas bases. Tanta foi a influência jesuítica, que, no período colonial media-se a posição social do indivíduo pela quantidade de terras, número de escravos e títulos que o indivíduo recebera dos colégios católicos. Concluimos, então, que este tipo de educação sobreviveu e permaneceu, porque reforçava o sistema sócio-político e econômico da época.

Eram professores das escolas jesuítas, religiosos que haviam passado por cursos de formação superior. Para suprir a demanda desses profissionais, a coroa portuguesa

autorizou a ordem, fundar centros de ensino superior e faculdades na colônia brasileira, embora as universidades continuassem ainda proibidas.

Ao contrário do que possamos imaginar, mesmo na grande maioria dos países europeus da época não havia um sistema escolar modelo, Mattos (1958) em Neto e Maciel (2008, p.175) chamam atenção para o seguinte fato:

O sistema escolar português de 1549 era ainda diminuto e embrionário, nem por isso diríamos que Portugal estava nesse ponto em grande atraso em relação à maior parte dos países da Europa. A situação era mais ou menos a mesma na Espanha, no sul da Itália, na Bélgica, Holanda, Inglaterra, Irlanda, Países Escandinavos, Polônia, Rússia e nos Balcãs. O ideal democrático de uma rede escolar para toda a massa da população ainda não começara a materializar-se, previsto apenas vagamente pelos devaneios utópicos de Thomas Morus e Campanella. Quanto aos planos e tentativas de organização de um sistema escolar extensivo a toda a população, abrangendo todos os graus de instrução como o entendemos modernamente, apenas começavam a surgir por essa época as primeiras idéias com Lutero e Sturm na Alemanha (1536), Calvino em Genebra (1538), Santo Inácio de Loyola (1540) e o Concílio de Trento (1545), em função da tremenda luta religiosa que desde 1517 abalava a Europa. Esse sistema escolar em gestação seria, apenas, um recurso estratégico nessa luta e, como tal, começava a ser discutido e ensaiado na Alemanha, França, Suíça e norte da Itália.

Já no Brasil, em Neto & Maciel (2008, p.174) que cita Teixeira Soares (1961) o Projeto Educacional Jesuítico tinha como principal objetivo a transformação social, sua função era implementar mudanças radicais na cultura indígena brasileira, como afirma o autor: a Companhia de Jesus surgiu como "uma explosão de pensamento religioso transvertido ao campo das atividades práticas. Refazer o homem, infundir-lhe espírito novo, arquetipá-lo em finalidade sociais e religiosas, foi a ação da Ordem."

Segundo Neto e Maciel (2008), a atuação jesuítica na colônia brasileira pode ser dividida em duas fases distintas: a primeira fase, considerando-se o primeiro século de atuação dos padres jesuítas, foi a de adaptação e construção de seu trabalho de catequese e conversão do índio aos costumes dos brancos; já a segunda fase de atuação dos jesuítas, foi o de grande desenvolvimento e extensão do sistema educacional implantado no primeiro período.

Neste contexto, de acordo com Ramos (2004), os jesuítas fundaram em 1550 o primeiro estabelecimento de ensino superior em Salvador, na Bahia, sede do governo geral, com a criação do curso de Artes e Teologia, mais tarde agregando os cursos de Ciências Naturais, o de Filosofia em 1572, e o ensino de lógica, física, matemática, ética e metafísica.

Ainda em 1553, foi implantado o curso de Teologia pura, também pelos jesuítas,

com o objetivo de formar novos quadros de religiosos. Foram instaladas faculdades posteriormente também em São Paulo, Pernambuco, Maranhão, Pará e Rio de Janeiro, com a fundação dos cursos de matemática. Os cursos tinham normalmente a duração de três a quatro anos. As faculdades jesuítas começaram então a ser disseminadas pelo Brasil, com formação caracterizada nos princípios religiosos.

Paiva *et alii* (2000) em França (2008) ressalta que, no período colonial, não havia propagação de colégios para pretendentes ao curso superior, apenas para o clero. Somente alguns poucos colégios ofereciam outras opções de cursos, principalmente para filhos de senhores de Engenho, funcionários públicos e artesãos, contudo, muitas pessoas ainda procuravam se especializar no outro lado do Atlântico, na Universidade de Coimbra, que indubitavelmente, era inferior as universidades européias, mas com papel importante na formação das elites coloniais brasileiras. Como afirma Neto e Maciel (2008, p.175):

Portugal, que até então vivera imerso na atmosfera medieval e ocupado com as intermináveis guerras santas contra os invasores mouriscos e guerras defensivas contra os espanhóis, começava apenas a despertar para a nova cultura da Renascença. Sem tradições educativas, o seu sistema escolar começava a esboçar-se mui vagamente apenas. O analfabetismo dominava não somente as massas populares e a pequena burguesia, mas se estendia até a alta nobreza e família real. Saber ler e escrever era privilégio de poucos, na maioria confinados à classe sacerdotal e à alta administração pública. É bem verdade que os mosteiros e as catedrais eram quase que os únicos asilos das letras, tanto sagradas como profanas; mas sua atuação era modesta e restrita à satisfação de suas necessidades internas; não tinham a consciência de estar cumprindo uma missão social.

Na colônia brasileira, a tímida disseminação das faculdades jesuítas no Brasil começou a sofrer um sério retrocesso em meados do século XVIII, quando o primeiro-ministro, o Marquês de Pombal<sup>16</sup>, que governou o Brasil em nome do então Rei de Portugal Dom José I, expulsou em 1759 os jesuítas dos domínios portugueses, implantando mudanças estruturais no ensino português até então praticados nas colônias. O seu objetivo era a recuperação econômica da metrópole e a modernização da cultura em todas as possessões portuguesas, além da garantia do poder absoluto do rei.

---

<sup>6</sup> Sebastião José de Carvalho e Melo, conhecido pelo seu título de nobreza Marquês de Pombal, diplomata e estadista português, foi um dos principais responsáveis pela expulsão dos Jesuítas de Portugal e suas colônias. Ficou conhecido também pelo grande impulso que deu à educação em seu país, o que fazia parte de seu plano de atualizar Portugal em relação ao restante da Europa. Foi enviado ao Brasil pelo Rei D. José I, tornando-se o governador da colônia.

No entanto, o período pombalino<sup>7</sup> no Brasil não foi tão produtivo quanto supunham às expectativas portuguesas. Segundo Ribeiro (1993) Portugal tinha motivos para mudar a estrutura educacional fundada unicamente nos princípios religiosos, que vinha sendo implantada na colônia pelos jesuítas. Os portugueses acreditavam que tal modelo fora o responsável pela decadência econômica e social em que se encontrava Portugal em relação às demais nações européias, justificada pelo fato da Companhia de Jesus ser a detentora de um poder político e econômico que educava os cristãos a serviço da ordem religiosa e não dos interesses do reino, poderes esses que deveriam ser devolvidos ao governo.

O Marquês de Pombal conseguiu desfazer toda a estrutura educacional montada pelos jesuítas, levando o Brasil a uma séria crise no ensino. Segundo França (2008) o ensino ministrado no período pombalino era de péssima qualidade, os professores eram mal remunerados e pouco preparados para assumir funções na administração da colônia. Neste sentido Fausto (1996, p.69) coloca que:

A maioria das propriedades urbanas e rurais confiscadas aos jesuítas foi arrematada em leilão por grandes fazendeiros e comerciantes. Suas maiores igrejas passaram para as mãos dos bispos não integrados nas ordens religiosas. Muitos dos colégios da companhia se transformaram em palácios dos governadores ou hospitais militares. No todo, houve um grande desperdício, em especial de bens culturais, como as bibliotecas, que foram consideradas coisa de pouco valor.

As faculdades jesuítas foram fechadas, contudo algumas instituições vieram a se destacar nesse período de dificuldades tais como o Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte, em Mariana, fundado pelo Bispo D. Frei Manuel da Cruz em 1748, por autorização de D. João V. e o Seminário de Olinda, fundado em 1798 pelo Bispo de Pernambuco, D. José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho. Ambas, importantes na formação de muitos brasileiros ilustres e como fonte de algumas das revoluções ocorridas mais tarde, no Brasil.

Conforme Barreto e Filgueiras (2007) houveram outras vertentes importantes no ensino praticado no Brasil do século XVIII além da religiosa, que foram aquelas ligadas a engenharia, particularmente os cursos vinculados à atividade militar. Este ensino é o antecessor direto dos cursos de engenharia que viriam a instalar-se no país no século XIX. Destaca-se aí, o ensino praticado pelo Brigadeiro José Fernandes Pinto Alpoim

---

<sup>7</sup> O Período que vai de 1760 a 1808 foi batizado com o nome “Período Pombalino” devido às reformas realizadas na metrópole e nas colônias portuguesas, pelo primeiro-ministro de Portugal, o então Marquês de Pombal.

(1700-1765), que atuou nos cursos de artilharia e fortificação na cidade do Rio de Janeiro no “terço de artilharia” academia para o ensino de engenharia militar, criada por D. João V em 1738.

Mas, foi o Vice Rei do Brasil e segundo Conde de Rezende José Luís de Castro, o fundador da Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho, que mais tarde viria a compor a Universidade do Rio de Janeiro, criada com este nome em 1920.

Todavia, uma das mais angustiantes carências do Brasil colonial em relação ao ensino era a inexistência de uma instituição que formassem médicos e cirurgiões. Somente em 1801, o Príncipe Regente D. João VI<sup>8</sup>, através de uma carta Régia, autoriza a criação de uma instituição para o ensino de especialidades médicas, no Hospital de Vila Rica, em Minas Gerais. Ainda não era uma escola de medicina, contudo, ajudava a reduzir a enorme carência de profissionais na região, como indica a carta de D. João ao Governador de Minas, Bernardo José de Lorena, datada de 17 de junho de 1801:

(...) sou servido estabelecer no Hospital de Vila Rica uma Cadeira de Cirurgia, Anatomia e Arte Obstétrica, nomeando para ela o atual Cirurgião-mor do Regimento de Cavalaria de Minas Gerais, Antônio Vieira de Carvalho<sup>9</sup> (BARRETO E FILGUEIRAS, 2007).

Eventos políticos ocorridos no final do século XIX a partir do Bloqueio Continental imposto por Napoleão Bonaparte forçaram a Família Real, com o apoio da Inglaterra, a fugir para o Brasil.

Veio para o Brasil em 1807 toda a nobreza lusitana, a alta burocracia civil, militar e eclesiástica, trazendo com eles os tesouros da coroa, os livros da biblioteca nacional, e instituições econômicas, financeiras, administrativas e culturais, até então proibidas.

---

<sup>8</sup> João Maria José Francisco Xavier de Paula Luís António Domingos Rafael de Bragança ou simplesmente Dom João VI de Portugal, cognominado O Clemente, foi rei do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves de 1816 a 1822 de fato, e desde 1822 até 1825, de direito foi também o imperador titular do Brasil, embora tenha sido seu filho Dom Pedro I o imperador do Brasil de fato. Um dos últimos representantes do absolutismo, Dom João viveu num período tumultuado, e seu reinado nunca conheceu paz duradoura. Ora era a situação portuguesa ou europeia a degenerar, ora era a brasileira. Não esperara vir a ser rei; só ascendeu à posição de herdeiro da Coroa pela morte de seu irmão mais velho, Dom José. Assumiu a regência quando sua mãe, Dona Maria I, foi declarada mentalmente incapaz. Teve de lidar com a constante ingerência nos assuntos do reino de nações mais poderosas, notadamente a Espanha, França e Inglaterra. Foi obrigado a fugir de Portugal quando as tropas napoleônicas invadiram o país. Perdeu o Brasil quando seu filho Dom Pedro proclamou a independência e viu seu outro filho, Dom Miguel, rebelar-se buscando depô-lo. Não obstante as atribulações deixou uma marca duradoura especialmente no Brasil, criando inúmeras instituições e serviços que sedimentaram a autonomia nacional, sendo considerado por muitos pesquisadores o verdadeiro mentor do moderno Estado brasileiro.

<sup>9</sup> O trecho da carta refere-se à cátedra em Minas Gerais. A cadeira funcionou com seu primeiro titular Antônio Vieira de Carvalho e depois com seu sucessor, José Vieira de Menezes, até 1848, quando se extinguiu. Esta não foi ainda uma Escola de Medicina, mas aquilo que talvez pudéssemos descrever em termos modernos como uma instituição que formava paramédicos para ajudar a minorar a enorme carência de profissionais de saúde na região.

Com a vinda da família Real para o Brasil, uma das primeiras medidas do príncipe regente foi a abertura dos portos as nações amigas, expressão que era equivalente à Inglaterra, ato que punha fim a trezentos anos de sistema colonial. Tal fato possibilitou a importação e livre circulação de livros ingleses no Brasil, fomentando a construção do conhecimento na área de exatas e biológicas.

Apesar do forte vínculo entre Portugal e Inglaterra e da circulação de livros ingleses, D. João VI adotou para o Brasil o modelo educacional napoleônico, pois o vínculo com a cultura francesa era muito forte, haja vista que Portugal foi fundado por nobres e peregrinos franceses (RAMOS, 2011).

Ainda segundo Ramos (2011) D. João VI não criou Universidades no Brasil, optando pelo sistema de cátedras<sup>10</sup>, que inicialmente eram unidades de ensino de extrema simplicidade, formadas por professores que, com seus próprios meios, ensinavam seus alunos em diversos locais: hospitais, colégios, igrejas, dentre outros. Assim, em 1808, D. João VI fundou a cátedra de Medicina, na Bahia e no Rio de Janeiro, e em 1819 a cátedra de Engenharia, embutida na Academia Militar, destinada a formar oficiais no Rio de Janeiro.

As cátedras deram origem, a partir de sua evolução, as escolas, academias e faculdades especializadas, unidades de ensino superior, com seriação, meios de ensino e locais próprios e fixos. As cátedras de Anatomia e de Cirurgia foram reunidas a outras recém criadas originando as Academias Médico-Cirúrgicas da Bahia e do Rio de Janeiro, as quais fazem parte, atualmente, das respectivas universidades federais.

Neste contexto, Melo (sem data, p.4) afirma que o ensino superior surgiu tardiamente no Brasil e decorreu de uma mudança na estrutura política do estado português que aqui se instaurou com a vinda da Coroa Portuguesa. Teve um caráter profissionalizante, pois visava apenas atender aos interesses da elite que aqui aportou com D. João VI. O ensino praticado era sem relação entre a teoria e a prática, elitista e funcional aos interesses de uma classe dominante. Essa característica do ensino superior brasileiro se manterá por todo o Império.

## 5.2 A universidade brasileira no Império (1822-1889)

---

<sup>10</sup> Cadeira professoral. Matéria ou disciplina ensinada por um Mestre. O sistema de cátedras adotado por Portugal no Brasil do século XIX eram extensões de cursos que estavam vinculadas às universidades de Portugal. Para os que se interessar em aprofundar o assunto, sugiro consultar o livro de Boris Fausto, História do Brasil. São Paulo, SP, Edusp: Fundação para o desenvolvimento da Educação, 1996 nos temas 2.25 A vinda da Família Real para o Brasil e 7.5 A educação.

O Brasil Império, foi o período marcado entre a independência da colônia em 7 de setembro de 1822 a proclamação da República em 1889. Os vários eventos que antecederam e levaram a independência do Brasil, marco do Império brasileiro, trouxeram consequências fundamentais para que o período se desenhasse com as características que identificamos através da História.

Esses eventos se deram desde a transferência da corte portuguesa para o Brasil em 1807, quando muita coisa mudou na colônia. Neste contexto, Fausto (1971, p.78) mostra que:

A vinda da família real deslocou definitivamente o eixo da vida administrativa da Colônia para o Rio de Janeiro, mudando também a fisionomia da cidade. Entre outros aspectos, esboçou-se aí uma vida cultural. O acesso aos livros e a uma relativa circulação de idéias foram marcas distintivas do período. Em setembro de 1808, veio a público o primeiro jornal editado na Colônia; abriram-se também teatros, bibliotecas, academias literárias e científicas, para atender aos requisitos da Corte e de uma população urbana em rápida expansão. Basta dizer que, durante o período de permanência de Dom João VI no Brasil, o número de habitantes da capital dobrou, passando de cerca de 50 mil a 100 mil pessoas.

Todavia, as mudanças não alcançaram tantas transformações. A presença da corte implicou em uma alteração no tímido cenário urbano da colônia, mas a marca do absolutismo acompanhou a alteração. Na verdade, a sua presença contribuiu sim, para dar à independência o caráter de uma transição sem grandes saltos. Os atritos entre a Metrópole e a colônia não desapareceram, a coroa não deixou de ser portuguesa e favorecer os interesses portugueses no Brasil.

A Imprensa é um exemplo do controle de Portugal sobre a vida na colônia. Conforme afirma Fausto (1996, p.79) o primeiro jornal brasileiro, A Gazeta do Rio de Janeiro tinha caráter quase oficial e estava sujeito, como todas as demais publicações, a uma comissão de censura encarregada de "examinar os papéis e livros que se mandassem publicar e fiscalizar, que nada se imprimisse contra a religião, o governo e os bons costumes".

A colônia passou então a sustentar sozinha todos os gastos da corte e campanhas militares promovidas por Dom João VI, elevando muitíssimo os impostos pagos pelos colonos. Estouraram então diversas revoluções no Brasil do século XIX, consequência dos vários descontentamentos da população, resultantes das condições econômicas e dos privilégios concedidos aos portugueses.

Ainda por volta de 1817, pensar em um Brasil independente dali a um período de cinco anos era absolutamente improvável, já que além do fato das várias revoluções ocorridas com ideais de independência terem sido sufocadas, a Coroa tomava medidas

no sentido de integrar Portugal e Brasil como partes de um mesmo reino.

Com a Revolução do Porto em 1820<sup>2</sup>, a coroa pretendia fazer com que o Brasil voltasse a se subordinar inteiramente a Portugal. Sobre a independência brasileira, Fausto (1996, p.81) afirma que:

A Independência se explica por um conjunto de fatores, tanto internos como externos, mas foram os ventos trazidos de fora que imprimiram aos acontecimentos um rumo imprevisível pela maioria dos atores envolvidos, em uma escalada que passou da defesa da autonomia brasileira à idéia de independência.

O membro da corte portuguesa Dom João VI já havia elevado o Brasil desde 1815 a Reino Unido de Portugal e Algarves, dispondo aqui das instituições que lhe asseguravam plena autonomia, sem depender de Lisboa, ainda que nos moldes do absolutismo. Voltar a subordinar-se a Portugal nos mesmos moldes anteriores era absolutamente inaceitável para aqueles que haviam se privilegiado com a medida.

Com o retorno de D. João VI a Portugal em 1821, já na condição de Rei, em seu lugar no Brasil, ficava como príncipe regente seu filho Pedro, futuro Dom Pedro I, Imperador do Brasil. Novas medidas foram então adotadas pelas cortes, dentre elas, decidiu-se transferir novamente para Lisboa as principais repartições instaladas no Brasil por Dom João VI, fato que fortaleceu no Brasil a opção pela independência.

O Brasil se tornou formalmente independente em 1822, com a manutenção da forma monárquica de governo. Figueiredo (2011) comenta que:

(...) o novo país teria no trono um rei português. (...) criava uma situação estranha, porque uma figura originária da Metrôpole assumia o comando do novo país. Em torno de Dom Pedro I e da questão de sua permanência no trono muitas disputas iriam ocorrer, nos anos seguintes.

Na verdade, a independência aconteceu sem muitas mudanças no quadro político e social do país, mas, teve um significado muito importante, já que só assim o Brasil

---

<sup>2</sup>A Revolução Liberal do Porto foi um movimento militar iniciado em agosto de 1820 na cidade do Porto, ao norte de Portugal, espalhando-se rapidamente para outras regiões do país até chegar à capital, Lisboa. Nesse caminho, conquistou o apoio da burguesia, do clero, da nobreza e do Exército, enfim, dos mais importantes estratos sociais portugueses. Embora tenha se passado na Europa, a Revolução de 1820 está intimamente ligada aos rumos da história brasileira no século XIX. Em 1820, Portugal se encontrava numa situação de crise econômica, política e social. Em primeiro lugar porque, desde 1808, a Família Real não estava mais na metrópole, e, sim, no Brasil, para onde tinha fugido da invasão das tropas francesas lideradas por Napoleão Bonaparte. A transferência da Corte portuguesa para sua maior colônia trouxe novos desafios para o rei e profundas consequências para Portugal. A abertura dos portos brasileiros, por exemplo, pôs fim ao monopólio comercial português sobre o Brasil, que havia perdurado durante praticamente três séculos. A revolução liberal exigiu o retorno imediato do rei Dom João VI a Portugal.

adquiriu soberania para que pudesse estabelecer suas normas políticas e sua administração pública. O Primeiro Reinado é o marco inicial dessa nova fase, em que D. Pedro I é aclamado Imperador do Brasil no mesmo ano da Independência e permaneceu como maior chefe do país até 1831, ano de sua abdicação. A história do período Imperial foi marcada por fatos importantes para a política brasileira, que vai desde a primeira Constituição do país até revoltas contra a tirania do Imperador, tais como a Confederação do Equador em 1824 e a Guerra da Cisplatina, em 1825.

No ano seguinte a proclamação da independência, instalou-se a Assembléia Constituinte, encarregada de redigir a Constituição<sup>3</sup> do país. No documento foi estabelecido para o Império um governo monárquico, hereditário, constitucional, representativo e afirmava que “o império é a associação política de todos os cidadãos brasileiros”. Mas, apresentou mais tarde um caráter altamente elitista e excludente: deu total poder a D. Pedro I, enquanto o direito de votar e de se candidatar ficaria restrito a quem tivesse uma renda mínima por ano.

Várias discussões antecederam o estabelecimento da Constituição, dentre elas, uma das mais acirradas conforme Waitz & Arantes (2009) foi aquela relacionada à educação, que tentou retomar os debates sobre a criação de uma universidade no Brasil através dos deputados presentes na Assembléia Constituinte em 1823.

---

<sup>3</sup> A elaboração de uma Constituição para o Brasil foi o primeiro passo para se consolidar a independência da antiga colônia portuguesa. Em 3 de junho de 1822, (ainda Príncipe Regente Português no Brasil), D. Pedro I articulou as primeiras discussões através de uma assembleia constituinte, todavia, não conseguiram chegar a nenhum consenso, já que os deputados brasileiros pretendiam dissolver a centralização do governo monarquista e dar mais autonomia às pequenas províncias. Nos primeiros textos, os constituintes defendiam o direito do voto (limitado às elites) através de um sistema eleitoral. Pretendiam também tirar do Imperador o direito de punir os deputados. Neste contexto é que D. Pedro I decretou a dissolução da Assembleia em 1824, suscitando em duas divisões políticas. A dissolução da Assembleia provocou a revolta de proprietários de terra que haviam apoiado o processo de Independência do Brasil e, para entrar em consenso, D. Pedro I nomeou dez novos constituintes de nacionalidade portuguesa para elaborarem o texto da primeira Constituição do país. Estava claro que, com essa medida, o imperador queria manter o Brasil aos olhos dos colonizadores de seu país e governá-lo de forma absolutista. Sem consultar nenhum partido político ou Assembleia Constituinte, no dia 25 de março D. Pedro I outorgou a Constituição de 1824, a primeira do país. Mesmo que outorgada de forma autoritária, o texto da primeira Constituição tinha cunhos liberais e conservadores, pois o imperador já estava em desgaste com tanta controvérsia em sua articulação. Todavia, D. Pedro I continuaria sendo o imperador absoluto; ele não havia cedido poder autônomo às pequenas províncias brasileiras, como queria os liberais. A primeira constituição previa o voto para os cargos do Legislativo, apenas homens que tivessem mais de 25 anos e tivessem uma renda anual mínima de 100 mil-réis, o que excluía a maior parte da população brasileira. Para ser deputado, era necessário ter uma renda de mais de 400 mil-réis e, para senador, um mínimo anual de 800 mil-réis. A Igreja Católica foi oficializada como a religião do Brasil e seus membros estavam sujeitos às ordens políticas do governo. Fora da participação política, a maioria dos cidadãos brasileiros não tinha direito de voto, estava sujeita às vontades do império e não podia ser representada por mandatários nas pequenas províncias. De fato, a Primeira Constituição foi um pano de fundo para manter o Brasil sob os olhos atentos do império e enfatizar a importância do ato da Independência liderado pelo rei D. Pedro I.

Foi o deputado José Bonifácio<sup>4</sup> durante a Assembléia quem ofereceu um esboço acerca da organização e regime das universidades no Brasil, discurso que se sucedeu de forma bastante acalorada, onde inúmeras variantes foram apresentadas, estipulando a fundação de uma, duas ou três universidades em diferentes pontos do país, conforme descreve Barretos & Filgueiras (2007). Todavia, todos os esforços em vão, já que o Imperador em 12 de novembro de 1823 decreta a dissolução da constituinte.

Outorgada apenas em 1824 por D. Pedro I, a primeira Constituição brasileira, no que diz respeito à educação, em seu Art. 179, instituía a “instrução primária e gratuita para todos os cidadãos” e pela criação de “Colégios e Universidades”, que ensinavam os elementos das Ciências, Belas Artes e Artes.

Todavia, apesar de ter sancionado a idéia de um sistema nacional de educação no império que deveria possuir escolas primárias, ginásios e universidades presentes, as normas incluídas entre os mais diversos temas tratados pela constituição não foram cumpridas. Apresentou-se apenas como uma forma de divulgar os ideais liberais em voga na Europa e na América do Norte, aparentemente assumidos pelo Brasil. Waitz e Arantes (2009, p.234) destacam:

A proclamação da necessidade de uma educação popular foi apenas uma farsa liberal, encenada pelos dominantes, para dissimular o jogo político que realizavam com vistas a garantir-lhes os direitos e privilégios. Não foram criadas Universidades, não foram sistematizados o ensino médio e nem criado o curso primário completo. Em todos os níveis, o que se tinha eram cursos isolados, frágeis e compartilhados.

Neste contexto, a independência do Brasil em 1822 não trouxe grandes mudanças nas tendências adotadas pelo governo português em relação à criação de universidades no Brasil durante o Império. As várias tentativas de transformar os colégios jesuítas em universidades foram sistematicamente frustradas, denotando certa intencionalidade da coroa portuguesa em manter a dependência do ensino superior no Brasil com a

---

<sup>4</sup> Uma das figuras centrais da política brasileira naqueles anos. José Bonifácio provinha de uma das famílias mais ricas de Santos, onde seu pai se dedicara à exportação de açúcar. Estudou em Coimbra (tendência da elite brasileira na época) e permaneceu na Europa entre 1783 e 1819. Ocupou cargos administrativos importantes em Portugal, tendo sido professor universitário em Coimbra. De volta ao Brasil, foi chamado a presidir em março de 1821 a junta provisória de São Paulo. Atribui-se a ele a autoria das Lembranças e Apontamentos, escritas para orientar a ação dos deputados brasileiros às Cortes, onde, entre outros pontos, se sugere a fundação de "uma cidade central no interior do Brasil", com o objetivo de desenvolver o povoamento. Não é fácil rotular o pensamento de José Bonifácio. Defendia idéias progressistas no campo social, como a gradativa extinção do tráfico de escravos e da escravidão, uma reforma agrária e a livre entrada de imigrantes no país. Politicamente, era um liberal conservador, adversário das "esfarrapadas bandeiras da suja e caótica democracia", como disse em certa ocasião. Considerava adequada para o Brasil a forma monárquica de governo, sustentada por uma representação dos cidadãos restrita às camadas dominantes e ilustradas.

Universidade de Coimbra.

Azevedo (1971) em Mendonça (2000), Barreto & Filgueiras (2007), Villalta (1997) dentre outros autores, relatam as inúmeras tentativas malsucedidas do Brasil para se criar universidades no país junto à coroa portuguesa: a da Câmara da Bahia, em 1671, de se conseguir a equiparação do colégio local ao de Évora e mais tarde, em 1808 do corpo do comércio da Bahia, oferecendo a quantia de oitenta contos de réis para a fundação de uma universidade em Salvador, conforme relato de Joaquim Norberto de Souza Silva, historiador do século XIX; a da Câmara de Sabará em 1768, para a criação de uma aula de Cirurgia; o projeto de José Bonifácio de Andrada e Silva, professor aposentado da Universidade de Coimbra, para a criação de uma universidade ainda no ano de 1821 em São Paulo, são alguns exemplos.

Durante os debates na primeira Assembléia Constituinte do Brasil independente, a criação de uma ou mais universidades esteve sempre presente. A necessidade do país em fundar pelo menos uma universidade no início do século XIX, independente da Universidade de Coimbra era muito forte, já que cresciam novas elites no país que pressionavam o governo Português. Barreto & Filgueiras (2007) descrevem sobre essa necessidade, quando citam o trecho de Cândido José de Araújo Viana, o Marquês de Sapucaí: “Quem negará o grande bem de poder a nossa mocidade instruir-se no próprio país, quando antigamente só o podia fazer indo a Portugal, que de mais a mais, é hoje, depois de feita a separação, um Reino estranho e inimigo?”.

Com relação ao ensino superior no Brasil Império, em Waitz & Arantes (2009, p.234) cita Ghiraldelli Junior (2008):

No campo do ensino superior, quem quisesse uma boa escola deveria se deslocar para os cursos jurídicos de São Paulo e Olinda. Quem desejasse seguir a carreira médica deveria se contentar com a Bahia e o Rio de Janeiro. A engenharia estava restrita, de certo modo, à Escola politécnica do Rio de Janeiro. Havia ainda os cursos militares do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Fortaleza. Existia também o curso da Marinha no Rio de Janeiro. O Rio de Janeiro detinha, ainda, escola para o ensino artístico e mais seis seminários para o ensino religioso. Não existia uma política integrada entre o governo central e o que se fazia nas províncias, o que nutria não só um caráter heterogêneo para a educação brasileira da época, como também mostrava, para qualquer viajante, uma imensa alteração de qualidade da educação quando esse fosse caminhando de província à província.

Constata-se no Período Imperial apenas um discreto crescimento do ensino superior, sempre no modelo de escolas desconexas e voltadas para a formação profissional, até mesmo o seu debate manteve-se letárgico até 1842: Fundação de

Faculdades Jurídicas em São Paulo e Olinda no ano de 1827, que teve por objetivo preparar os nossos bacharéis para comporem o aparato jurídico próprio do novo Estado Nacional e, o curso de Estudos Mineralógicos em Ouro Preto, o que seria a primeira tentativa do Brasil em criar uma faculdade desvinculada do governo central, hoje integrada a Universidade Federal de Minas Gerais e o curso de Engenharia, que é desvinculado de instituições militares em 1874 originando a Escola Politécnica do Rio de Janeiro, destinada a formar engenheiros não militares.

Para as elites, a melhor opção ainda era enviar os filhos para Portugal, França e Inglaterra, tendência que se manteria ao longo do século XIX e início do século XX.

A partir do ano de 1840, começava-se a desenhar uma nova estrutura social e econômica no Brasil, surgindo uma época de relativa estabilidade, e um novo período político no país, já que Dom Pedro II é declarado maior, pondo fim às regências<sup>5</sup> quando se torna o Imperador do Brasil.

É neste contexto que o final do século XIX presenciou importantes mudanças na economia brasileira impulsionada pela ascensão das plantações de café, e a construção de ferrovias, estradas, portos e fábricas de tecido, que fizeram surgir uma camada média ligada ao comércio e formada por operários nas cidades, barões do café, dentre outros. Segundo Prado Júnior (Evolução Política do Brasil *slideshow* 27) o período fez-se sentir na vida comercial do país, que se intensifica em atividade. Para o autor:

Esta intensa atividade se manifesta nos primeiros grandes empreendimentos materiais do país, todos posteriores a 1850. Em 1854 começa a trafegar a primeira estrada de ferro brasileira, do porto de Mauá a Fragoso. No ano seguinte, inicia-se a construção da Estrada de Ferro Pedro II (Central do Brasil). O telégrafo é inaugurado em 1852, e fazem-se na mesma época as primeiras concessões para linhas de navegação. Sustenta ainda que na verdade, ingressa o país a partir de então “numa forma produtiva superior: a forma *capitalista*”

---

<sup>5</sup> Com a abdicação do cargo de Imperador do Brasil por Dom Pedro I em 1831, os Deputados da Assembleia resolveram instituir um governo provisório até que Dom Pedro II, herdeiro legítimo do trono, completasse a sua maioridade. A transição política entre 1831 a 1840 corresponde ao Período Regencial no Brasil, quando o então governo abre enfim, espaço para diferentes correntes políticas. Dentre eles os LIBERAIS - subdivididos entre moderados e exaltados, tinham posições políticas diversas que iam desde a manutenção das estruturas monárquicas até a formulação de um novo governo republicano. De outro lado, os RESTAURADORES - funcionários públicos, militares conservadores e comerciantes portugueses, acreditavam que a estabilidade deveria ser reavida com o retorno de Dom Pedro I. Em meio a tantas posições políticas, a falta de unidade entre os integrantes da política nacional em nada melhorou o quadro político brasileiro. As mesmas divergências sobre a delegação de poderes políticos continuaram a fazer da política nacional um sinônimo de disputas e instabilidade. Uma das mais claras consequências desses desacordos foram a série de revoltas deflagradas durante período regencial.

O governo Imperial foi então obrigado a mudar gradualmente o quadro do ensino superior no país, a partir do incentivo as faculdades isoladas, já que todas as famílias emergentes desejavam ver seus filhos formados, garantindo assim, por exemplo, o acesso a cargos políticos e novos empregos surgidos no mercado.

Para Waitz e Arantes (2009) na segunda metade do século XIX, apenas 10% da população livre em idade escolar frequentavam a escola primária. Diante desse quadro, é possível inferir quanto ao número reduzido daqueles que conseguiam obter diploma de conclusão em cursos superiores, fato que dava ao portador poder, prestígio e remuneração.

O funcionalismo público também gerou na época uma grande demanda por vagas nas faculdades, já que só ingressavam bacharéis nesses serviços. O imperador D. Pedro II foi então pressionado principalmente pelos barões do café, e pelas reivindicações da nova classe média urbana a ampliar o acesso às faculdades.

O número de faculdades aumentou, não somente as vinculadas ao governo Imperial, mas, as originadas das cátedras que se uniram formando novas academias e faculdades. O imperador instituiu ainda, os centros de livre docência, criando faculdades de Medicina, Engenharia, Direito, Odontologia, Arquitetura, Economia, Serviço Social e Jornalismo. Contudo, devido ao caráter elitista e excludente da educação imperial e a pouca importância que o ensino superior representava para o aumento da lucratividade para a economia brasileira, até o início da república em 1889, foram criados apenas entre doze a quinze cursos e faculdades superiores. Neste sentido, segundo Waitz e Arantes (2009, p.235):

As políticas educacionais do Brasil Império procuraram garantir a continuidade da tradição aristocrática típica do período colonial e, manter seu caráter elitista e excludente. As reformas apenas aperfeiçoaram aquilo que já existia, sem alterar a sua estrutura, sem abolir os mecanismos de exclusão que impediam o acesso ao nível superior.

Com o fim dos governos dos Imperadores, é possível afirmar que neste período pouco foi feito à educação no Brasil, em todos os níveis e principalmente no nível superior. Constata-se que educação, cultura, conhecimento não eram prioritários nas ações dos monarcas.

### 5.3 Universidade brasileira na Era Republicana (1889 aos dias atuais)

Em 15 de novembro de 1889, a partir do ato simbólico da Proclamação da República do Brasil, o país deixa de ser um Império, dando início a um novo período da história brasileira, quando um novo tipo de regime é estabelecido denominado Brasil República, que perdura até os dias atuais. Após a formação da república, o Brasil teve vários nomes posteriores, conforme as alterações no governo, incluindo "Estados Unidos do Brasil", atualmente denominado República Federativa do Brasil.

Conforme assegura Figueiredo (2011) a centralização política e administrativa, a abolição da escravatura<sup>6</sup> e a forte reação da burguesia da época que dela dependia, o parlamentarismo híbrido, o regime eleitoral corrompido e o governo pessoal do soberano foram, em resumo, as principais causas que impulsionaram o império à sua ruína. Sobre o fim do segundo reinado e do império no Brasil, Figueiredo (2011, p.140) cita Felisberto Freire (1983):

“As apreensões mais sérias eram nutridas pela sorte das instituições. Esse estado subjetivo se transluzia através dos fatos. A libertação dos escravos em 1888, as questões militares, a decadência do prestígio da autoridade civil, a moléstia do Imperador, a perspectiva do Terceiro Reinado, tão mal visto pela opinião e através do qual iriam renascer a intervenção e o prestígio estrangeiros na pessoa do príncipe consorte, iniciando-se uma política pouco inteligente e cheia de intolerância pelos defeitos de educação da princesa; os excessos dos partidos dominados pela ambição do poder, que procuravam galgá-lo à custa das maiores violências e corrupções, a decadência e a miséria econômica das províncias, absorvidas pela centralização do governo imperial, tudo isto dava uma feição especial à situação política do país e trazia para as instituições a influência dissolvente de todos estes fatos. A mais completa transformação se tinha operado na economia nacional pelo modo por que se resolveu o problema do trabalho escravo, encaminhando-se o país para uma fase crítica de suas finanças. Todos o previam”.

Mas certamente, foram os militares os maiores responsáveis pela proclamação da república no Brasil, já que questões que os envolviam (os militares estavam insatisfeitos com o pouco poder concedido pelo imperador D. Pedro II, já que os melhores cargos do exército eram destinados aos portugueses no Brasil) no final do Império destruíram a disciplina do Exército, solidarizando generais com subalternos, nas hostilidades ostensivas ao Ministério Civil, culminando no golpe que depôs Dom Pedro II em 1889.

---

<sup>6</sup> “A Abolição da Escravatura levaria os barões rurais, irritados contra a Monarquia, que não os indenizara da propriedade do negro, a desinteressarem-se pela sorte do regime que haviam servido e do qual se serviram e, até, a se colocarem contra ele, ingressando no Partido Republicano que, diga-se de passagem, talvez por habilidade» política, nunca fora muito clara em relação ao problema da escravidão. Talvez, a muitos desses barões, ainda lhes ficava a ilusão de que o novo regime os indenizaria pelas perdas sofridas. desapareceria, assim, a instituição sobre a qual se assentara, por mais de 60 anos, a Monarquia. Não faltaria muito para realizar-se a profecia de um dos grandes políticos do Império, o Barão de Cotegipe, quando disse à Princesa Isabel que ela ganhara a Abolição, mas perdera o trono”. Garcia, Maria. A República no Brasil. Curso Modelo Político Brasileiro, Volume II, Editado pelo Programa Nacional de Desburocratização - PRND e o Instituto dos Advogados de São Paulo, Brasília, DF, 1985.

Aliado a insatisfação em torno das ações do imperador, Baleeiro (2002) em Figueiredo (2011, p.140) salientam que havia outros motivos de ordem econômica e social que impulsionaram o fim do Império:

O *establishment* dos velhos políticos, dos barões viscondes e marqueses, banqueiros exportadores desfalcados as fileiras pela deserção dos fazendeiros e militares, não conseguira captar a lealdade dos filhos, os jovens, que desde 1870 se deixavam fascinar pela sereia republicana, ou pelo positivismo e pelas instituições norte-americanas, às quais creditavam o formidável desenvolvimento econômico dos Estados Unidos nos dois decênios após o término da Guerra de Secessão. Nas classes médias, muitas crianças nascidas por esse tempo ganhavam como prenome "Washington", "Hamilton", "Jefferson", do mesmo modo que um menino nascido em meio do século XIX, no fastígio da Carta de 1824, fora batizado Benjamin Constant Botelho de Magalhães. Os que esperavam ascensão social e política com o próximo 3º reinado armaram o braço ameaçador dos libertos da "Guarda Negra" e dos capoeiristas contra os propagandistas da República. Um deles, Silva Jardim, escapou do assassinio. E, por fim, a velha estrutura monárquica, que, somada à tradição portuguesa contava oito séculos, desmoronou-se toda em poucas horas na madrugada de 15 de novembro de 1889.

Até então, o Brasil era o único Império existente na América inteira, todas as demais nações vizinhas já haviam se tornado Republicanas com o apoio de instituições como a Maçonaria<sup>7</sup> e as discussões de idéias Iluministas entre intelectuais na Europa.

É importante registrar que a República Democrática foi bastante estimulada desde o final do século XVIII e início do século XIX, nas universidades de Paris e Montpellier (França) e de Coimbra (Portugal), sob a influência da Sociedade Maçônica e dos Iluministas. Todos os jovens estudantes daquelas universidades, provenientes das colônias das Américas e que também frequentavam Lojas Maçônicas, abraçaram o novo modelo, como sonho de libertação do colonizador.

A adoção da República Democrática Presidencialista marcava o ponto culminante do processo de mudança institucional, contexto em que se planeja a primeira Constituição Republicana do país, influenciada pelo ideário Positivista Francês e o modelo constitucional norte-americano. A nova Constituição foi promulgada em 1891 e vigorou durante toda a República Velha<sup>8</sup> com uma alteração em 1923.

---

<sup>7</sup> Em seus primeiros tempos, provavelmente em fins da Idade Média, a maçonaria reuniu principalmente artesãos ligados à construção e daí o seu nome derivado de maçom, "pedreiro" em francês. A partir do século XVII, tomou a forma de um movimento secreto constituído por grupos de iniciados, visando a combater as tiranias e a Igreja. No Brasil, onde os padres participaram frequentemente de atos de rebeldia, a maçonaria teve a feição de um núcleo antiabsolutista, cujos membros mais extremados tendiam a defender a independência do país. Por exemplo, um grande número de maçons participou ativamente da Revolução de 1817, e os preparativos revolucionários foram feitos, em boa parte, em clubes e lojas secretas, embora não se possa afirmar que fossem todos ligados à maçonaria. Fausto, Boris. História do Brasil. São Paulo, SP, Edusp:Fundação para o desenvolvimento da educação, 1996.

<sup>8</sup> Período entre os anos de 1889 e 1930, quando a elite cafeeira paulistana e mineira revezava o cargo da presidência da República movida por seus interesses políticos e econômicos. O primeiro presidente foi o

Com a Constituição de 1891, o sistema eleitoral passava a conceder direito ao voto universal masculino, não secreto a todos aqueles que fossem maiores de 21 anos e comprovassem sua alfabetização. A adoção do voto universal e abandono do regime censitário, criado durante a monarquia, de fato, modificou o universo de cidadãos votantes. Todavia, a péssima condição da educação nacional fazia com que a exigência da alfabetização deixasse a grande maioria dos brasileiros alheia ao pleito.

Como observa Holanda (1936), já em meio à onda que iria derrubar a instituição monárquica no Brasil, a taxa de analfabetismo para o conjunto do País é de 82,3%, para as pessoas de 5 anos ou mais, dados do primeiro censo brasileiro realizado em 1872, situação esta que se mantém inalterada pelo menos até o segundo Censo, realizado em 1890 (82,6%), já no início da República. Na realidade, a queixa em relação às estatísticas da educação haveria não só de alcançar a República, mas também de atravessá-la em cada um de seus períodos, até o presente.

Com a República, o Estado assumiu de forma definitiva o controle sob a educação de base, secundária e superior no país, instituindo várias escolas públicas de ensino fundamental e intermediário, conforme previsto no texto da Constituição de 1891: “Legislar sobre o ensino superior (Artigo 34, parágrafo 3º); animar no País o desenvolvimento das letras, artes e ciências (Artigo 35, parágrafo 2º); criar instituições de ensino superior e secundário nos Estados (Artigo 35, parágrafo 3º); prover a instrução secundária no Distrito Federal (Artigo 35, parágrafo 4º)”<sup>9</sup>.

Para Dutra (2012, p.17), a proclamação da República foi importante para o ensino superior no país, pois:

Com a proclamação da República em 1889, o regime federalista permitiu e incentivou a criação de faculdades estaduais públicas e privadas. Com a alteração na legislação a república estimulou o ideal de livre ensino, segundo o qual todos os cidadãos deveriam ter as mesmas oportunidades educacionais.

Neste contexto, o período republicano foi bastante fértil para o ensino superior principalmente se comparado com outras fases anteriores, já que houve um aumento significativo dessas Instituições no país, que segundo Melo & *et alli* (2009) passam de 25 unidades em 1907 para 338 até 1933, inclusive com a fundação de uma universidade em 1909.

Mesmo com esta expansão, a taxa de escolarização superior da época, conforme

---

Marechal Deodoro da Fonseca, que proclamou a República em 15 de novembro de 1889 e conquistou o mandato através do Governo Provisório

<sup>9</sup> Constituição de 1891 disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao91.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm) Acesso em mar.2013.

registros de Waitz e Arantes (2009) era muito baixa, pois somente 0,05% da população total do país, em torno de 17 milhões de habitantes, estava matriculada em um curso superior, haja vistas o percentual de 71,2% de analfabetos registrados no Brasil no ano 1920.

O acesso à educação pública e gratuita foi estendido ao ensino superior com a Constituição Republicana: para os concluintes das escolas, o ingresso ao ensino superior passou a acontecer automaticamente, sem exames, desde que essas escolas públicas se submetessem a fiscalização federal.

Em 1901, estudantes dos colégios privados também obtiveram o mesmo privilégio, o que aumentou bastante a demanda por novas faculdades, fazendo surgir inúmeros centros de ensino superior privado, sem status de faculdade.

Segundo dados apresentados por Cunha (sem data, p.158) entre 1891 e 1910, foram criados no Brasil vinte e sete escolas superiores, dentre as quais: nove de medicina, obstetrícia, odontologia e farmácia; oito de direito, quatro de engenharia; três de economia; e três de agronomia.

O privilégio de ingresso direto no ensino superior, deixou de existir, por decreto, a partir de 5 de abril de 1911, através da Reforma Rivadávia Corrêa<sup>10</sup>, já que tal medida acabou gerando um excesso de diplomados, muito além da capacidade do mercado de absorver esta mão de obra. Além de criar o exame de admissão para o ensino superior, com a Reforma Rivadávia Corrêa em 1911, os estabelecimentos de ensino superior federal passaram a ser considerados corporações autônomas, devendo cobrar taxas para os exames de admissão, matrícula, curso, uso da biblioteca e emissão de certificado, como forma de incentivar uma manutenção financeira independente do poder público.

Todavia, a tentativa de diminuir o número de diplomados, acabou criando um sério problema para as autoridades na época, já que o número de faculdades privadas se multiplicou, gerando a necessidade de uma nova reforma intitulada Reforma Educacional Carlos Maximiliano<sup>11</sup> em 1915.

Com a nova reforma, o exame de admissão passou então a ser chamado de exame vestibular, empregado até os dias atuais. Além da aprovação no vestibular, a nova

---

<sup>10</sup>A Reforma Rivadávia Corrêa (1911) desoficializou completamente o ensino, concedendo plena autonomia didática e administrativa, acabando com o monopólio estatal na concessão de diplomas e títulos e retornando ao sistema de admissão nas próprias faculdades.

<sup>11</sup>A Reforma Carlos Maximiliano (1915) recuperou a oficialização do ensino, colocando limites estreitos à equiparação, concedendo-a por meio de rigorosa inspeção, e resolveu o problema da expansão controlada com a criação do vestibular e a obrigatoriedade do diploma do secundário para a matrícula no superior. A última reforma desse período, Rocha Vaz (1925), liquidou definitivamente a autonomia didática e administrativa, fixou o currículo no superior e aperfeiçoou o vestibular.

lei passou a exigir dos cursistas o certificado de conclusão do curso ginasial, até então dispensado para o ingresso no ensino superior<sup>12</sup>.

Como a certificação só era emitida mediante a realização de um exame final, e realizado apenas nas cidades com mais de cem mil habitantes, os concluintes dos cursos ginasiais eram obrigados a realizar os exames nos centros urbanos mais destacados, o que iniciou um processo de elitização do ensino superior.

Em 1925, o decreto 16.782-A restringe o acesso ao ensino superior, impondo um número de vagas fixas por curso e turma, antes todos os aprovados no vestibular tinham direito ao ingresso.

Reduziu-se o número de diplomados nos cursos mais concorridos como Direito, Medicina, Engenharia que passaram a ser destinados as elites, estudantes das classes mais baixas foram conduzidos aos cursos menos procurados.

Apesar de o período ter sido marcado pelo crescimento do ensino superior no país, a influência das idéias positivistas entre os republicanos atrasou muitíssimo o aparecimento de universidades no Brasil. Apenas em 1909, promovida pela prosperidade econômica do ciclo da borracha, é que surgiu a primeira universidade do Brasil, na cidade de Manaus (Dutra, 2012). A Universidade de Manaus foi criada a partir da junção dos cursos de Engenharia, Direito, Medicina, Farmácia, Odontologia e formação de oficiais da Guarda Nacional em uma única instituição.

Com o fim do ciclo da borracha em 1926, a universidade foi extinta e diluída a faculdades independentes, mais tarde incorporadas a Universidade Federal do Amazonas em 1962.

A primeira universidade privada no Brasil foi criada em 1911, quando foi permitido por lei cobrar taxas ao ensino superior. A Universidade de São Paulo (privada) foi extinta em 1917, por falência.

Antes do surgimento da Universidade Federal do Rio de Janeiro, criada em 1920 e a primeira a de fato conseguir se perpetuar no Brasil, em Curitiba, no ano de 1912, o governo do Estado criou uma Universidade que oferecia os cursos de Direito, Engenharia, Medicina, Farmácia, Odontologia e Comércio, dissolvida poucos anos depois em faculdades independentes, incorporadas em 1950 a atual Universidade Federal do

---

<sup>12</sup>Há uma farta bibliografia sobre o pensamento e as reformas educacionais dos anos 20 e 30. Podemos destacar, entre as publicações mais recentes, CARVALHO, Marta M.C. de. Molde Nacional e Fôrma Cívica: Higiene, Moral e Trabalho no Projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931). Bragança Paulista, S.P.: EDUSF, 1998. 504 p.

Paraná.

Criada em 1920 a partir do Decreto nº 14.343, a Universidade do Rio de Janeiro, com status de primeira universidade do Brasil, reunia administrativamente, Faculdades profissionais pré-existentes sem, contudo, oferecer uma alternativa diversa do sistema: ela era mais voltada ao ensino do que à pesquisa, elitista, conservando a orientação profissional dos seus cursos e a autonomia das faculdades. O Brasil, no entanto, ainda carecia de uma instituição apropriada, ou seja, uma universidade que reunisse ensino, pesquisa e extensão (FÁVERO, 1980).

Até então, conforme Ramos (2011) embora existisse uma legislação para o funcionamento das faculdades, as Universidades ainda não possuíam uma normatização. Somente em novembro de 1928, foi que o decreto 5.616 regulamentou pela autonomia administrativa, econômica e didática das universidades, fixando o ingresso de alunos através das mesmas normas vigentes para as faculdades, sendo fiscalizadas pelo Departamento Nacional de Ensino.

O decreto vetava a criação de Universidades privadas, já que exigia fundação através de lei estadual ou federal; o reitor era nomeado pelo governador do Estado ou Presidente da República. Para a criação de uma Universidade ficava determinado ainda ser necessário, no mínimo, três faculdades funcionando sem interrupção há pelo menos quinze anos.

Com o fim da República Velha em 1930, o Decreto n. 19.398, de 11 de novembro, passou a exercer o papel de autêntica Constituição no país, inaugurando o início da República Nova com o Governo de Getúlio Vargas<sup>13</sup>.

Foi no início do Governo Vargas, que o então presidente criou o Ministério da Educação em 1930, inicialmente com o nome Ministério da Educação e Saúde Pública, sob a administração de Francisco Campos. A instituição desenvolvia atividades pertinentes a vários ministérios como saúde, esporte, educação e meio ambiente. Até então, os assuntos ligados à educação eram tratados pelo Departamento Nacional do Ensino, vinculado ao Ministério da Justiça.

Um ano depois (1931), é promulgada a lei de criação do Estatuto das Universidades Brasileiras que vigorou até 1961. O Estatuto estabeleceu padrões de

---

<sup>13</sup>Getúlio Vargas assumiu a presidência do Brasil em 1934, eleito indiretamente pela Assembléia Constituinte, quatro anos após a Revolução de 30. A constituição de 1934 marcou o início do processo de democratização do país, dando sequência às reivindicações revolucionárias. Ela trouxe avanços significativos como o princípio da alternância no poder, a garantia do voto universal e secreto, agora estendido às mulheres, a pluralidade sindical e o direito à livre expressão. Determinava também a realização de eleições diretas em 1938, nas quais o povo finalmente teria o direito de eleger o chefe supremo da Nação.

organização para as instituições de ensino superior, permitindo novamente a criação de instituições privadas, além de incluir mais três dos seguintes cursos: Direito, Medicina, Engenharia, Educação, Ciências e Letras. Essas faculdades seriam ligadas, por meio de uma reitoria, por vínculos administrativos, mantendo, no entanto, a sua autonomia jurídica (SOARES & *et alii*, 2002).

Segundo o MEC, de 1934, ano em que foi promulgada a nova Constituição Federal, a 1945, o ministro da Educação e Saúde Pública, Gustavo Capanema Filho, promoveu uma gestão marcada pela reforma dos ensinos secundário e universitário. Nessa época, o Brasil já implantava as bases da educação nacional.

Todavia, conforme Soares & *et alii* (2002) os educadores da ABE (Associação Brasileira de Educação) criada em 1924, na época desapontaram-se com as políticas do novo Ministério. A ênfase dada à criação de uma Faculdade de Educação, nas universidades, para formar professores do ensino secundário, respondia muito mais aos planos de Francisco Campos<sup>14</sup>, que priorizava o ensino médio, do que aos anseios dos educadores preocupados com a criação de uma universidade voltada às atividades de pesquisa.

Neste contexto, o descontentamento com as normas em torno do ensino superior fez do Distrito Federal o palco onde se confrontaram diferentes grupos defensores de distintos projetos para a universidade brasileira. Em poucos anos, foram criadas três universidades que expressaram diversas fragmentações ideológicas entre educadores, políticos e líderes religiosos da época. Os principais pontos de insatisfação relacionavam-se ao fato do estatuto refletir o controle estatal sobre a educação, materializado através da intervenção do Ministro da Educação, na nomeação do corpo diretivo das faculdades e universidades; e à atuação da Igreja Católica como formadora do caráter humanista da elite brasileira.

Até 1935 o Brasil já contava, portanto, com cinco universidades: a do Rio de Janeiro (1920); a de Minas Gerais (1927); a Universidade de São Paulo (1934) livre do controle direto do Governo Federal, tornou-se mais tarde o maior centro de pesquisas no Brasil; a do Rio Grande do Sul criada em 1934, com uma orientação totalmente diversa das já existentes, uma vez que surgiu a partir de uma única faculdade, a de Porto Alegre

---

<sup>14</sup>A Revolução de 1930, que iniciou a Era Vargas, possibilitou a Reforma Francisco Campos, cujo patrono ocupava o já criado Ministério da Educação e Cultura (MEC). Foi estabelecida pelo Decreto nº 19.851, de 11/4/1931. É a partir dessa reforma que a Educação Superior no Brasil se organiza como universidade.

fundada em 1896; e a Universidade do Distrito Federal criada por Anísio Teixeira em 1935 através de um Decreto Municipal, voltada, especialmente, à renovação e ampliação da cultura e aos estudos desinteressados, primeira que estimulou as atividades de pesquisa com o apoio de diversos professores. Foi extinta em 1939, devido à escassez de recursos entre outros fatores políticos.

Com o Estado Novo iniciado em 1937 através do golpe fundado por Getúlio Vargas, o Ministro da Educação e Saúde, ainda Gustavo Campanema, aproveitou o autoritarismo do período para implantar seu projeto universitário, a criação da Universidade do Brasil, antiga Universidade do Rio de Janeiro, que serviria como modelo único de ensino superior em todo o território nacional. Essa realização constitui-se no exemplo mais significativo da centralização autoritária do ensino superior brasileiro como afirma Schwartzmann (1988). É considerada por muitos autores a primeira do país.

Segundo Cunha (1983) destaca-se em 1947 a criação do Instituto Tecnológico de Aeronáutica - ITA, o que significou um grande avanço no ensino superior, marcado pela inovação acadêmica e profundamente influenciado pelos padrões de organização universitária dos EUA. Suas principais características inovadoras foram firmadas pela ausência das cátedras vitalícias, pela organização departamental, pela pós-graduação, pelo regime de dedicação exclusiva dos docentes ao ensino e à pesquisa e pelo currículo flexível. A existência do ITA como um estabelecimento isolado de ensino superior moderno em meio a escolas tão arcaicas, animou os reformadores do ensino da época.

Contudo, é importante registrar que os setores sociais conservadores ligados a Igreja Católica rechaçavam essa influência, segundo eles negativa, do liberalismo norte-americano, materialista, individualista e protestante, sobre os valores católicos, humanistas e personalistas, considerados essenciais na cultura brasileira, e o maior alvo de críticas foi principalmente a Universidade do Distrito Federal, um dos fatores que culminou em sua extinção em 1939 e o ITA, fundado em 1947. Sobre esse aspecto, Soares *et alli* (2002, p.35) nos diz que:

Para as lideranças religiosas, os problemas do Brasil eram resultantes da crise moral desencadeada com a separação da Igreja do Estado, iniciada com a proclamação da República, em 1889, quando a primeira perdeu a influência que, até então, vinha exercendo nos círculos de poder. Aproveitando o interesse em obter o apoio da Igreja, que caracterizou o governo de Vargas, entre 1930 e 1945, as lideranças católicas passaram a desenvolver um intenso trabalho pedagógico visando à recristianização das elites do país.

Na ocasião, a Igreja já havia criado vários cursos na área das ciências sociais e

humanas, com o objetivo de restabelecer as elites brasileiras com base nos princípios morais católicos. Todavia, desde o primeiro congresso católico de educação realizado no Rio de Janeiro em 1934, o desejo maior da Igreja Católica era criar uma Universidade no país que fosse independente do Estado e subordinada a hierarquia eclesiástica. Em 1946, com o Decreto nº 8.681 de 15/3/46, é fundada a primeira universidade católica do Brasil, e em 1947 lhe foi outorgado o título de Pontifícia pela Santa Fé. Tornou-se referência para a criação de outras universidades católicas no Brasil.

Com o crescimento do número de estudantes no ensino superior em 1938, a criação da UNE (União Nacional dos Estudantes) correspondeu a um importante avanço para a mobilização e organização estudantil. O grupo lutava por uma maior democratização do ingresso nas universidades e o fim do problema dos excedentes, assim eram chamados os candidatos aprovados nos vestibulares, porém impedidos de matricular-se nas Universidades por falta de vagas.

### 5.3.1 As reformas de 1950 e a expansão das universidades

É a partir da década de 40 que a mulher finalmente conquista o mercado de trabalho, sendo mais aceita pela sociedade nesse meio, principalmente em atividades que envolviam o magistério. A época foi marcada pela expansão do ensino médio na educação do país, e é neste contexto, que novos cursos foram criados nas Faculdades de Filosofia já existentes, e passaram então a ser frequentados por jovens mulheres que ingressavam na universidade com o objetivo de dedicar-se ao magistério de nível médio.

Inicialmente, esses cursos e faculdades que surgiram e se disseminaram pelo país caracterizavam-se pelo fato de ser apenas um aglomerado de escolas, apenas cursos de formação de professores limitados ao ensino, pois, a escassez de recursos impossibilitava o comprometimento dessas instituições com a pesquisa, situação que se estenderia até pelo menos o fim do regime militar.

Com o fim do Estado Novo e o início dos Governos Populistas em 1945<sup>15</sup>, ampliou-se ainda mais o acesso ao ensino médio, fato que gerou um grande crescimento da demanda ao ensino superior. Novas faculdades e universidades privadas surgiram para atender a essa demanda, ao mesmo tempo em que o governo federalizava faculdades

---

<sup>15</sup> O populismo no Brasil teve origem na revolução de 1930. A principal característica dos Governos Populistas era a expansão da indústria e da economia capitalista, além das políticas de massa, quase sempre conseguindo conciliar os interesses de burgueses e operários. Durou até 1961.

profissionais, privadas e estaduais já existentes com o objetivo de reuni-las para criar novas Universidades Federais. Até o final do período populista, em 1964, a maior concentração dos estudantes de nível superior estava nas universidades do país, já que conforme dados de Soares *et alii* (2002) as matrículas atingiram o percentual de 65%.

É somente a partir da década de 50 que inicia-se um desenvolvimento lento, mas progressivo do ensino superior no Brasil, através de incentivos do Estado e das reformas estruturais voltadas para vários setores do país, as quais proporcionaram reformas educacionais com várias orientações para o ensino superior.

É nesta conjuntura, e a partir do governo de Juscelino Kubistchek, que o Brasil adotou uma política econômica baseada na meta de crescimento da produção industrial e da infraestrutura, o Estado passou então a ter participação ativa como base da economia do país. Esse período de 1956 a 1961 ficou conhecido como fase desenvolvimentista, marcada principalmente pelo incentivo à indústria automobilística, à abertura de estradas, a educação com formação tecnicista e pela criação de Brasília, atual capital do país.

No entanto, *Bomeny* (s/data) salienta que apesar do governo de Juscelino Kubistchek ter contemplado o setor educacional com apenas 3,4% dos investimentos previstos, seu governo estimulou a formação de cursos superiores voltados para a administração, com o objetivo de preparar a elite. Kubistchek acreditava que com uma elite bem preparada, o país se beneficiaria e poderia estender progressivamente a educação ao conjunto da população.

Foi também durante a administração desenvolvimentista que a Universidade de Brasília foi idealizada com ampla discussão sobre o seu projeto de ensino. Fundada apenas em 1962, o seu projeto comprometeu-se em criar uma universidade que reinventasse a educação superior, com um ensino intimamente ligado a prática, e, acima de tudo que formasse profissionais engajados na transformação do país. A Universidade de Brasília é hoje a maior instituição de ensino superior do centro-oeste do Brasil e uma das mais importantes do país.

Cabe assinalar que nessa luta em prol da escola pública no Brasil desde 1934, a década de 50 e 60 foi fortemente marcada pelos debates conflituosos articulados entre os defensores da escola particular e da escola pública. Nestes termos Santos & Prestes (2006, p.145), cita:

Os primeiros, em geral agrupados em torno da igreja católica, defendiam uma concepção religiosa e humanista do ensino; reclamavam até um financiamento público para a educação particular, de modo a garantir a "liberdade de escolha" dos pais. Os outros em seus movimentos progressistas e leigos, previam que

apenas a escola pública haveria de assegurar as mesmas chances educativas para todos os cidadãos brasileiros.

É neste cenário que finalmente em 1961, já no final do período desenvolvimentista no país, é promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB, Lei nº 4.024), que apesar de reforçar a escola pública no plano legislativo, não constituiu um avanço sensível na construção do sistema público de educação. As comunidades desfavorecidas e as populações rurais permaneceram afastadas da escolarização em quaisquer níveis.

Conforme Soares *et alii* (2002) essa lei “reforçou o modelo tradicional de instituições de ensino superior vigente no país”. Com a nova lei da educação, no que se refere à organização do ensino superior, as cátedras vitalícias foram mantidas, bem como as faculdades isoladas e a universidade composta por simples justaposição de escolas profissionais; além disso, deu maior ênfase ao ensino, sem se preocupar com o desenvolvimento da pesquisa.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação acabou fortalecendo a centralização do sistema de educação superior, já que concedeu muitos poderes ao Conselho Federal de Educação, como autorizar e fiscalizar novos cursos de graduação e deliberar sobre o currículo mínimo de cada curso superior.

Professores e pesquisadores universitários passaram então a defender uma modernização Institucional através de eventos como fóruns acadêmicos, congressos, dentre outros, além de revistas especializadas e movimentos organizados no período. O modelo de universidade que as comunidades acadêmicas lutavam, estava voltado principalmente para o desenvolvimento das pesquisas científicas, e da autonomia, temas que faziam parte dos debates sobre a reforma universitária.

A sociedade civil juntamente com discentes e docentes buscavam mais autonomia universitária, reivindicando mais liberdade nas IES, Araújo Junior (sem data, p.15) cita Luís Antônio Cunha:

No ápice da crise do “Estado Populista”, em 1960, alguns setores progressistas da sociedade civil reivindicavam a Reforma Universitária. Este movimento reformista nos anos 1961 e 1962 foram endossados pela UNE (União Nacional dos Estudantes) que organizou Seminários Nacionais em prol da reforma educacional. Os estudantes idealizavam a conquista da autonomia universitária, transformando-a em autarquia ou fundação de tal modo que fosse incrementada a liberdade para práticas das ações internas em face do Estado.

Com a tomada de poder pelos militares através do golpe de 1964, ocorreram

profundas modificações na organização política do país, bem como na vida econômica e social. As universidades passaram a sofrer a intervenção direta do governo federal, que coíbiavam qualquer movimento revolucionário de professores e alunos através das Assessorias de Informação nas instituições federais de ensino superior.

Inicia-se em 1964 um violento conjunto de atos que vai desde a cassação de parlamentares, até os seus desdobramentos no final da década de 70, exterminando do cenário político, aqueles que iriam contra o governo e praticavam ações consideradas subversivas, propondo uma sociedade justa, organizada e ordeira. Para o governo sustentar toda essa ordem de acontecimentos a seu favor, e para não permitir que ideais revolucionários chegassem à população, foi intensificado a fiscalização aos meios de produção cultural, onde se enquadra a imprensa, o teatro, as universidades e a televisão.

Contudo, foi durante o regime militar que o governo edificou e autorizou as reformas educacionais no país, com destaque para a Reforma Universitária. A reforma de 1968 representa, sem dúvida, um considerável avanço na modernização da educação superior brasileira, ressaltados os aspectos autocráticos, frutos do regime então vigente, centralizador e ditatorial. Esses aspectos foram descritos por Araújo Junior (sem data, p.6):

[...] ao se revestir de legalidade [Lei 5.540/68 e do Decreto 464/69], o governo militar possibilitou o completo aniquilamento, por parte do Estado de Segurança Nacional, do movimento social e político dos estudantes e de outros setores da sociedade civil. A ordem foi restabelecida mediante a centralização das decisões pelo Executivo, transformando a autonomia universitária em mera ficção, bem como pelo uso e abuso da repressão político-ideológica. A institucionalização das triagens ideológicas, a cassação de professores e alunos, a censura ao ensino, a subordinação direta dos reitores ao Presidente da República, as intervenções militares em instituições universitárias, o Decreto-lei 477/69 como extensão do AI-5 ao âmbito específico da educação e a criação de uma verdadeira polícia-política no interior das universidades, corporificada nas denominadas Assessorias de Segurança e Informações (ASI), atestam o avassalador controle exercido pelo Estado Militar sobre o Ensino”

Segundo *Frauches* (2003) a Reforma Universitária de 68 teve início, efetivamente, em 1967, com a edição de decretos-leis voltados para as instituições federais de ensino. A Lei 5.540/68 e o Decreto-lei 464/69 vieram consolidar a reforma e ampliá-la para todos os sistemas de ensino. As principais características da Reforma Universitária de 1968 constam da tabela da Figura 5.1 a seguir:

PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DA LEI Nº 5.540 Reforma Universitária de 1968	
CAPÍTULOS	CARACTERÍSTICAS
	▪ Ensino indissociável da pesquisa;

<p align="center"><b>CAPÍTULO I</b> <b>Do Ensino Superior</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Assegura autonomia das universidades (didático-científica, disciplinar, administrativa e financeira);</li> <li>▪ A universidade como ambiente prioritário para o desenvolvimento do ensino superior, embora permita a existência dos estabelecimentos isolados;</li> <li>▪ Modelo organizacional único para as universidades, pública ou privada (art. 11);</li> <li>▪ Vestibular unificado para todos os cursos da mesma instituição;</li> <li>▪ Necessidade social como requisito para a autorização de instituições e cursos superiores;</li> </ul>
<p align="center"><b>CAPÍTULO II</b> <b>Do Corpo Docente</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Regime de trabalho regulado pelas universidades;</li> <li>▪ Elimina a cátedra ou cadeira e a sua vitaliciedade;</li> <li>▪ Estabelece o Departamento como "a menor fração da estrutura universitária para todos os efeitos de organização administrativa, didático-científica e de distribuição de pessoal", compreendendo disciplinas afins;</li> <li>▪ Institui o Regime de Dedicção Exclusiva às atividades de ensino e pesquisa.</li> </ul>
<p align="center"><b>CAPÍTULO III</b> <b>Do Corpo Discente</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Representação estudantil nos órgãos colegiados; estimula a criação dos diretórios centrais dos estudantes e dos diretórios setoriais ou centros acadêmicos;</li> <li>▪ A extensão torna-se um instrumento para a melhoria das condições de vida da comunidade e participação no processo de desenvolvimento através da participação em programas;</li> <li>▪ Cria a função de monitor para alunos dos cursos de graduação.</li> </ul>
<p align="center"><b>CAPÍTULO IV</b> <b>Disposições Gerais</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Através do Conselho Federal de Educação ficou determinado que em caso de infringência da legislação por parte da universidade ou faculdades isoladas, haverá interferência de usa autonomia;</li> <li>▪ Renovação periódica do reconhecimento de universidades e estabelecimentos isolados de ensino superior.</li> </ul>
<p align="center"><b>CAPÍTULO V</b> <b>Disposições Transitórias</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ A reorganização da escola poderá ser iniciada através de aglutinação de estabelecimentos de ensino superior mantidos pela União.</li> </ul>

Figura 5.1 Principais características da Lei nº 5.540 de 28 de novembro de 1968, referentes à Reforma Universitária. Fonte: Lei nº 5.540 em <http://www.planalto.gov.br/ccivil03/leis/l5540.htm> Acesso em: mai.2013.

Com as reformas, desde a primeira LDB, professores e funcionários de Universidades ligadas aos Estados e a União, passaram a funcionários públicos, o que gerou uma série de mudanças relacionadas à remuneração, estabilidade e regime de trabalho ainda hoje em voga, como por exemplo, a dedicação exclusiva. As Agências para incentivar e financiar as pesquisas dentro do âmbito universitário, como é o caso do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e CAPES

(Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) que faziam parte da Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, criados desde 11 de julho de 1951, pelo Decreto nº 29.741, tornaram-se bastante atuantes, buscando alcançar o objetivo previsto na década de 50 que era "assegurar a existência de pessoal especializado em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades dos empreendimentos públicos e privados que visam ao desenvolvimento do país".

A partir do estabelecimento da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e com isso um novo regime de trabalho para os professores, a Reforma Universitária possibilitou melhor qualificação dos docentes, criando condições para o desenvolvimento da pós-graduação e das atividades de pesquisa.

Registra-se na época um grande crescimento do setor privado na educação superior, já que a pressão da sociedade por novas vagas explode nesse período, gerando a criação de diversas faculdades isoladas no país, situação descrita por Soares & *et alii* (2002):

como a pressão pelo aumento de vagas tornava-se cada vez mais forte, logo após 1968, ocorreu uma expansão do setor privado, que criou inúmeras faculdades isoladas, nas regiões onde havia maior demanda, ou seja, na periferia das grandes metrópoles e nas cidades de porte médio do interior dos estados mais desenvolvidos. Essa expansão do sistema ocorreu com a aquiescência do governo e, no ano de 1980, mais da metade dos alunos de terceiro grau estava matriculada em estabelecimentos isolados de ensino superior, sendo 86% em faculdades privadas.

Segundo os mesmos autores, em 1981 já havia no Brasil 65 Universidades, dentre as quais sete, possuíam 20.000 alunos. O número de estabelecimentos isolados de ensino superior cresceu muito e já contabilizavam mais de oitocentos nesse mesmo ano, dos quais pelo menos duzentos e cinquenta tinham menos de 300 alunos matriculados. Esse crescimento era muito bem visto pelo governo militar, já que objetivavam manter os alunos de graduação desarticulados, longe dos movimentos estudantis. As novas faculdades isoladas dedicavam-se apenas ao ensino, não desenvolviam as atividades de pesquisas científicas, as quais ficavam sob a responsabilidade do setor público, que passou a estimular a titulação e a produção científica dos professores universitários.

Tendo como uma das principais metas o desenvolvimento econômico, o governo militar investiu fortemente na formação superior com o objetivo de garantir profissionais de alto nível para alimentar o mercado capitalista com mão de obra qualificada, principalmente nas áreas técnicas. Neste sentido, com o fim do antigo sistema de cátedras, foram criados nas maiores e melhores universidades públicas do país cursos de



Os anos que se seguiriam marcariam a História do ensino superior no Brasil. Com o fim do regime militar em 1985, a redemocratização política criou uma nova dinâmica no sistema de educação superior do país, iniciada com a constituição de 1988.

As discussões que antecederam a promulgação da nova constituição giravam em torno do apoio as instituições e ensino superior privada por alguns, inclusive com a liberação de verbas públicas e a diminuição da interferência do Estado nos negócios educacionais e aqueles que se opunham a idéia: eram defensores da escola pública, onde as verbas deveriam ser asseguradas apenas para as instituições públicas governamentais.

Aprovada em 05 de outubro de 1988, a Constituição Federal estabeleceu as principais medidas relacionadas á educação e o ensino superior:

- Educação é um direito de todos e dever do Estado e da família;
- Mínimo de 18% da receita anual, resultante de impostos da União, para a manutenção e desenvolvimento do ensino;
- Gratuidade do ensino público nos estabelecimentos oficiais em todos os níveis e criou o Regime Jurídico Único, estabelecendo pagamento igual para as mesmas funções;
- Aposentadoria integral para funcionários federais;
- Reafirmou a indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão em nível universitário, bem como a autonomia das universidades.

Mas, foi com a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, aprovada no final do ano de 1996, que o sistema educativo brasileiro foi redefinido, na qual ficaram estabelecidos os níveis escolares e as modalidades de educação e ensino, bem como suas respectivas finalidades, conforme foi ilustrado no fluxograma da Figura 5.3 a seguir.

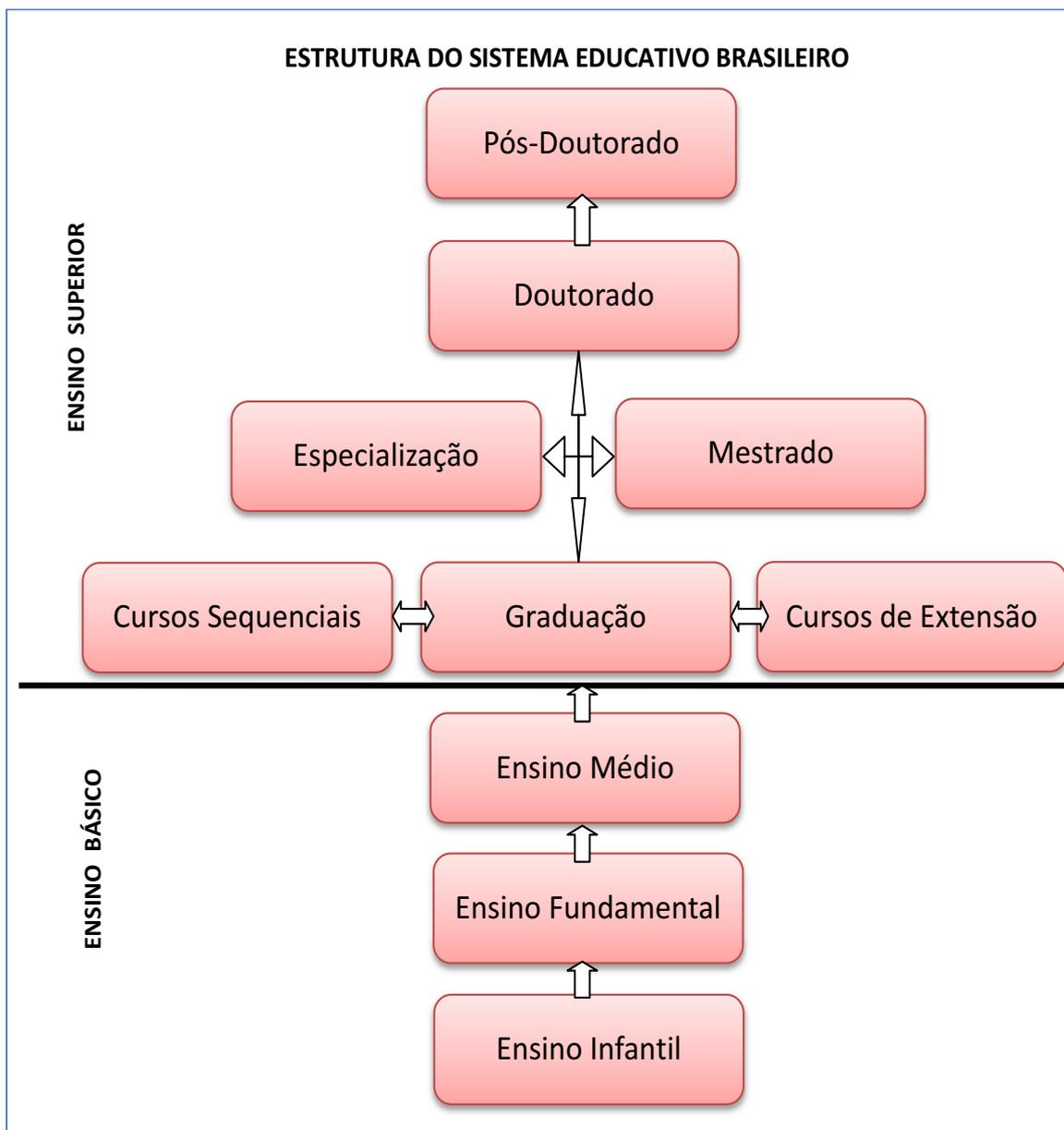


Figura 5.3 Fluxograma da Estrutura do sistema educativo brasileiro estabelecido pela LDBN nº 9.394/96 de 1996. Adaptado de Soares (org.) ET alii (2002).

Observa-se no fluxograma abaixo que os níveis escolares conforme Soares (org.) et alii (2002, p.44) dividem-se em:

1. Ensino Básico - Tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores. Fazem parte deste nível a educação infantil, ensino fundamental e ensino médio;
2. Ensino Superior - É ministrado em instituições de ensino superior (públicas ou privadas), com variados graus de abrangência ou especialização, abertas a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e aprovados

em processo seletivo, ou seja, concursos vestibulares. As modalidades de educação e ensino complementam o processo de educação formal por meio de: Educação de jovens e adultos, Educação profissional, Educação especial, Ensino presencial, Ensino semipresencial, Educação à distância e Educação continuada.

Os mapas das Figuras 5.4 e 5.5 que se seguem apresentam a distribuição dessas diversas instituições de ensino criadas principalmente nos Estados brasileiros, além das universidades FESURV (Universidade de Rio Verde), USCS (Universidade Municipal de São Caetano do Sul) e UNITAU (Universidade de Taubaté) em municípios dos Estados de Goiás e São Paulo respectivamente.

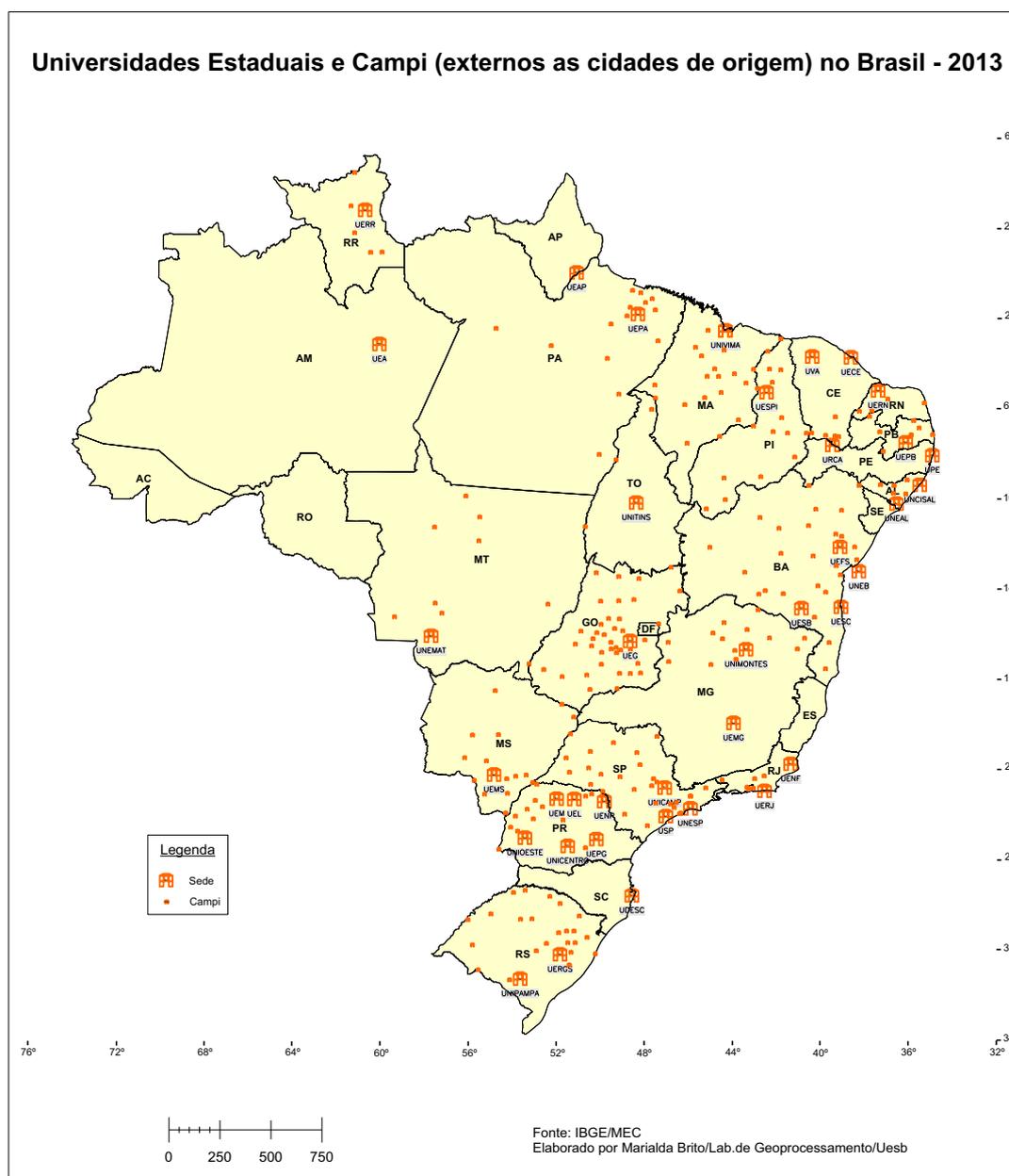


Figura 5.4. Universidades Estaduais no Brasil. Elaborado por Marialda Brito. Lab. de Geoprocessamento – DG/Uesb. 2013

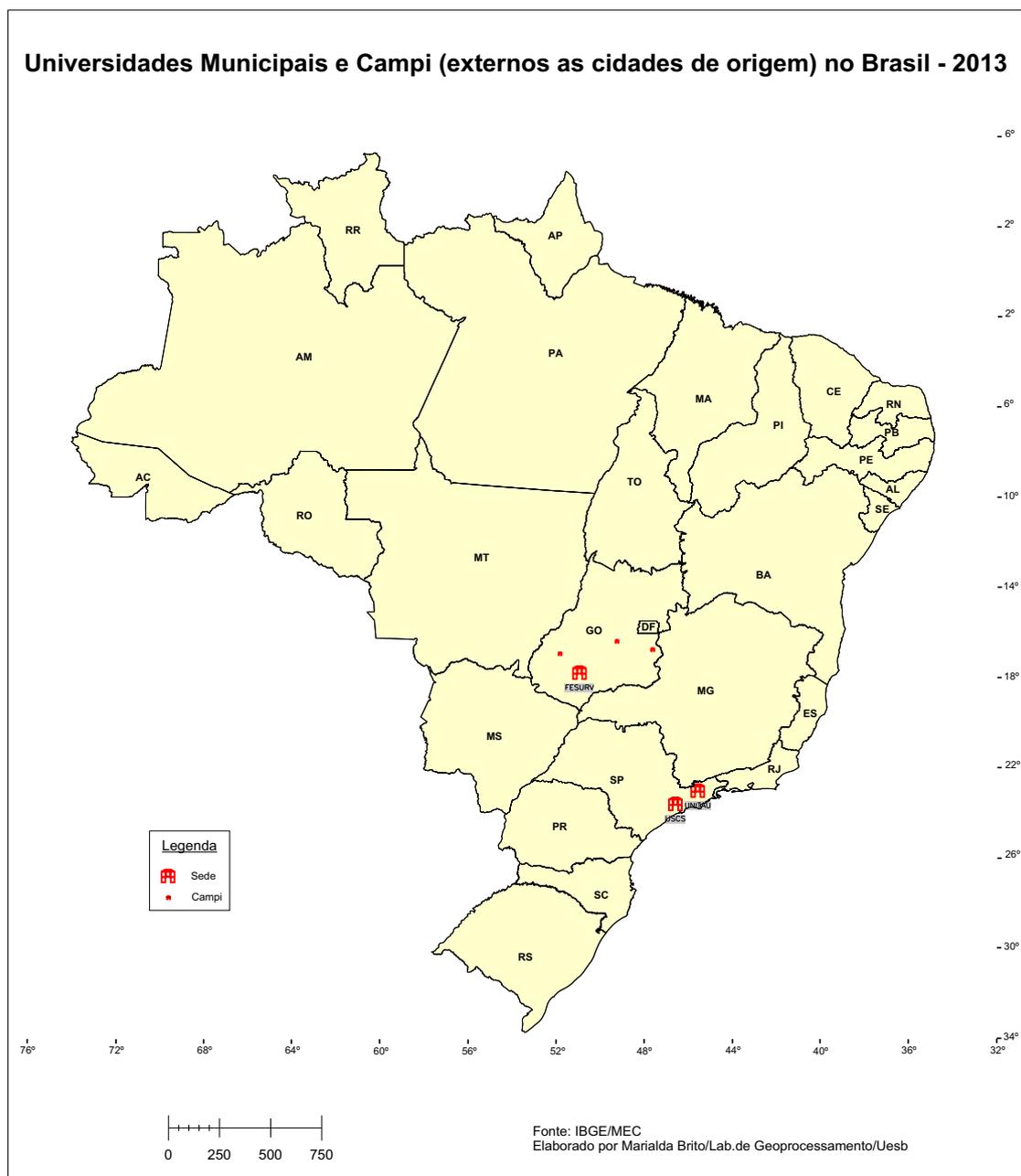


Figura 5.5. Universidades Municipais no Brasil. Elaborado por Marialda Brito. Lab. de Geoprocessamento – DG/Uesb. 2013

Os sistemas de ensino no Brasil atualmente funcionam de acordo com a colaboração entre União, Estados e Distrito Federal, conforme indica o art. 211, parágrafos 1º ao 4º da Constituição Federal de 1988. Neste sentido, a União cabe à organização do sistema de ensino federal e dos Territórios, financiando as instituições públicas federais e exercendo função redistributiva e supletiva de forma a garantir e equalizar as oportunidades educacionais, o padrão mínimo de qualidade mediante

assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios; aos Municípios cabe atuarem, prioritariamente, no ensino fundamental e na educação infantil; os Estados e o Distrito Federal atuam principalmente no ensino fundamental e médio definindo formas de colaboração, de modo a assegurar a universalização do ensino obrigatório.

Com o intuito de avaliar as instituições do ensino superior e os cursos de graduação, a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional introduziu o processo regular e sistemático de avaliação, condicionando seus credenciamentos e credenciamentos ao desempenho apresentado por essa avaliação. Neste contexto surgiram avaliações como o provão, iniciada pelo Ministério da Educação e aplicada aos alunos dos cursos de graduação com maior número de matriculados no país, além das vistorias em universidades com o objetivo de verificar a estrutura física e a qualificação dos professores, oferecidos aos diversos cursos das instituições públicas e privadas do país.

A LDBN de 1996 também trouxe mudanças significativas para a estrutura administrativa das Instituições de Ensino Superior (IES). A nova Lei redefiniu, portanto, os tipos de instituições e o organograma acadêmico. A Figura 5.6 mostra o fluxograma da Organização Acadêmica do Ensino Superior no Brasil apresenta a criação de mais dois tipos de universidades, além das já existentes: a Especializada e os Centros Universitários.

Quanto à classificação das IES no fluxograma da Figura 5.6 a seguir, podemos destacar:

1. As Universidades – caracterizam-se pela indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão, gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial (ressalva para as universidades públicas federais), criam, organizam e extinguem cursos e programas de educação superior, apresentam em seus quadros docentes o mínimo de 1/3 de professores com titulação de Mestrado e Doutorado com regime de Dedicção Exclusiva. É pluricurricular;

## ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

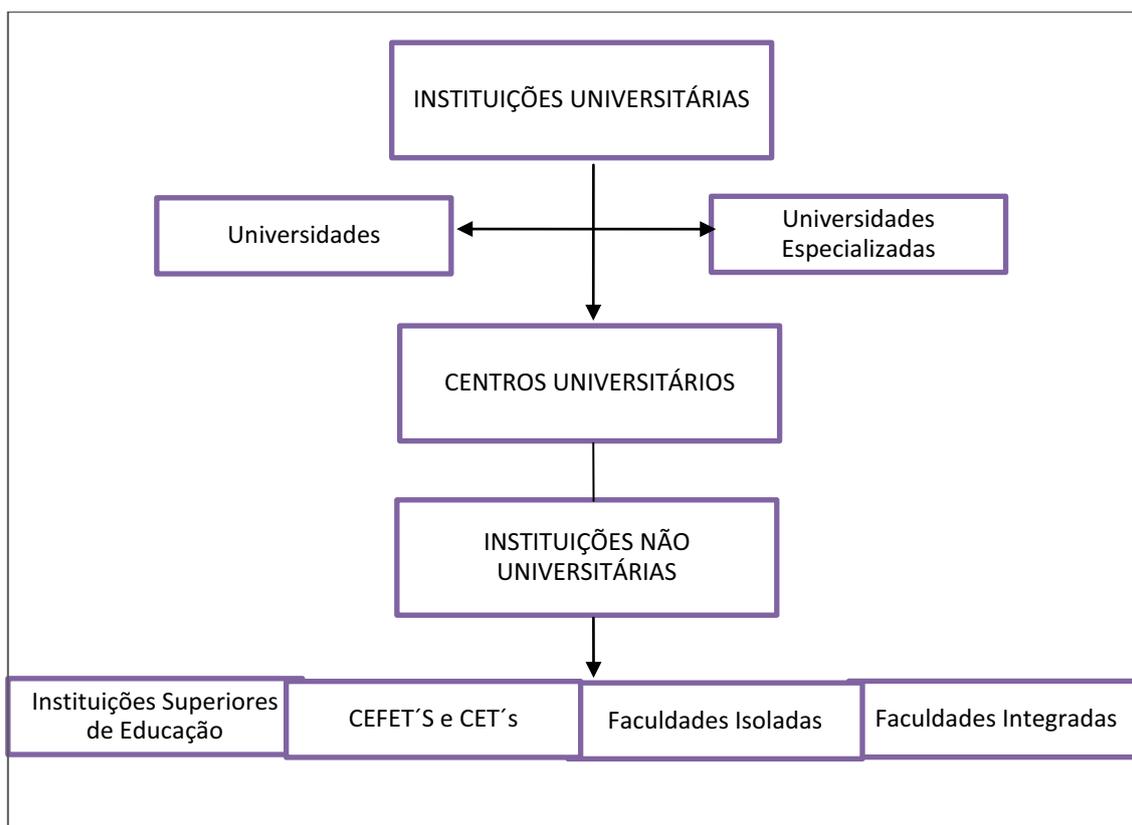


Figura 5.6 Organização Acadêmica do Ensino Superior no país conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 de 1996. Fonte: Adaptado de Neves (2002).

2. As Universidades Especializadas - Caracterizam-se por concentrar suas atividades de ensino e pesquisa em uma determinada área do saber. Apenas instituições de excelência em sua área de concentração, poderão ser credenciadas como universidades especializadas conforme o art. 8, parágrafo 2º do Decreto 3.860/01. Como exemplos podem ser citadas a UNIFESP (Universidade Federal do Estado de São Paulo, especializada na área médica e biomédica); a UFV (Universidade Federal de Viçosa - Minas Gerais, na área de agronomia) e a UFI (Universidade Federal de Itajubá também em Minas Gerais, na área de engenharias);
3. Os Centros Universitários - São novas modalidades de instituição de ensino superior pluricurricular, e assim como as universidades, gozam de algumas prerrogativas de autonomia. Caracterizam-se também pela oferta de ensino de graduação, qualificação do seu corpo docente. Não são obrigados a manter atividades de pesquisa e extensão. Os centros universitários são criados somente por credenciamento de IES já credenciadas e em funcionamento regular segundo o art. 11 do Decreto nº 3.860/01;
4. As Instituições Não-Universitárias - Atuam numa área específica de conhecimento

ou de formação profissional. Não tem autonomia para criar novos cursos, apenas sob a autorização do Executivo. São formadas pelas Faculdades Integradas, Faculdades Isoladas, Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET'S), atualmente Institutos Federais e por dois novos tipos de IES - os Institutos Superiores de Educação e os Centros de Educação Tecnológica (CETS):

- Faculdades Integradas - São instituições que abrangem mais de uma área de conhecimento, organizadas para atuar com único regimento. Fazem parte desta modalidade, vários cursos pautados por um único estatuto e regimento jurídico, possuindo conselhos superiores e diretorias acadêmicas e administrativas. Não são, necessariamente, pluricurriculares como as universidades, nem são obrigadas a desenvolver pesquisa e extensão;
- Centros de Educação Tecnológica e os Centros Federais de Educação Tecnológica (atuais Institutos Federais) - São instituições especializadas de educação profissional, públicas ou privadas. Têm por finalidade qualificar profissionais, nos vários níveis e modalidades de ensino, para os diversos setores da economia, bem como realizar atividades de Pesquisa e Desenvolvimento, produtos e serviços, necessários aos setores produtivos e para a sociedade de modo geral;
- Institutos Superiores de Educação - Visam à formação inicial, continuada e complementar para o magistério da educação básica, podendo oferecer diversos cursos e programas voltados para o seu nível de atuação.

O sistema de educação superior no Brasil nos dias atuais é bastante complexo e diversificado. Apresentam nesse conjunto, instituições públicas e privadas federais, estaduais e municipais, com diferentes cursos e programas, incluindo vários níveis de ensino, que vai desde a graduação até a pós-graduação *lato e stricto sensu*, além de oferecer modalidades que acompanham os avanços tecnológicos modernos, como é o caso do ensino a distância, oferecido por várias Instituições de Ensino Superior no país e que têm ganhado um número bem expressivo de adeptos.

A educação superior no Brasil é hoje considerada uma referência entre os países em desenvolvimento. A sua normatização atual está formalizada na Constituição Federal de 1988, bem como na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional do ano de 1996, acrescida de um extenso conjunto de Decretos, Regulamentos e Portarias complementares.

## 5.4 O Perfil das instituições públicas de ensino superior na Bahia

### 5.4.1 A implantação das IES (Instituições de Ensino Superior) públicas baianas.

O ensino superior baiano está pautado no cenário da educação do país como um todo, ou seja, seguiu as diretrizes históricas contextualizadas até aqui sobre o desenvolvimento deste em todo o território nacional.

Segundo Andrade & Verhine (sem data, p.2) em um estudo feito até o ano de 1990, já comentava que a educação superior na Bahia acompanha as tendências nacionais no que diz respeito a sua organização, expansão, diversificação e oferta. Nesta pesquisa onde existia 42 instituições de ensino superior no estado, 4,76% eram federais, 8,52% eram estaduais e 85,71% particulares. No caso das matrículas 25,66% estavam nas instituições federais, 33,76% nas estaduais e 40,57% nas privadas.

Obviamente que também algumas particularidades vem a tona em meio as questões atreladas as características econômicas, políticas, sociais, culturais e físicas, por exemplo, que acabam por influenciar no surgimento destas instituições de ensino superior no estado baiano.

Atualmente o MEC (Ministério da Educação e Cultura) através do Sistema *E-mec* mostra números de instituições de ensino no estado, no âmbito público e particular, devidamente cadastradas na seguinte situação retratada através da tabela da Figura 5.7 a seguir:

Organização Acadêmica	Categoria administrativa			
	Pública Municipal	Pública Federal	Pública Estadual	
Universidades	-	2	4	
Institutos Federais	-	2	-	
Centros Universitários	-	-	-	
Faculdades	-	-	-	
<b>Total</b>	-	4	4	
	Privada sem fins lucrativos	Privada com fins lucrativos	Beneficente	Especial
Universidades	1	1	-	-
Institutos Federais	-	-	-	-
Centros Universitários	-	2	-	-
Faculdades	39	78	-	-
<b>Total</b>	40	81		

Figura 5.7 Dados da Educação superior na Bahia: Fonte: MEC/Sistema e-mec. Elaborado por Marialda Brito, Lab de Geoprocessamento, DG/Uesb. 2013

Nesta tabela da Figura 5.7, se pode observar que o ensino superior público na Bahia é constituído por universidades e institutos federais, ambos sob a administração federal e ou estadual.

Com relação ao ensino superior privado, o mesmo é constituído por universidades, centros universitários e faculdades.

Porém o que chama mais atenção na tabela, é que o ensino superior público representa cerca de 10% do universo total de instituições, enquanto o privado está para 156% deste total. O que mostra que este último cresceu vertiginosamente desde o último estudo mostrado aqui

O ensino superior na Bahia, a priori, é representado, em quase sua totalidade por instituições privadas; porém é importante trazer ao conhecimento que as instituições públicas representadas na tabela são sede, ou seja, são aquelas onde estão agregadas as suas administrações, porém, a maioria tem outras unidades espalhadas dentro das suas cidades de origem ou mesmo fora delas, o que aumenta em parte o quantitativo de instituições de ensino público no estado, sem portanto, superar o de ensino privado.

Deste modo fazendo face ao objetivo deste trabalho que é um estudo dirigido as universidades públicas baianas, sobretudo por estarem genuinamente associadas as atividades de ensino pesquisa e extensão, vem-se aqui retratar primeiramente o surgimento das universidades públicas que hoje fazem parte do quadro do ensino superior no estado, e que marcam um momento histórico importante da educação superior no país, sendo que foi na Bahia que surgiu um dos primeiros cursos deste nível no Brasil, conforme se pode traçar no pequeno histórico da Figura 5.8 abaixo:

#### **Pequeno esboço histórico sobre o surgimento das universidades públicas baianas.**

Ano	Acontecimentos	Localidade/Município
1808	<b>UFBA</b> (Universidade Federal da Bahia) – Criada a partir da Faculdade de Medicina da Bahia onde se deu com o primeiro curso de nível superior do país. Mais tarde outras faculdades se agregaram para formar esta instituição.	Salvador
1972	<b>UESC</b> (Universidade Estadual de Santa Cruz) - criada a partir da FESPI (Federação das Escolas Superiores de Ilhéus e Itabuna), fruto da agregação das três faculdades do eixo Ilhéus-Itabuna.	Ilhéus

1976	<b>UEFS</b> (Universidade Estadual de Feira de Santana) – Criada a partir da FUFs (Fundação Universidade de Feira de Santana de 1968).	Feira de Santana
1980	<b>UESB</b> (Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia), criada a partir da FFPVC (Faculdade de Formação de Professores de Vitória da Conquista de 1969).	Vitória da Conquista
1983	<b>UNEB</b> (Universidade do Estado da Bahia) – foi criada exatamente em 1983 pelo governo do estado no intuito de implantar campi universitários em vários municípios do estado.	Salvador
2006	<b>UFRB</b> (Universidade Federal do Recôncavo Baiano) – criada a partir da Escola Agrônômica da Bahia de 1943 e que passou a fazer parte da Ufba em 1968 com o nome de Escola de Agronomia da Bahia.	Cruz das Almas

Figura 5.8. Esboço histórico das universidades públicas baianas. Fonte: Sites das universidades da Bahia. Elaborado por Marialda Brito, Lab. de Geoprocessamento, DG/Uesb, 2012.

Primeiramente o ensino superior no estado da Bahia surgiu com a antiga Escola de Medicina ou Faculdade de Medicina que foi uma das primeiras no Brasil, para depois vir a dar lugar ao surgimento da Universidade Federal da Bahia.

Seguidamente como se pode perceber o desenvolvimento do ensino superior público na Bahia se dar realmente a partir dos anos 70, com a criação de universidades na capital (Salvador) e interiores a partir de faculdades e ou instituições de ensino superior – ainda não tidas como unidades preexistentes, que serviram para futuramente constituíram as universidades que estão em funcionamento até os dias atuais, em vários lugares do estado.

A Ufba (Universidade Federal da Bahia), uma vez constituída, continuou seu avanço criando várias outras unidades de ensino superior na cidade de Salvador e campi nas cidades de Barreiras (oeste do estado), Camaçari (na sua própria região de influência – Recôncavo Baiano) e outro em Vitória da Conquista (na região geoeconômica denominada Sudoeste da Bahia).

As chamadas universidades estaduais baianas (Uesc, Uefs, Uesb e Uneb), tiveram a sua história marcada principalmente na década de 80 e vieram para ampliar e alargar o ensino superior no estado através de vários campi em muitos municípios do estado da Bahia.

A Uesc (Universidade Estadual de Santa Cruz) foi instalada na região do litoral sul da Bahia, com vistas a promover o acesso ao ensino superior não só nesta região mas no extremo sul e regiões adjacentes da Bahia.

A Uesf (Universidade Estadual de Feira de Santana) veio a ser instalada já próxima a metrópole – Salvador, na cidade de Feira de Santana a cerca de 100Km dela, reforçando mais ainda a presença da educação superior pública no interior baiano, só que desta vez na região do recôncavo e adjacências.

A Uesb (Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia) se estendeu pela chamada região geoeconômica – Sudoeste da Bahia promulgada pela SEI (Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia) em três campi, em pontos estratégicos que pudessem contribuir para o desenvolvimento local a partir dos municípios onde se instalaram.

Mas foi com a criação da Uneb (Universidade Estadual da Bahia) que o governo estadual começou a criar algumas iniciativas para expandir o ensino superior nas cidades dos interiores baianos, esta ação fez parte da política de interiorização do ensino superior na Bahia, iniciada nos anos 60 em diante. A Uneb veio a se espalhar pelas várias cidades do estado, de norte a sul, de leste a oeste, em uma distribuição geográfica bastante ampla, em número de 24 unidades contando com a sede em Salvador, e assim disseminada em várias localizações também foi se agregando ao surgimento de mais outras universidades estaduais que apareceram em alguns dos mesmos municípios onde ela se instalou, enriquecendo ainda mais a presença da educação superior pública neles.

A Ufrb (Universidade Federal do Recôncavo Baiano), com seus campi veio incrementar mais ainda a oferta de ensino superior na área do recôncavo baiano que também sofre influência direta da Ufba e também de alguns municípios mais longínquos como Barreiras ao norte e Vitória da Conquista na porção sudoeste, dentro do contexto territorial baiano.

Assim a maioria destas universidades ao se desdobrarem geograficamente, ou seja, ao criarem várias unidades dentro do estado baiano, fez aumentar sensivelmente o número de instituições públicas de ensino superior na Bahia, conforme se observa na tabela da Figura 5.9, a seguir:

<b>UNIVERSIDADES PÚBLICAS BAIANAS</b>			
<b>SIGLA</b>	<b>NOME/UNIVERSIDADE</b>	<b>LOCALIZAÇÃO</b>	<b>TIPO</b>
<b>UFBA</b>	<b>UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA</b>	<b>Salvador</b>	<b>Sede</b>
	Campus de Vitória da Conquista	Vit. da Conquista	Campus

	Campus de Barreiras	Barreiras	Campus
<b>UESC</b>	<b>UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ</b>	<b>Ilhéus</b>	<b>Sede</b>
<b>UEFS</b>	<b>UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA</b>	<b>Feira de Santana</b>	<b>Sede</b>
<b>UESB</b>	<b>UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA</b>	<b>Vit.da Conquista</b>	<b>Sede</b>
	Campus de Jequié	Jequié	Campus
	Campus de Itapetinga	Itapetinga	Campus
<b>UNEB</b>	<b>UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA</b>	<b>Salvador</b>	<b>Sede</b>
UNEB	Campus II – Alagoinhas	Alagoinhas	Campus
UNEB	Campus III – Juazeiro	Juazeiro	Campus
UNEB	Campus IV – Jacobina	Jacobina	Campus
UNEB	Campus V - Santo Antônio de Jesus	StºAntônio de Jesus	Campus
UNEB	Campus VI – Caetitê	Caetitê	Campus
UNEB	Campus VII - Senhor do Bonfim	Senhor do Bonfim	Campus
UNEB	Campus VIII - Paulo Afonso	Paulo Afonso	Campus
UNEB	Campus IX – Barreiras	Barreiras	Campus
UNEB	Campus X - Teixeira de Freitas	Teixeira de Freitas	Campus
UNEB	Campus XI – Serrinha	Serrinha	Campus
UNEB	Campus XII – Guanambi	Guanambi	Campus
UNEB	Campus XIII – Itaberaba	Itaberaba	Campus
UNEB	Campus XIV - Conceição do Coité	Conceição do Coité	Campus
UNEB	Campus XV – Valença	Valença	Campus
UNEB	Campus XVI – Irecê	Irecê	Campus
UNEB	Campus XVII - Bom Jesus da Lapa	Bom Jesus da Lapa	Campus
UNEB	Campus XVIII – Eunápolis	Eunápolis	Campus
UNEB	Campus XIX – Camaçari	Camaçari	Campus
UNEB	Campus XX – Brumado	Brumado	Campus
UNEB	Campus XXI – Ipiaú	Ipiaú	Campus
UNEB	Campus XXII - Euclides da Cunha	Euclides da Cunha	Campus
UNEB	Campus XXIII – Seabra	Seabra	Campus
UNEB	Campus XXIV - Xique-Xique	Xique-Xique	Campus
<b>UFRB</b>	<b>UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA</b>	<b>Cruz das Almas</b>	<b>Sede</b>
	Campus de StºAntônio de Jesus	StºAntônio de Jesus	Campus
	Campus de Amargosa	Amargosa	Campus
	Campus de Cachoeira	Cachoeira	Campus
UNIVASF	Campus Juazeiro (Sede Petrolina – Pernambuco)	Juazeiro	Campus
UNIVASF	Campus Senhor do Bonfim (Sede Petrolina – Pernambuco)	Senhor do Bonfim	Campus

Figura 5.9 Universidades Públicas Baianas. Fonte: *Home-page* das universidades. Elaborado por Marialda Brito, Lab de Geoprocessamento, DG/Uesb. 2013.

Deste modo a estrutura das universidades baianas está baseada no formato multicampi, onde a universidade sede comanda administrativamente todas as suas unidades, sendo que estas também usufruem de uma certa autonomia que lhes confere mediante o regimento interno da instituição, de forma que possam funcionar dentro da grande estrutura universitária a qual estão atreladas.

Este comportamento das universidades baianas é comum no país e vários outros estados tem esta mesma diretriz, no caso da Bahia, tal fato se deu a partir da política de interiorização do Ensino Superior contida no Plano Integral de Educação do Estado da

Bahia em 1969.

São universidades que funcionam geralmente em locais estrategicamente planejados, uma vez que a ideia é proporcionar o acesso a educação onde ela se faz necessária mediante a demanda interna e ou carência por ensino superior público, pois o que se almeja dentro desta estrutura é um ensino superior articulado entre suas unidades físicas e em consonância com as realidades sócio-econômicas e culturais das áreas onde estão localizados.

As universidades públicas baianas gozam de autonomia didática, financeira, patrimonial e administrativa, sendo que segundo Santos (2000), acabam sendo restringidas uma vez que alguns procedimentos administrativos estão sob tutela de leis estaduais que regulamentam, por exemplo, a aquisição patrimonial e contratação de serviços, por exemplo, a criação de cursos pode até ser feita pela universidade, mas depende da aprovação do Conselho Estadual de Educação.

Por outro lado, ao se estabelecer um comparativo entre a evolução do ensino superior no país em relação a Bahia e mais especificamente a cidade de Salvador, onde surgiu uma das primeiras universidades no país, as situações se diferem bastante, conforme se pode observar nos gráficos da Figura 5.10 a seguir, resultado de estudo realizado pela CM Consultoria<sup>16</sup> em um dado período histórico.

Segundo os gráficos expostos, o que se percebe sobre a evolução das IES no país, é que as instituições particulares superam vertiginosamente as públicas ao longo do período de 2000 a 2007 e pelo esperando a situação se perpetua nos anos seguintes, mostrando sempre um leve crescimento das públicas, mas um avanço incrível das particulares.

Então a primeira ideia é ver que o ensino superior no país, segundo o gráfico, tem na pauta do seu desenvolvimento uma grande presença de instituições privadas, sendo ainda que elas são mais numerosas nas cidades dos interiores do que nas capitais. Todavia este quadro se deve ao fato de que o ensino superior brasileiro se caracterizou sempre pelo formato estrutural de multicampia, isto é, várias universidades oriundas de uma única que representa a sede administrativa.

---

<sup>16</sup> Empresa particular paulista criada em 1968, cuja finalidade é atuar na área de soluções para planejamento e gestão educacional da educação superior no país.

Gráfico 1

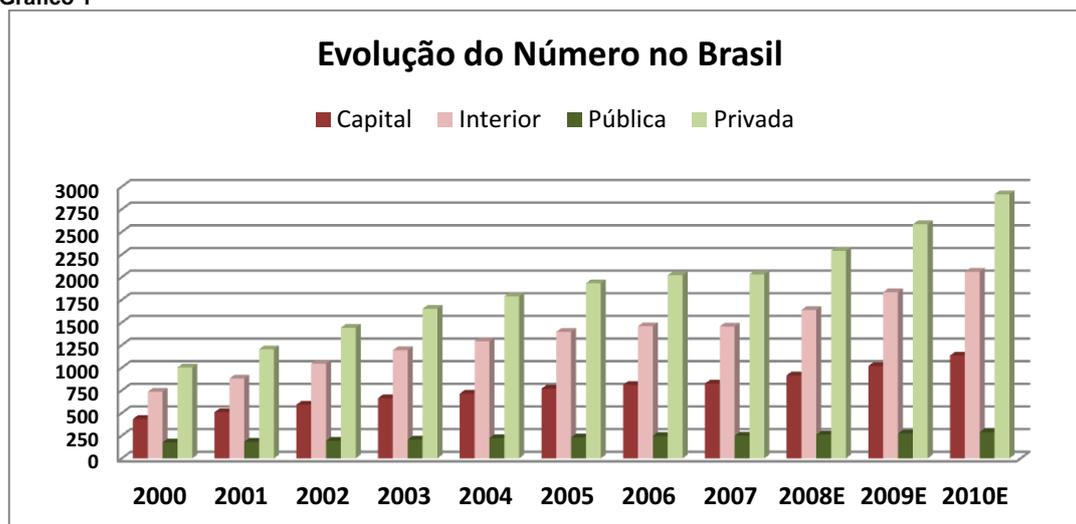


Gráfico 2

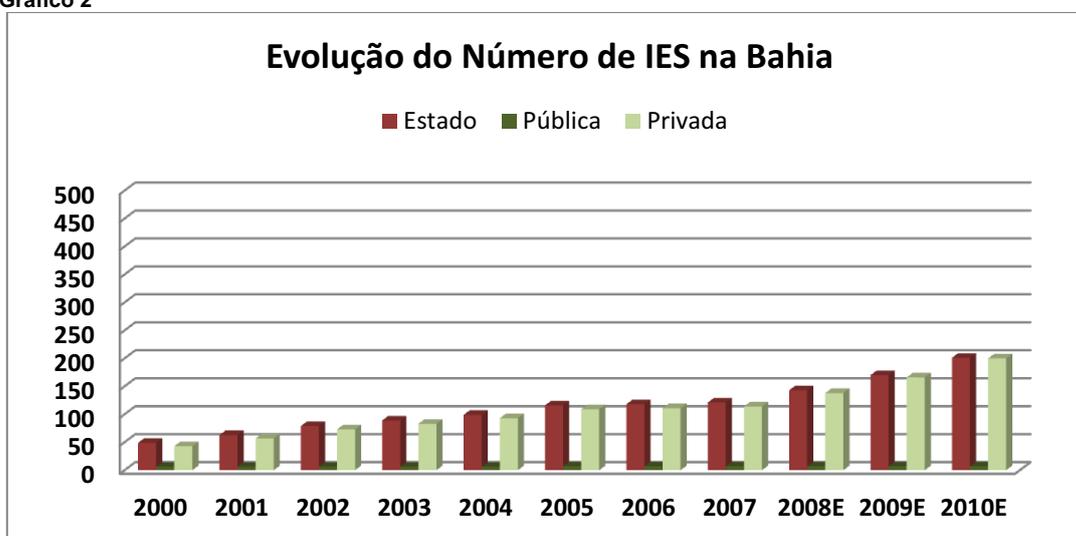


Gráfico 3

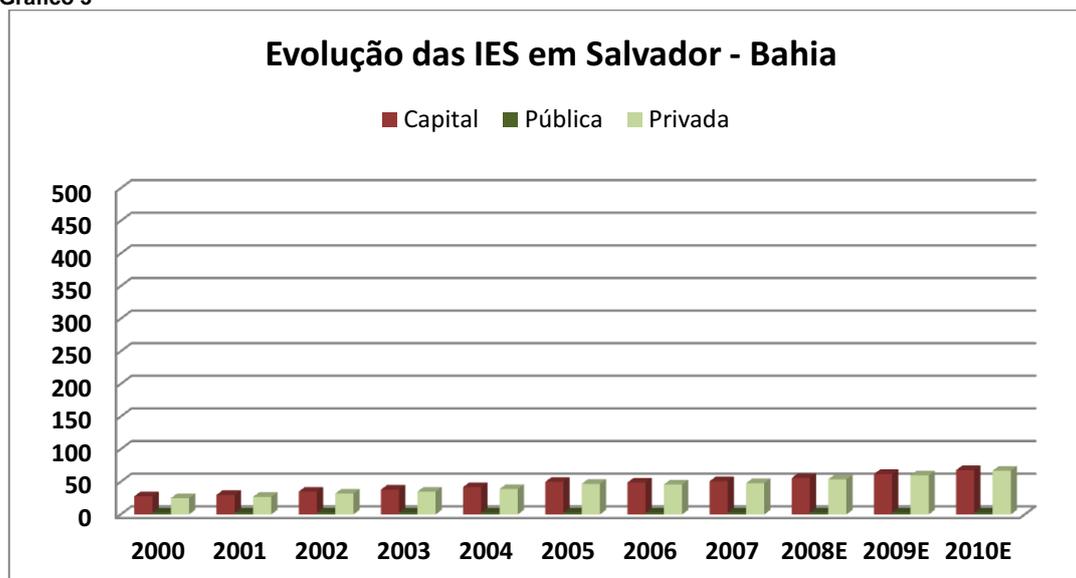


Figura 5.10. Evolução das IES no Brasil, Bahia e Salvador entre 2000 e 2007 com estimativas. Fonte: Estudos de Mercado Brasil – Bahia – Salvador da CM Consultoria. Disponível em: <http://www.cmconsultoria.com.br/arquivos/EstudosDeMercadoSalvador.pdf> Acesso em mai. 2013. Adaptado por Marialda Brito. Lab. de Geoprocessamento, DG/Uesb, 2013

Se comparar esta evolução no mesmo período para a Bahia, no gráfico 2, considerando as mesmas categorias, isto é: ensino privado e público ver-se no segundo gráfico que o estado baiano agrega bem menos de 1/6 do quantitativo de instituições que surgiram no Brasil e portanto o número de IES no estado sustenta números bem tímidos se comparados ao restante do país. Também é verificado que levando-se em consideração o estado baiano e o ensino superior privado, ambos ocupam os patamares numéricos semelhantes.

No caso de Salvador, no gráfico 3, a capital do estado da Bahia, donde surgiram as primeiras instituições de ensino superior, o volume delas é comparativamente grande em relação ao restante do estado mostrando que é uma das áreas de maior concentração delas, como é até os dias atuais. Paralelamente o crescimento de IES na capital do estado é muito estável ao longo dos anos observados.

Os campi geralmente se pulverizam na paisagem baiana e acabam sendo caracterizados, principalmente, por oferecerem cursos que estão em sintonia com as regiões onde ocupam, ou seja, geralmente, eles são planejados sob a realidade econômica local, a fim de proporcionar o preparo de mão de obra que possa atender aos anseios profissionais do mercado produtivo setorial.

Obviamente, que isto não é uma realidade absoluta, pois, conforme é sabido a demanda por profissões mais universais ou de maior aceitação e espaço no mercado de trabalho, muitas vezes, levam as universidades a oferecê-los dentro de um contexto do mundo atual e não tão especificamente a mercê da realidade onde estão inseridas geograficamente.

#### 5.4.2 Os cursos e recursos nas universidades do estado da Bahia

Uma das características que marca o ensino superior brasileiro é a sua grande diversidade na oferta de cursos e na Bahia não podia ser diferente. Cada universidade sede e seus campi oferecem uma gama variada de cursos nas áreas da educação, saúde, engenharia, ciências sociais, ciências humanas, ciências biológicas e outras.

A princípio esta oferta, mediante a grande quantidade de campi existentes, no estado está voltada a atender as demandas locais ou então seguem de perto as características sócio-econômicas das regiões onde estão as universidades, conforme já mencionado, mas também há uma preocupação com o contexto globalizante da educação

superior que não necessariamente deve estar associada unicamente a este objetivo, mas também o de formar o cidadão preparado profissionalmente para um contexto social cuja escala não se limita apenas a uma realidade local.

Deste modo, cursos surgiram, surgem e mais cursos surgirão nas universidades brasileiras e conseqüentemente nas baianas, cuja preocupação atual é cada vez mais oferecerem através deles oportunidades de escolha e acesso ao estudante das mais diversas camadas da sociedade, em meio a uma região com problemas econômicos e sociais preocupantes, e onde principalmente as desigualdades sociais se configuram como verdadeiros entraves ao desenvolvimento local e regional.

Neste sentido, as tabelas que se seguem servem para expor os principais cursos de graduação e pós-graduação (aqui são considerados somente os mestrados e doutorados tanto por serem de maior peso na formação acadêmica quanto por serem mais permanentes no quadro das universidades do que as especializações que costumam serem multivariadas, inclusive em carga horária) oferecidos pelas universidades baianas, que também vem levantando um preocupação mais veemente em criarem estes últimos tipos de cursos, uma vez que é cada vez maior o interesse em proporcionar aos indivíduos um preparo mais específico e abrangente nas diversas áreas do conhecimento, depois da formação universitária, pois assim estas universidades estabelecem também marcam um diferencial no rol das IES baianas, já que o ensino privado altamente mercantilizado e voltado genuinamente ao ensino, não vem proporcionando este fato.

A seguir as principais universidades baianas e seus cursos de graduação e pós-graduação:

- Ufba (Universidade Federal da Bahia)

A Oferta de cursos de graduação e pós-graduação pela Ufba, segue de perto a sua organização multicampi e estão distribuídas em grandes áreas e por campus dentro da cidade do Salvador e pelos interiores onde estão suas unidades. Na graduação os cursos oferecidos podem ser encontrados nos moldes da licenciatura, bacharelado e ou licenciatura e bacharelado ao mesmo tempo, além das engenharias e outros. Cada área pode conter mais de um campus, eles oferecem cursos das diversas áreas que constituem a organização científica dos cursos da Ufba.

Na parte da pós-graduação, bastante ampla, os cursos de mestrado e doutorado são distribuídos por áreas do conhecimento; a maioria destes cursos são oferecidos na modalidade mestrado, outros como mestrado e doutorado, e pouco como doutorado



Licenciatura em Ciências Naturais	Administração	M/D
Medicina Veterinária	Administração	MP
Zootecnia	Antropologia	M/D
<u>Campus: Vitória da Conquista</u>	Ciência da Informação	M/D
Biotecnologia	Cultura e Sociedade	M/D
Ciências Biológicas (Bach.)	<u>Área III - Ciências Humanas</u>	
Enfermagem	Contabilidade	M
Farmácia	Cultura e Sociedade	M/D
Nutrição	Desenvolvimento e Gestão Social	MP
<u>Campus: Barreiras</u>	Difusão do Conhecimento	D
Ciências Biológicas (Lic. e Bach.)	Direito	M/D
<b>Área III</b>	Economia	M
<u>Campus: Canela/Salvador</u>	Educação	M/D
Administração	Estudos Étnicos e Africanos	M/D
Arquivologia	Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e	
Arquivologia - Noturno	Feminismo	M/D
Biblioteconomia e Documentação	Filosofia	M/D
Direito	Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade	M
Direito – Noturno	Ecologia	MP
Licenciatura em Educação Física	<u>Área IV – Letras</u>	
Pedagogia	Língua e Cultura	M/D
Secretariado Executivo	Literatura e Cultura	M/D
<u>Unidades Dispersas</u>	<u>Área IV - Artes</u>	
Ciências Contábeis	Artes Cênicas	M/D
Ciências Contábeis – Noturno	Artes Visuais	M
Ciências Econômicas	Dança	M
<u>Campus: Federação/Salvador</u>	Música	M/D
Ciências Sociais (Lic. e Bach.)		
Filosofia		
História (Lic. e Bach.)		
História (Lic.) – Noturno		
Museologia		
Psicologia		
<u>Campus: Ondina/Salvador</u>		
Comunicação – Jornalismo		
Comunicação – Produção em Comunicação e Cultura		
Estudos de Gênero e Diversidade (Bach.)		
Serviço Social		
<u>Campus: Barreiras</u>		
Administração		
<b>Área IV</b>		
<u>Campus Ondina/Salvador</u>		
Letras Vernáculas (Lic. E Bach.)		
Letras Vernáculas e Língua Estrangeira Moderna (Lic.)		
Língua Estrangeira Moderna ou Clássica (Lic. E Bach.)		
Letras Vernáculas (Lic.)		
Língua Estrangeira – Inglês/Espanhol (Lic.)		
<b>Área V</b>		
<u>Campus: Canela/Salvador</u>		
Artes Cênicas – Direção Teatral		
Licenciatura em Teatro		
Artes Plásticas		
Design		
Licenciatura em Desenho e Plástica		
Curso Superior de Decoração		
Canto		
Composição e Regência		
Instrumento		
Licenciatura em Música		

Música Popular Artes Cênicas – Interpretação Teatral <u>Campus: Ondina/Salvador</u> Dança <b>BI (Bacharelado Interdisciplinar)</b> Artes Artes – Noturno Ciência e Tecnologia Humanidades Humanidades – Noturno Saúde Saúde – Noturno Ciência e Tecnologia – Noturno <u>Campus: Barreiras</u> Ciência e Tecnologia Humanidades <b>CST(Cursos Superiores de Tecnologia)</b> <u>Campus Canela/Salvador</u> Gestão Pública e Gestão Social <u>Campus: Ondina/Salvador</u> Transporte Terrestre: Gestão do Transporte e Trânsito		
--	--	--

Figura 5.11. Os Cursos oferecidos pela Ufba. Fonte: Home-page da Ufba. Elaborado por Marialda Brito. Lab. de Geoprocessamento, DG/Uesb, 2013.

- Uesc – Universidade de Santa Cruz

A Universidade de Santa Cruz possui somente uma unidade é, portanto o quantitativo de cursos de graduação menor comparativamente; uma parte do tipo bacharelado e outra do tipo licenciatura. Na pós-graduação a maioria dos cursos é oferecida na modalidade de mestrado, havendo poucos que são oferecidos como mestrado e doutorado ao mesmo tempo, de acordo a tabela da Figura 5.12, a seguir:

	OFERTA DE CURSOS NA UESC		
	Graduação	Pós-Graduação ( <i>strictu sensu</i> )	
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ	Administração (Bach.)	Biologia e Biotecnologia de Microrganismos	M/D
	Agronomia (Bach.)	Botânica	M
	Ciências Biológicas (Lic.)	Ciência Animal	M/D
	Biomedicina (Bach.)	Ciência, Inovação e Modelagem em Materiais	M
	Ciências Biológicas (Bach.)	Letras: Linguagens e Representações	M
	Ciências Sociais (Lic)	Produção Vegetal	M
	Ciências Contábeis (Bach.)	PROFÍSICA - Programa de pós-graduação em Física	
	Ciência da Computação (Bach.)	PROFMAT - Profissional em Matemática em Rede Nacional	M
	Comunicação Social (Bach.)	Sistemas Aquáticos Tropicais	M
	Educação Física (Lic.)	Zoologia	M
	Direito (Bach.)	Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente	M
	Economia (Bach.)	Ecologia e Conservação da Biodiversidade	M/D
	Filosofia (Lic.)	Genética e Biologia Molecular	M/D
	Enfermagem (Bach.)	Economia Regional e Políticas Públicas	M/D
	Engenharia Civil (Bach.)	Formação de Professores da Educação Básica	M
	Física(Lic.)	Modelagem computacional em Ciência e Tecnologia	M
	Engenharia de Produção (Bach.)	Química	
	Engenharia Elétrica (Bach.)	PPGEC – Educação em Ciências	M
	Geografia (Lic.)	PPGEM – Pós-Graduação em Educação Matemática	M
Engenharia Macânica (Bach.)			

Engenharia Química (Bach.)	M
História (Lic.)	
Física (Bach.)	M
Geografia (Bach.)	
LEA (Bach.)	
Medicina (Bach.)	
Letrass (Lic.)	
Medicina Veterinária (Bach.)	
Matemática (Bach.)	
Matemática (Lic.)	
Química (Bach.)	
Pedagogia (Lic.)	
Química (Lic.)	

Figura 5. 12 Cursos Oferecidos pela Uesc. Fonte: Home-page da Uesc. Elaborado por Marialda Brito. Lab. de Geoprocessamento, DG/Uesb, 2013.

- Uefs (Universidade Estadual de Feira de Santana)

A Universidade de Feira de Santana é bem parecida com a Uesc, no que diz respeito ao quantitativo e tipos de cursos oferecidos na graduação e pós-graduação. Deste modo existem cursos de engenharias, bacharelados, licenciaturas, na área de saúde, ciências humanas, educação e outros. Na pós-graduação o quantitativo de cursos de cursos está proporcional ao de graduação e também bastante diversificado, sendo que a maioria está na modalidade de mestrado, poucos sendo mestrado e ou doutorado, e um doutorado, conforme se observa na tabela da Figura 5.13 abaixo:

OFERTA DE CURSOS NA UEFS			
	Graduação	Pós-Graduação ( <i>strictu sensu</i> )	
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA	<u>Ciências Humanas</u>		
	Administração	Botânica	M/D
	Ciências Contábeis	Biotecnologia	M/D
	Ciências Econômicas	Recursos Genéticos Vegetais	M/D
	Direito	Zoologia	M
	Licenciatura em Geografia	Modelagem e Ciência da Terra e Ambiente	M
	Licenciatura em História	Engenharia Civil e Ambiental	M
	Licenciatura em Pedagogia	Computação Aplicada	M
	<u>Tecnologia e Ciências Exatas</u>	Saúde Coletiva	M
	Engenharia de Alimentos	Programa de Pós-Graduação em Ciências	
	Engenharia Civil	Farmacêuticas	M
	Engenharia de Computação	História	M
	Licenciatura e Bacharelado em Física	Mestrado Profissional em Planejamento Territorial	M
	Licenciatura em Matemática	Literatura e Diversidade Cultural	M
	<u>Ciências Naturais e Saúde</u>	Desenho Cultura e Interatividade	M
	Ciências Farmacêuticas	Ensino, Filosofia e História das Ciências	M/D
	Enfermagem e Obstetrícia	Desenvolvimento Sustentável (UEFS/UnB)	M
	Licenciatura e Bacharelado em Ciências Biológicas	Ciência da Computação (UEFS/UFBA/UNIFACS)	D
	Licenciatura em Educação Física	Educação	M
	Medicina		
Odontologia			
<u>Letras e Artes</u>			
Licenciatura em Ensino Fundamental			
Licenciatura em Letras com Espanhol			

Licenciatura em Letras com Francês		
Licenciatura em Letras com Inglês		
Licenciatura em Letras Vernáculas		

Figura 5.13. Cursos oferecidos pela Uefs. Fonte: Home-page da Uefs. Elaborado por Marialda Brito. Lab. de Geoprocessamento, DG/Uesb, 2013

- Uesb (Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia)

A Uesb, é a segunda das quatro universidades baianas a possuir mais campi depois da Uneb, neste sentido se observa um quantitativo de cursos intermediário dentro do conjunto das IES estaduais. Deste modo na graduação onde se oferecem cursos na modalidade de licenciatura e bacharelados, o campus que mais agrega cursos é a sede administrativa de Vitória da Conquista seguido de Jequié e Itapetinga. Os cursos de pós-graduação são na sua maioria na modalidade mestrado, poucos mestrado e doutorado e doutorado oferecido sozinho, segundo consta na tabela da Figura 5.14, abaixo:

OFERTA DE CURSOS NA UESB		
	Graduação	Pós-Graduação
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA	<b>CAMPUS VITÓRIA DA CONQUISTA</b>	
	Matemática	<b>CAMPUS VITÓRIA DA CONQUISTA</b>
	Ciências Biológicas (Lic.)	Agronomia M/D
	Ciências Biológicas (Bach.)	Memória: Linguagem e Sociedade M/D
	Medicina	Linguística M
	Agronomia	Educação M
	Engenharia Florestal	Letras: Cultura, Educação e Linguagens M
	Administração (Not.e Vesp.)	Educação M
	Ciências Contábeis	Ciência da Computação M
	Ciências Econômicas	Matemática em Rede Nacional MP
	Ciências Sociais	Letras - PROFLETRAS MP
	Comunicação Social	
	Direito	<b>CAMPUS JEQUIÉ</b>
	Filosofia	Química M
	Geografia (Mat.e Not.)	Educação Científica e Formação de Professores M
	Hstória (Not. e Vesp.)	Enfermagem e Saúde M
	Letras Modernas	Genética, Biodiversidade e Conservação M
	Letras Vernáculas	
	Pedagogia	<b>CAMPUS ITAPETINGA</b>
	Cinema e Audiovisual	Ciências Ambientais M
	Ciência da Computação	Zootecnia M/D
	Física	Engenharia de Alimentos M
	Cinema e Audiovisual	
	<b>CAMPUS JEQUIÉ</b>	
	Química (Bach.)	
	Sistema de Informação	
	Ciências Biológicas (Genética/Ecologia)	
	Ciências Biológicas (Mat.e Not.)	
	Matemática (ênfoque em informática)	
	Educação Física	
	Enfermagem	
	Farmácia	
	Fisioterapia	
	Medicina	

Odontologia Letras (Mat.e Not.) Pedagogia Dança Teatro		
<b>CAMPUS ITAPETINGA</b> Química Química (com atribuições tecnológicas) Engenharia Ambiental Engenharia de Alimentos Ciências Biológicas (Bach.) Zootecnia Pedagogia Física		

Tabela 5.14. Cursos Oferecidos pela Uesb. Fonte: Home-page da Uesb. Elaborado por Marialda Brito. Lab. de Geoprocessamento, DG/Uesb, 2013

- Uneb (Universidade do Estado Bahia)

Organizada em 24 campi distribuídos em vários municípios do estado baiano, a Uneb agrega em seus 29 departamentos diversos cursos que variam de um campus para outro no estado, indo desde aqueles que estão na área de ciências humanas (mais presente) até a de saúde. Já na pós-graduação a oferta e variedade de cursos é bem menor que a graduação ou melhor observando, em relação ao grande quantitativo de campus, existem poucos cursos nas modalidades de mestrado e principalmente de doutorado, já as especializações como variam muito em tipos e quantidade não são tomadas aqui como referência principal do oferecimento de cursos *lato sensu*. Conforme se pode observar na tabela da Figura 5.15, a seguir:

OFERTA DE CURSOS NA UNEB			
Graduação		Pós-Graduação (strictu sensu)	
UNIVERSIDADE ESTADUAL DA BAHIA	<b>CAMPUS I – SALVADOR</b>		
	<u>DCET – Departamento de Ciências Exatas e da Terra</u>		Nível
	- Desenho Industrial: Programação Visual (Mat.)	<b>DCET I / Campus I – Salvador</b>	
	- Desenho Industrial: Projeto do Produto (Mat.)	Programa de Pós-Graduação em Química Aplicada – PGQA	M
	- Engenharia de Produção Civil		
	- Química (Diurno)	<b>DCH I / Campus I – Salvador</b>	
	- Sistemas de Informação (Mat.)	Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens – PPGEL	M
	- Urbanismo (Diurno)	Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão do Conhecimento e Desenvolvimento Regional – PGDR	M
	<u>DCH – Departamento de Ciências Humanas</u>		
	- Administração (Diurno e Noturno)	<b>DCHI / Campus I – Salvador</b>	
- Ciências Contábeis	Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade – PPEduC	M/D	
- Comunicação Social – Relações Públicas (Diurno)			
- Direito (Mat.)	<b>DEDCI / Campus I – Salvador</b>		
- Letras – Língua Espanhola e Literaturas (Mat.)	Programa de Pós-Graduação em Mestrado Profissional Gestão e Tecnologia Aplicada à		
- Letras – Língua Inglesa e Literaturas (Not.)			
- Letras – Língua Portuguesa e Literaturas (Vesp.)			
- Turismo e Hotelaria (Vesp.)			
<u>DCV – Departamento de Ciências da Vida</u>			
- Enfermagem (Diurno)			

<p>- Farmácia (Diurno)  - Fisioterapia (Diurno)  - Fonoaudiologia (Diurno)  - Nutrição (Diurno)  <u>DEDC – Departamento de Educação</u>  - Pedagogia (Lauro de Freitas)  - Pedagogia – Licenciatura (Mat., Vesp. e Not.) - Psicologia (Diurno)  - Psicologia (Diurno)  <b>CAMPUS II – ALAGOINHAS</b>  <u>DCET – Departamento de Ciências Exatas e da Terra</u>  - Análise de Sistemas (Diurno)  - Ciências Biológicas  - Matemática (Mat.)  <u>DEDC – Departamento de Educação</u>  - História (Noturno)  - Letras – Língua Francesa e Literaturas (Diurno)  - Letras – Língua Inglesa e Literaturas (Diurno)  - Letras – Língua Portuguesa e Literaturas (Diurno)  - Licenciatura em Educação Física (Mat.)  <b>CAMPUS III – JUAZEIRO</b>  <u>DCH – Departamento de Ciências Humanas</u>  - Comunicação Social – Jornalismo e Múltiplos Meios (Vesp.)  - Pedagogia – Licenciatura (Vesp. e Not.)  <u>DTCS – Departamento de Tecnologia e Ciências Sociais</u>  - Agronomia (Diurno)  - Direito (Vesp.)  <b>CAMPUS IV – JACOBINA</b>  <u>DCH – Departamento de Ciências Humanas</u>  - Direito  - Educação Física (Mat.)  - Geografia  - História  - Letras – Língua Inglesa e Literaturas  - Letras – Língua Portuguesa e Literaturas  <b>CAMPUS V – SANTO ANTONIO DE JESUS</b>  <u>DCH – Departamento de Ciências Humanas</u>  - Administração – Micro e Pequenas Empresas  - Geografia  - História  - Letras: Língua Espanhola e Literaturas  - Letras: Língua Inglesa e Literaturas  - Letras: Língua Portuguesa e Literaturas  <b>CAMPUS VI – CAETITÉ</b>  <u>DCH – Departamento de Ciências Humanas</u>  - Ciências Biológicas (Mat.)  - Geografia  - História (Not.)  - Letras – Língua Inglesa e Literaturas  - Letras – Língua Portuguesa e Literaturas  - Matemática (Not.)  <b>CAMPUS VII – SENHOR DO BONFIM</b>  <u>DEDC – Departamento de Educação</u>  - Ciências Biológicas (Mat. e Vesp.)  - Ciências Contábeis (Not.)  - Enfermagem (Diurno)  - Matemática (Mat. e Not.)  - Pedagogia (Lic.)  <b>CAMPUS VIII – PAULO AFONSO</b></p>	<p>Educação - Gestec   <b>DEDC / Campus II – Alagoinhas</b>  Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural – Pós-Crítica   <b>DCH V / Campus V – Santo Antonio de Jesus</b>  Programa de Pós-Graduação em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional  Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local   <b>DEDC / Campus VIII – Paulo Afonso</b>  Programa de Pós-Graduação em Biodiversidade Vegetal – PPGBV  Programa de Pós-Graduação em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental   <b>DEPT / Campus XIX – Camaçari</b>  Doutorado Multi-Institucional Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento  MULTI-INSTITUCIONAL COM 6 INSTITUIÇÕES PARCEIRAS: IFBA, LNCC, SENAI-CIMATEC, UFBA, UEFS, UNEB   <b>DTCS III / Campus III – Juazeiro</b>  Programa de Pós-Graduação em Horticultura Irrigada</p>	<p>M   M   M  M   M  M   M   M   M</p>
--	---	--

<p><u>DEDC – Departamento de Educação</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Ciências Biológicas (Mat. e Vesp.)</li> <li>- Direito (Mat.)</li> <li>- Engenharia de Pesca (Vesp.)</li> <li>- Matemática (Not.)</li> <li>- Pedagogia ( Lic. E Not.)</li> </ul> <p><b>CAMPUS IX – BARREIRAS</b></p> <p><u>DCH – Departamento de Ciências Humanas</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Ciências Biológicas (Mat.)</li> <li>- Ciências Contábeis (Vesp. e Not.)</li> <li>- Engenharia Agrônômica (Diurno)</li> <li>- Letras – Língua Portuguesa e Literaturas (Vesp.)</li> <li>- Matemática</li> <li>- Pedagogia – Lic. (Vesp e Not.)</li> </ul> <p><b>CAMPUS X – CAMPUS X -TEIXEIRA DE FREITAS</b></p> <p><u>DEDC – Departamento de Educação</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Ciências Biológicas</li> <li>- História</li> <li>- Letras: Língua Portuguesa e Literaturas</li> <li>- Matemática (Vesp. e Not.)</li> <li>- Pedagogia – Licenciatura</li> </ul> <p><b>CAMPUS XI – SERRINHA</b></p> <p><u>DEDC – Departamento de Educação</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Administração (Not.)</li> <li>- Geografia (Mat.)</li> <li>- Pedagogia – Lic.</li> </ul> <p><b>CAMPUS XII – GUANAMBI</b></p> <p><u>DEDC – Departamento de Educação</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Administração (Not.)</li> <li>- Educação Física (Diurno)</li> <li>- Enfermagem (Diurno)</li> <li>- Pedagogia ( Lic. - (Mat. e Not.)</li> </ul> <p><b>CAMPUS XIII – ITABERABA</b></p> <p><u>DEDC – Departamento de Educação</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- História (Not.)</li> <li>- Letras – Língua Portuguesa e Literaturas (Vesp.)</li> <li>- Pedagogia ( Lic. E Not.)</li> </ul> <p><b>CAMPUS XIV – CONCEIÇÃO DO COITÉ</b></p> <p><u>DEDC – Departamento de Educação</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Comunicação Social – Radialismo (Mat.)</li> <li>- História</li> <li>- Letras – Língua Portuguesa e Literaturas</li> <li>- Letras – Língua Inglesa e Literaturas</li> </ul> <p><b>CAMPUS XV – VALENÇA</b></p> <p><u>DEDC – Departamento de Educação</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Direito (Not.)</li> <li>- Pedagogia – Licenciatura (Vesp. e Not.)</li> </ul> <p><b>CAMPUS XVI – IRECÊ</b></p> <p><u>DCHT – Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Letras – Língua Portuguesa e Literaturas (Not.)</li> <li>- Pedagogia – Licenciatura (Mat.)</li> </ul> <p><b>CAMPUS XVII – BOM JESUS DA LAPA</b></p> <p><u>DCHT – Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Administração (Not.)</li> <li>- Pedagogia – Licenciatura (Vesp. e Not.)</li> </ul> <p><b>CAMPUS XVIII – EUNÁPOLIS</b></p> <p><u>DCHT – Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- História</li> <li>- Letras – Língua Portuguesa e Literaturas</li> </ul>		
--	--	--



Gestão Pública História Museologia Serviço Social <u>Centro de Exatas e Tecnológicas</u> Ciências Exatas e Tecnológicas Engenharia Civil Engenharia de Computação Engenharia Mecânica Engenharia Sanitária e Ambiental <u>Centro de Formação de Professores</u> Educação Física (Lic.) Filosofia (Lic.) Física (Lic.) Letras – Libras e Língua Estrangeira Matemática (Lic.) Pedagogia (Lic.) Química (Lic.) <u>Centro de Saúde</u> Enfermagem Interdisciplinar em Saúde Nutrição Psicologia		
--	--	--

Figura 5.16. Cursos oferecidos pela Ufrb. Fonte: Home-page da Ufrb. Elaborado por Marialda Brito. Lab. de Geoprocessamento, DG/Uesb, 2013.

- Campi da UNIVASF na Bahia

A Univasf (Universidade Federal do Vale do São Francisco) é uma importante universidade pública com sede na cidade de Petrolina no estado de Pernambuco que mantém dois campi no estado da Bahia, oferecendo alguns cursos de graduação, na sua maioria em engenharias, e poucos de pós-graduação na modalidade de mestrado. Esta é mais uma contribuição ao ensino superior público no estado, conforme se verifica na tabela da Figura 5.17, adiante:

UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO (Campi Bahia)	OFERTA DE CURSOS NOS CAMPI DA UNIVASF NA BAHIA	
	Graduação	Pós-Graduação ( <i>strictu sensu</i> )
	<u>Campus Juazeiro</u> Artes Visuais Ciências Sociais Engenharia Agrícola e Ambiental Engenharia Civil Engenharia da Computação Engenharia Elétrica Engenharia Mecânica Engenharia de Produção <u>Campus Senhor do Bonfim</u> Ciências da Natureza	<u>Campus Juazeiro</u> Ciências dos Materiais Ciência Animal

Figura 5.17. Cursos Oferecidos pela Univasf na Bahia. Fonte: Home-page da Univasf. Elaborado por Marialda Brito. Lab. de Geoprocessamento, DG/Uesb, 2012

Um dos pontos importantes que se observa é que existem muitos cursos na área de educação nas universidades públicas baianas, principalmente pelas estaduais, e isto se deve, segundo ainda Andrade & Verhine, a ocorrência de uma explosão dos cursos de licenciaturas na Bahia após a LDB (Lei de Diretrizes e Bases do Ensino) Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, assim como em todo o país, como forma de impulsionar a formação dos professores leigos que atuavam no ensino básico e, deste modo, a grade de cursos superiores no Brasil ficou até hoje ainda predominada por estes tipos de cursos de formação em educação, embora, as engenharias, cursos de bacharelados, cursos na área de saúde e outros tem mudando sensivelmente esta realidade.

Neste sentido a LDB tem outro ponto importante para o desenvolvimento das universidades públicas e seus cursos no país, onde através da sua nova versão: LDB - 6ª edição atualizada em 25/10/2011 garante o financiamento das universidades nacionais conforme distam os artigos 54 e 55 da lei:

*Art. 54. As universidades mantidas pelo poder público gozarão, na forma da lei, de estatuto jurídico especial para atender às peculiaridades de sua estrutura, organização e financiamento pelo poder público, assim como dos seus planos de carreira e do regime jurídico do seu pessoal.*

*§ 1º No exercício da sua autonomia, além das atribuições asseguradas pelo artigo anterior, as universidades públicas poderão:*

*I – propor o seu quadro de pessoal docente, técnico e administrativo, assim como um plano de cargos e salários, atendidas as normas gerais pertinentes e os recursos disponíveis;*

*II – elaborar o regulamento de seu pessoal em conformidade com as normas gerais concernentes;*

*III – aprovar e executar planos, programas e projetos de investimentos referentes a obras, serviços e aquisições em geral, de acordo com os recursos alocados pelo respectivo Poder mantenedor;*

*IV – elaborar seus orçamentos anuais e plurianuais;*

*V – adotar regime financeiro e contábil que atenda às suas peculiaridades de organização e funcionamento;*

*VI – realizar operações de crédito ou de financiamento, com aprovação do Poder competente, para aquisição de bens imóveis, instalações e equipamentos;*

*VII – efetuar transferências, quitações e tomar outras providências de ordem orçamentária, financeira e patrimonial necessárias ao seu bom desempenho.*

*§ 2º Atribuições de autonomia universitária poderão ser estendidas a instituições que comprovem alta qualificação para o ensino ou para a pesquisa, com base em avaliação realizada pelo poder público.*

*Art. 55. Caberá à união assegurar, anualmente, em seu orçamento geral, recursos suficientes para manutenção e desenvolvimento das instituições de educação superior por ela mantidas.*

Neste caso as universidades brasileiras, assim como as baianas, têm garantido por lei orçamento destinado ao seu funcionamento, onde poderá a partir dele, propor planos

de cargos e salários para seu pessoal, criar e executar planos de investimento em obras, serviços e compras internas, elaborar seus planos de orçamento anuais, gerir seus recursos do ponto de vista financeiro e contábil, realizar operações de crédito e financiamento sob aprovação e enfim realizar ações que possam garantir o real funcionamento do seu pessoal e infraestrutura.

No atual Exercício Financeiro dos Orçamentos da União, tem-se aplicação do seguinte montante de recursos na educação superior e dos outros níveis conforme se observa na tabela da Figura 5.18 abaixo.

Orçamentos da União – Exercício Financeiro 2013 Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino por Programa no Brasil	
Programa	Valor
<b>Educação Superior – Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão</b>	<b>11.120.044.754</b>
Educação Profissional e Tecnológica	5.603.363.959
Educação Básica	17.709.986.042

Figura 5.18. Orçamento da União – Exercício Financeiro 2013. Fonte: Orçamentos da União Exercício Financeiro 2013. Projeto de Lei Orçamentária. Vol I, Brasília, DF, 2012. Adaptado por Marialda Brito, Lab. de Geoprocessamento, DG/Uesb, 2013

Nesta tabela se observa que dentre os níveis educacionais presentes, a educação básica<sup>17</sup> é o de maior investimento no país, seguido pelo superior e depois pelo profissional e técnico<sup>18</sup>. No caso do superior o montante diz respeito as três diretrizes fundamentais da educação que são a graduação, a pesquisa e a extensão e também os cursos pós universidade, uma vez informando que cada uma desta face do ensino superior envolve gastos e demandas específicas e importantes no conjunto.

Em consulta ao sistema Siga Brasil disponível no portal do Orçamento da União – sítio do Senado Federal dedicado ao orçamento público brasileiro para qualquer cidadão que queira conhecer os financiamentos dos recursos públicos para vários setores, programas, instituições da sociedade, no item denominado Orçamento Anual – PLOA – Projeto de Lei Orçamentária por unidade federativa, pode-se verificar a previsão de orçamento destinado ao estado da Bahia para o ano atual nos mesmos três níveis educacionais mencionados para o caso brasileiro, conforme se observa na tabela da Figura 5.19 a seguir:

<sup>17</sup> Envolve a educação que prepara o indivíduo no conhecimento da escrita, leitura e conhecimentos na sua formação educacional cidadã: envolve os níveis primários, fundamental e médio.

<sup>18</sup> São cursos técnicos, superiores, de tecnologia, licenciaturas, mestrado e ou doutorado oferecidos por institutos e ou escolas a fins em várias partes do país.

Valores previstos para os Programas no PLOA (Projeto de Lei Orçamentária) 2013 para a U.F: Bahia	
Programa	Valor
<b>Educação Superior – Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão</b>	<b>302.677.403</b>
Educação Profissional e Tecnológica	207.444.347
Educação Básica	297.381.442

Figura 5.19 Valores previstos para os Programas no PLOA (Projeto de Lei Orçamentária) 2013 para a Bahia. Fonte: SigaBrasil – Senado Federal. Disponível em: <http://www12.senado.gov.br/orcamento/sigabrasil> Acesso em: mai.2013. Adaptado por Marialda Brito, Lab. de Geoprocessamento, DG/Uesb, 2013

Neste item a situação de diferença orçamentária entre os três níveis não se dar de forma tão distante, e inclusive para a educação superior o valor acaba sendo um pouco maior em relação aos demais na previsão orçamentária 2013 do governo para o estado da Bahia.

No contexto Nacional, segundo a tabela da Figura 5.20 abaixo, a Bahia ocupa o 11º lugar em recursos previstos para a Educação Superior – Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão, sendo superada, no caso, por todos os estados que compõe a região sul e sudeste do país, com exceção para o estado do Espírito Santo, por poucos estados nordestinos, pelo estado do Pará na região norte e Distrito Federal no centro-oeste.

Valores previstos no PLOA para a Educação Superior (Projeto de Lei Orçamentária) 2013			
Posição	UF	Valores	%
1º.	MG	1.386.652.038	16,57
2º.	RJ	773.137.102	9,24
3º.	RS	723.421.489	8,65
4º.	PR	533.461.158	6,38
5º.	DF	484.710.646	5,79
6º.	SP	398.065.107	4,76
7º.	SC	382.853.309	4,58
8º.	PA	367.095.927	4,39
9º.	RN	341.622.564	4,08
10º.	PE	338.371.209	4,04
11º.	<b>BA</b>	<b>302.677.403</b>	<b>3,62</b>
12º.	CE	302.025.673	3,61

13º.	PB	256.309.254	3,06
14º.	MT	199.167.441	2,38
15º.	GO	198.160.333	2,37
16º.	MS	194.933.897	2,33
17º.	PI	156.550.000	1,87
18º.	MA	147.962.765	1,77
19º.	ES	145.388.905	1,74
20º.	SE	138.013.072	1,65
21º.	AM	121.925.778	1,46
22º.	TO	121.468.395	1,45
23º.	AL	92.608.014	1,11
24º.	AC	69.555.401	0,83
25º.	RO	68.035.239	0,81
26º.	AP	64.665.174	0,77
27º.	RR	57.572.919	0,69

Figura 5.20 Valores Previstos no PLOA para a Educação Superior 2013. Fonte: SigaBrasil – Senado Federal. Disponível em: <http://www12.senado.gov.br/orcamento/sigabrazil> Acesso em mai.2013. Adaptado por Marialda Brito, Lab. de Geoprocessamento, DG/Uesb, 2013

O que se pode constatar é que o financiamento 2013, previsto para a educação superior para os estados brasileiros estão em quatro faixas: a primeira de 0 a 1% agrega cerca de 4 estados, de 1 a 4% engloba uma parcela de 13 estados, a maioria portanto, de 5 a 10% com 4 estados e somente um acima de 10% que o difere bastante do restante chegando ao percentual de 16,57% - Estado de Minas Gerais; ou seja, os valores correspondentes em percentuais apontam que os valores destinados ao ensino superior no país são bastante tímidos, havendo aqueles que irão receber muito pouco, os que receberam pouco que é a maioria e a Bahia está entre eles, outra pequena parcela que tem previsão de receber um pouco acima da maioria e somente um estado com um percentual previsto no orçamento da união que o destaca em relação aos demais e neste sentido a distribuição dos recursos, salvo a consideração que se deve ter em relação as demandas setoriais, acaba também sendo dispare.

Um importante mecanismo de financiamento do governo federal é feito através de programas de financiamento por meio do Ministério da Educação com propósito de promover o acesso a educação superior no país assim como dar condições ao avanço de instituições de ensino superior, eles são:

- Fies (Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior) – destinado aos alunos que não tem condições financeiras para arcar com as despesas do ensino superior, mas para concorrer eles deverão estar regularmente

matriculados em instituições privadas e cadastradas no MEC;

- Pibid (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência) – voltado ao oferecimento de bolsas de iniciação a docência para alunos que se dedicam ao estágio nas escolas públicas e quando graduados se comprometem a trabalharem na rede pública de ensino;
- ProUni (Programa Universidade para Todos) – tem por finalidade conceder bolsas de estudos integrais ou parciais a alunos de instituições privadas na graduação ou pós de cursos de formação específica;
- Reuni (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais) – a fim de promover a permanência do aluno no ensino superior;
- Promisaes (Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior) – programa de fomento a cooperação técnica-científica e cultural entre o Brasil e outros países, em especial os do continente africano. Desta forma concede bolsa no valor de um salário mínimo para estudantes estrangeiros regularmente matriculados em instituições de ensino superior federais.

Como se percebe tais programas vão desde o financiamento, através de posterior pagamento do curso pelo estudante após a sua conclusão, passando por concessão de bolsas de estudos, inclusive a estrangeiros, até a estruturação física das instituições federais, para que os indivíduos possam não só entrar na universidade, mas permanecer nela. São ações que permeiam tanto o ensino privado quanto o público, cuja ideia central é criar condições diferenciadas de proporcionar uma abrangência do ensino superior a sociedade como um todo, e em meio as desigualdades sociais, são soluções positivas que tem total condições de minimizar os efeitos negativos que as circunstâncias econômicas acarretam a esta categoria educacional no Brasil.

E voltando ao caso da Bahia, outro exemplo de aplicação de recursos que se pode levar em conta está justamente nas despesas que o estado banca em relação a educação superior e se comparando este investimento em relação a outros setores da sociedade, pode-se observar no gráfico da Figura 5.21, a seguinte situação para o ano de 2012.

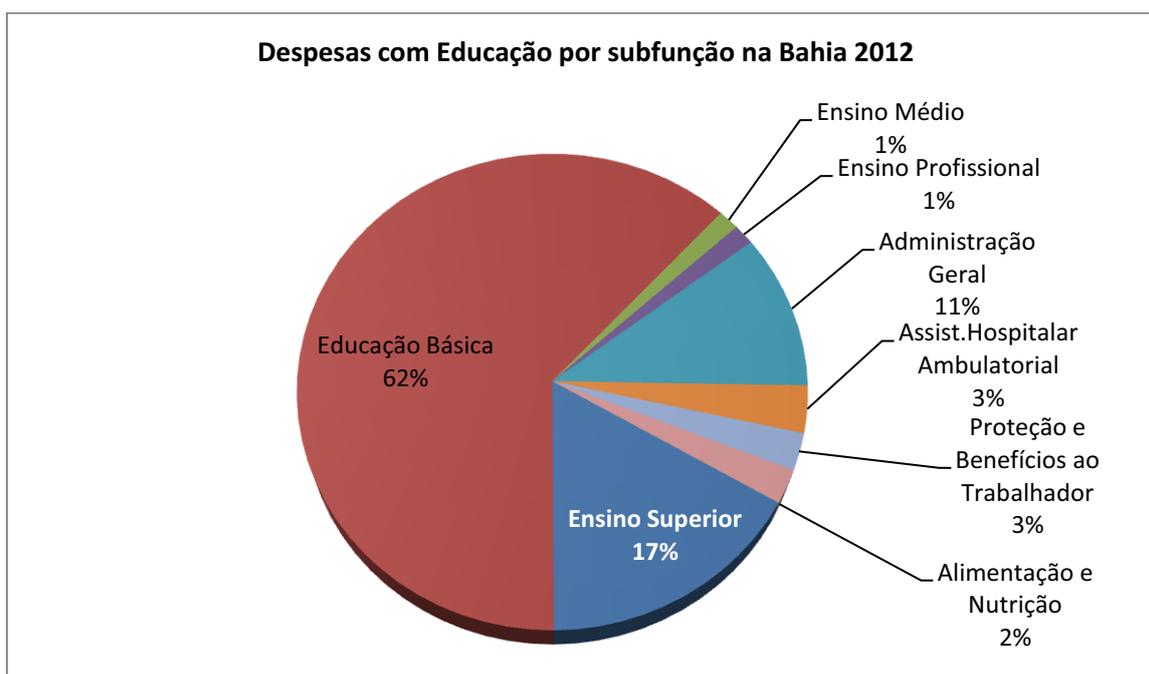


Figura 5.21. Despesas com Educação por subfunção na Bahia. Fonte: SICOF/SEFAZ Em: Demonstrações Contábeis Consolidadas do Estado Exercício 2012. Governo da Bahia. Salvador-Ba, 2013. Adaptado por Marialda Brito. Lab. de Geoprocessamento, DG/Uesb, 2013

Deste modo no item despesa com educação no estado da Bahia o nível que mais ocupa lugar é a educação básica, que aliás envolve mais de 60% em relação aos demais. Em seguida vem a educação superior com apenas 17% do conjunto; o ensino médio e profissional somente com 1% cada e depois vem os outros setores envolvidos nas despesas com educação.

Na parte de investimento, segue o gráfico da Figura 5.22, que acaba não diferindo muito do anterior, revelando uma realidade muito similar entre gastos e investimentos com educação superior no estado da Bahia.

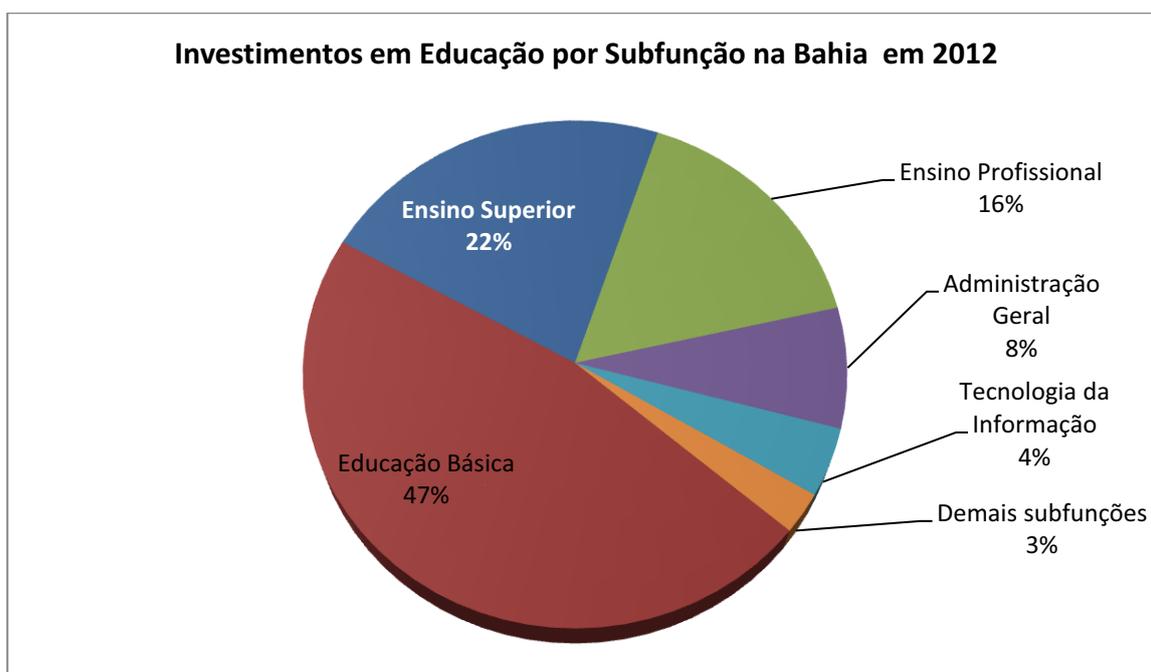


Figura.5.22 Investimentos em educação por subfunção na Bahia em 2012. Fonte: SICOF/SEFAZ Em: Demonstrações Contábeis Consolidadas do Estado, Exercício 2012. Governo da Bahia. Salvador-Ba, 2013. Adaptado por Marialda Brito. Lab. de Geoprocessamento, DG/Uesb, 2013

Neste item relativo ao investimento em educação na Bahia para o ano de 2012, a educação básica continua a liderar a área, embora aqui o investimento nela é maior do que a despesa conforme o gráfico da Figura 5.20. Já para a educação superior o investimento é maior do que a despesa, assim como para o ensino profissional. As outras subfunções que ocupam os investimentos na área de educação são comparativamente menores em relação ao montante.

Assim, o ensino básico, dentro de um contexto regional marcado por disparidades econômicas, problemas de ordem física – secas, altos índices de analfabetismo e outros, passam a ser prioridade, uma meta a ser atingida, em detrimento a educação superior que acaba envolvendo pacatos recursos para a sua manutenção e proliferação.

Também as universidades baianas demonstram através dos seus planos de Desenvolvimento Institucional – PDI's, Planos Plurianuais – PPA's, obrigatórios como requisitos de planejamento para alocação dos recursos públicos destinados a educação, situações e projeções dos seus perfis institucionais no primeiro caso para um período de quatro anos e dados mais financeiros mais detalhados no segundo, além de dados para consulta no Portal da Transparência Pública do governo brasileiro, onde são disponibilizados todos os recursos públicos destinados aos órgãos, programas, entidades e outros no país.

Na verdade em seus planos orçamentários as universidades baianas mostram os

seus gastos e ou despesas que por sua vez se justificam em um investimento que estas instituições vem tendo mediante suas demandas internas e nas ações oriundas das suas estruturas físicas e acadêmicas.

Segue assim, um pequeno resumo dos principais orçamentos das universidades baianas sede:

- Planejamento econômico na Ufba

Nesta universidade o orçamento é feito conforme se mostra resumidamente o quadro da Figura 5.23, a seguir:

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NA UFBA DE 2011 A 2013	
Programa	<b>2011</b>
<b>Previdência de Inativos e Pensionistas da União</b>	308.555.782,00
<b>Apoio Administrativo</b>	24.366.499,00
<b>Brasil Escolarizado</b>	95.000,00
<b>Gestão da Política de Educação</b>	500.000,00
<b>Brasil Universitário</b>	583.438.232,90
<b>Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pessoa Científica</b>	2.422.857,86
<b>Total</b>	919.378.371,76
Programa	<b>2012</b>
<b>Previdência de Inativos e Pensionistas da União</b>	331.303.328,00
<b>Educação Básica</b>	3.398.065,00
<b>Educação Superior – Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão</b>	199.618.646,54
<b>Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação</b>	464.901.189,68
<b>Total</b>	999.221.229,22
Programa	<b>2013</b>
<b>Previdência de Inativos e Pensionistas da União</b>	578.257.414,00
<b>Educação Básica</b>	422.424,19
<b>Educação Superior – Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão</b>	61.869.473,74
<b>Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação</b>	434.746.465,35
<b>Total</b>	1.075.295.777,28

Figura 5.23 Execução orçamentária da Ufba de 2011 a 2013. Fonte: Transparência Pública. Disponível em: <http://www3.transparencia.gov.br/TransparenciaPublica/jsp/execucao/execucaoPorProgGoverno.jsf> Acesso em mai.2013. Adaptado por Marialda Brito. Lab. de Geoprocessamento, DG/Uesb, 2013.

Como se percebe na tabela da Figura 5.22 acima a Ufba vem aumentando seus gastos com os programas que desenvolve nos anos observados. Se percebe que os programas não se repetem muito entre os anos, mas sobretudo os gastos envolvem três grandes esferas: a de pessoal, da educação superior propriamente dita e do programa de gestão e manutenção do MEC – Ministério da Educação.

Segundo o PDI da Ufba 2012-2016 a execução dos seus recursos está vinculada aos orçamentos anuais de 2012, 2013, 2014, 2015 e 2016, “ cuja fonte principal de financiamento é o Tesouro, com aporte de 82% do orçamento global, seguido de recursos próprios, diretamente arrecadados pela universidade, em torno de 2%, e 16% que

correspondem às descentralizações oriundas do MEC ou de outros órgãos federais. Evidencia-se, pois, que o mantenedor da União via MEC é o garantidor dos recursos que dão sustentação econômico-financeira às atividades fim e meios da UFBA.”

- Planejamento econômico na Uesc

No caso da Uesc o seu PDI prevê gastos entre os anos de 2009 e 2013, portanto o ano vigente, segundo consta da tabela da Figura 5.24 a seguir:

PLANEJAMENTO ECONÔMICO FINANCEIRO DA UESC PARA O PERÍODO DO PDI 2009-2015					
Despesas	Valores fixados por exercício (R\$) em milhões				
	2009	2010	2011	2012	2013
Pessoal <sup>(1)</sup>	69.537	80.138	101.040	114.690	132.930
Manutenção	18.152	24.619	25.260	28.230	32.720
Investimento <sup>(2)</sup>	33.193	21.862	26.790	33.534	38.850
<b>Total</b>	<b>120.882</b>	<b>126.619</b>	<b>153.090</b>	<b>176.454</b>	<b>204.500</b>

(<sup>1</sup>) Para a rubrica de Pessoal será necessário incluir reforço de R\$ 7 milhões para 2009, e cerca de R\$ 15 milhões para 2010.  
(<sup>2</sup>) Para 2010, falta incluir a dotação de R\$ 6,3 milhões de receita de convênios com entidades financeiras.

Figura 5.24 Planejamento Econômico Financeiro da Uesc segundo seu PDI 2009-2013. Em: Plano de Desenvolvimento Institucional da Uesc 2009/2013. Fonte: DIRORC – ASPLAN/UESC. Adaptado por Marialda Brito. Lab. de Geoprocessamento, DG/Uesb, 2013

Para a Uesc dentre as universidades baianas os orçamentos gastos e previstos norteiam as esferas do pessoal, manutenção e investimento e são previstos neste PDI 2009-2013 uma arrecadação da ordem de R\$781,5 milhões em uma média de R\$156 milhões por ano para serem investidos no tripé ensino – pesquisa e extensão e melhoria dos serviços administrativos e acadêmicos até o final do plano que se dar no ano vigente.

- Planejamento econômico na Uefs

Na Uefs O PDI 2011-2015 prevê os seguintes recursos expressos na tabela da Figura 5.25:

PLANEJAMENTO ECONÔMICO FINANCEIRO DA UEFS PARA O PERÍODO DO PDI 2011-2015					
Despesas	Valores fixados por exercício (R\$)				
	2011	2012	2013	2014	2015
Pessoal	129.420.058,64	142.225.000,00	150.456.000,00	168.184.000,00	179.813.000,00
Manutenção	24.989.267,34	23.912.579,00	30.949.600,00	25.250.000,00	28.900.000,00
Investimento	8.732.883,71	7.915.634,00	11.208.000,00	7.800.000,00	8.950.000,00
Outros	13.993.933,27	20.789.691,00	23.085.272,00	20.666.000,00	21.590.000,00
<b>Total</b>	<b>177.106.142,96</b>	<b>194.837.904,00</b>	<b>215.698.872,00</b>	<b>221.900.000,00</b>	<b>239.253.000,00</b>

Figura 5.25. Planejamento Econômico Financeiro da Uefs segundo seu PDI 2011-2015. Em: Plano de Desenvolvimento Institucional da Uefs 2011-2015. Fonte: ASPLAN/SICOF/SIPLAN. Adaptado por Marialda Brito. Lab. de Geoprocessamento, DG/Uesb, 2013

No caso da Uefs o PDI 2011-2015 mostra orçamentos para os mesmos itens da Uesc, mas mostrando aqui também gastos com outros itens e neste sentido o volume de recursos é crescente ao longo do período em questão para todas as despesas em vigor a

serem aplicadas no funcionamento e desenvolvimento das atividades acadêmicas das universidades e suas instâncias administrativas.

- Planejamento econômico na Uesb

Na Uesb a exposição do orçamento dos seus itens principais está no seu PDI 2012-2015, conforme se observa na tabela da Figura 5.26 abaixo:

PLANEJAMENTO ECONÔMICO FINANCEIRO DA UESB PARA O PERÍODO DO PDI 2012-2015				
Despesas	Valores fixados por exercício (R\$)			
	2012	2013	2014	2015
Pessoal	136.044.900,00	151.362.000,00	162.548.000,00	174.742.000,00
Manutenção	33.640.000,00	35.740.000,00	40.940.000,00	40.940.000,00
Investimento	33.380.000,00	43.260.000,00	48.915.000,00	53.495.000,00
<b>Total</b>	<b>208.064.900,00</b>	<b>230.362.000,00</b>	<b>252.403.000,00</b>	<b>269.177.000,00</b>

Figura 5.26. Planejamento Econômico Financeiro da Uesb segundo seu PDI 2012-2015. Em: Plano de Desenvolvimento Institucional da Uesb 2012-2015. Fonte: ASPLAN. Adaptado por Marialda Brito. Lab. de Geoprocessamento, DG/Uesb, 2013

Para a Uesb, os itens pessoal, manutenção e investimento, tem na projeção do PDI 2012-2015 um aumento gradativo de orçamento, visto que são essenciais na projeção da universidade no que tange ao ensino, pesquisa e extensão.

- Planejamento econômico na Uneb

Aqui a obtenção de informações dos dados financeiros da Uneb se deu especificamente pelo seu PPA - Plano Plurianual para o exercício de 2012-2015, que é um documento do planejamento financeiro feito de forma mais detalhada e de onde são baseadas as informações para o PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional e este não foi utilizado até o momento por não estar em revisão e portanto ainda não disponível pela universidade.

Os itens que constam deste planejamento são comuns as universidades baianas, mas podem sofrer pequenas alterações entre elas, para a Uneb, o seu PPA 2012-2015, prediz segundo a tabela da Figura 5.27:

PLANEJAMENTO ECONÔMICO FINANCEIRO DA UNEB SEGUNDO O PPA 2012-2015				
Despesas dos Programas	Valores fixados por exercício (R\$)			
	2012	2013	2014	2015
Educação Superior no séc. XXI	229.566.000	248.694.964	266.264.002	284.173.959
Envelhecimento Ativo	100.000	110.200	121.771	135.165
Desenvolvimento Cultural	100.000	110.200	121.771	135.165
Modernização da Gestão Pública	650.00	716.300	791.511	3.036.388
Relação Governo-Sociedade	260.000	286.520	316.604	1.214.554
Ciência, Tecnologia e Inovação	2.884.000	3.178.168	3.511.873	3.898.170
Ações de apoio administrativo do poder executivo	108.903.000	130.601.768	132.524.731	159.229.453
Operação Especial	281.000	310.786	344.971	1.321.319
<b>Total</b>	<b>342.094.000</b>	<b>384.008.906</b>	<b>403.997.234</b>	<b>453.144.173</b>

Figura 5.27. Planejamento Econômico Financeiro da Uneb segundo seu PPA 2012-2015. Em: Plano Plurianual da Uneb 2012-2015. Fonte: PROPLAN. Adaptado por Marialda Brito. Lab. de Geoprocessamento, DG/Uesb, 2013

Deste modo aqui os itens de financiamento são relativos aos programas do governo para os quais são destinados recursos para funcionamento da universidade em vários aspectos. Assim o programa relativo a educação superior no séc. XXI, é na verdade toda a parte acadêmica da instituição ligada ao ensino de graduação, pós-graduação, capacitação de pessoal, e infraestrutura que mantém tudo funcionando. O programa envelhecimento ativo, diz respeito ao denominado projeto da universidade aberta da terceira idade. O programa de ciência, tecnologia e inovação, como o próprio nome sugere, diz respeito a todo o financiamento ligado a área das pesquisas e tecnologias envolvidas. O projeto do desenvolvimento cultural é específico e voltado a preservação de patrimônio histórico regional. O programa de gestão está voltado a capacitação de pessoal e modernização do setor. O programa de relação governo-sociedade está ligado a publicidade institucional das ações da Uneb. O programa de ações de apoio administrativo executivo é uma parte da administração ligada a manutenção dos serviços, contratações, serviços médicos dos servidores e outros. E finalmente o programa operação legal, diz respeito às ações judiciais e encargos tributários movimentados pela universidade.

Dentre todos estes programas os que mais alocam recursos são os relativos a parte de ensino e de apoio administrativo, por serem os diretamente ligados ao contingente de pessoas que geram e movimentam as principais ações de funcionamento da Uneb.. Depois têm-se os programa de fomento a pesquisa e o de modernização da gestão, que também se configuram como importantes, mas em termos relativos agregam muito menos recursos do que os já anteriormente citados.

Também dentre as universidades baianas a Uneb é a que mais agrega recursos por ser a maior de todas com 24 campi, e deste modo os custos, despesas e investimentos requerem mais verbas para o funcionamento da instituição que possui uma larga influência física e regional em toda a Bahia.

- Planejamento econômico na UFRB

Para a Ufrb, a fonte utilizada foi mesmo o portal de transparência pública tal como foi para a Ufba, uma vez que neste é possível também encontrar tais informações somente para universidades federais e deste modo acompanhar a situação orçamentária delas de forma mais dinâmica, e para a Ufrb a situação se configura de acordo a tabela da Figura 5. 28 a seguir:

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NA UFRB DE 2011 A 2013	
Programa	<b>2011</b>
Previdência de Inativos e Pensionistas da União	1.167.164,46
Apoio Administrativo	7.183.085,94
Gestão da Política de Educação	379.294,18
Brasil Universitário	119.871.545,35
Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pessoa Científica	180.529,23
<b>Total</b>	<b>128.781.619,16</b>
Programa	<b>2012</b>
Previdência de Inativos e Pensionistas da União	1.585.205,47
Educação Superior – Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	31.952.220,48
Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação	93.251.350,56
<b>Total</b>	<b>126.788.776,51</b>
Programa	<b>2013</b>
Previdência de Inativos e Pensionistas da União	614.089,20
Educação Básica	65.386,00
Educação Superior – Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	20.731.903,44
Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação	32.163.312,94
<b>Total</b>	<b>53.574.691,58</b>

Figura 5.28 Execução orçamentária da Ufrb de 2011 a 2013. Fonte: Transparência Pública. Disponível em: <http://www3.transparencia.gov.br/TransparenciaPublica/jsp/execucao/execucaoPorProgGoverno.jsf> Acesso em: mai.2013. Adaptado por Marialda Brito. Lab. de Geoprocessamento, DG/Uesb, 2013

Como se percebe os programas de financiamento das duas universidades federais baianas a Ufba e a Ufrb, são os mesmos, chamando atenção que nem sempre as duas estão bancando anualmente os mesmos, pode haver mudanças. De todo modo a Ufrb se destaca nos itens destinados a própria educação superior e a gestão e manutenção das suas instâncias permanentes.

#### 5.4.3 As áreas de influência territorial das universidades no estado da Bahia

Cada universidade baiana especificamente onde estas localizadas a partir da sede a te os seus campi, exercem influência nas cidades onde estão instaladas e nos seus arredores, ou seja, nas cidades circunvizinhas e até mesmo, a depender da oferta de cursos, chama a atenção de pessoas do estado e do país.

Assim também, dentre outros elementos consequentes, esta configuração espacial das universidades implica que a partir das suas áreas de influência territorial, há uma mobilidade populacional bastante ativa, pois acabam constituindo-se em verdadeiros pólos de atração.

Deste modo os mapas que se seguem mostram, das Figuras 5.29, 5.30, 5.31, 5.32, 5.33, 5.34 e 5.35 numa visão territorial, como se dar espacialmente esta influência direta e

indireta de cada uma delas, sabendo que a primeira diz respeito às áreas mais próximas e a segunda a aquelas que não se pode dimensionar exatamente, mas é atraída pelas instituições de nível superior públicas que se espalham pelo território baiano.

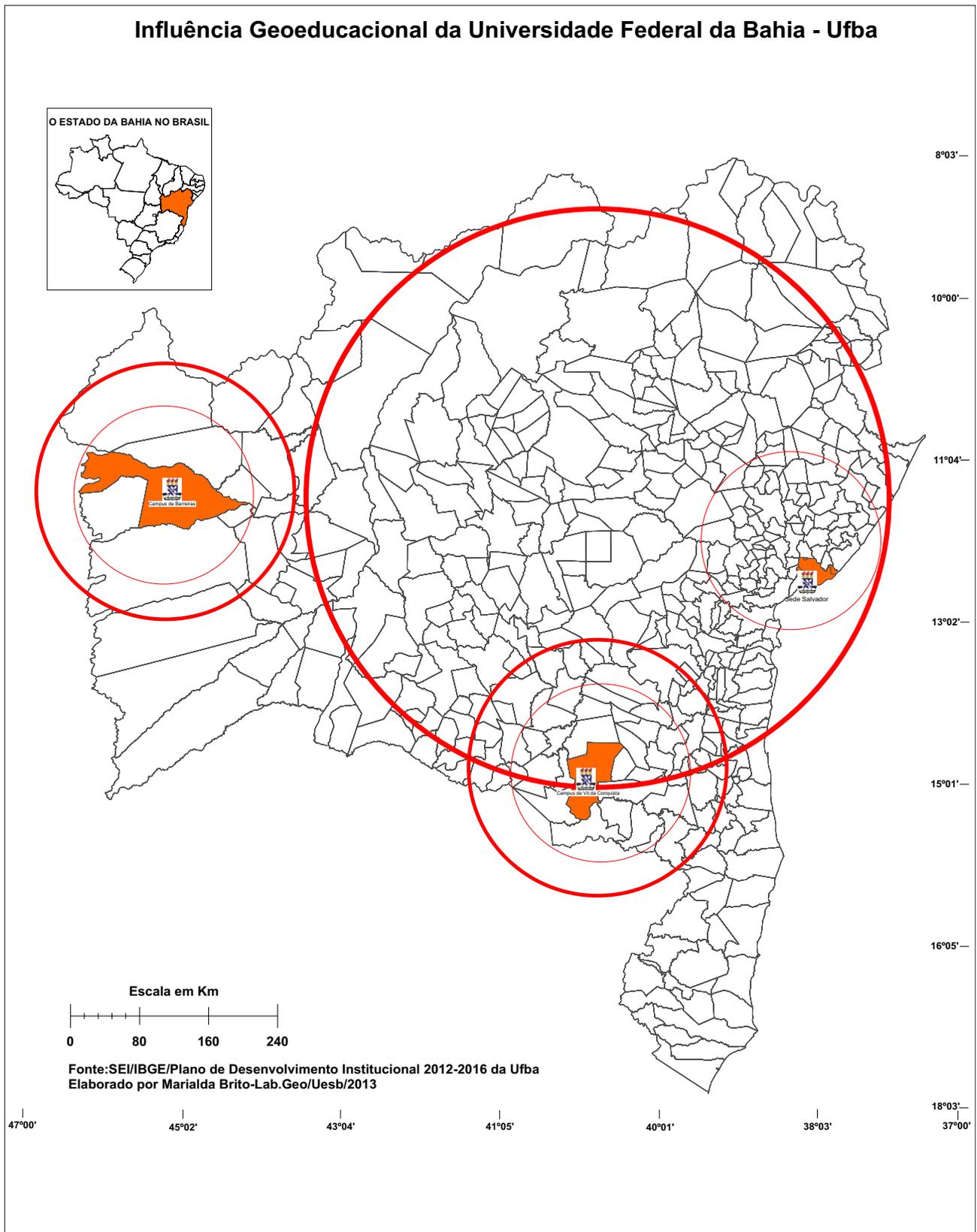


Figura 5.29. Influência Geoeducacional da Ufba. Elaborado por Marialda Brito. Lab. de Geoprocessamento - DG/Uesb, 2013.

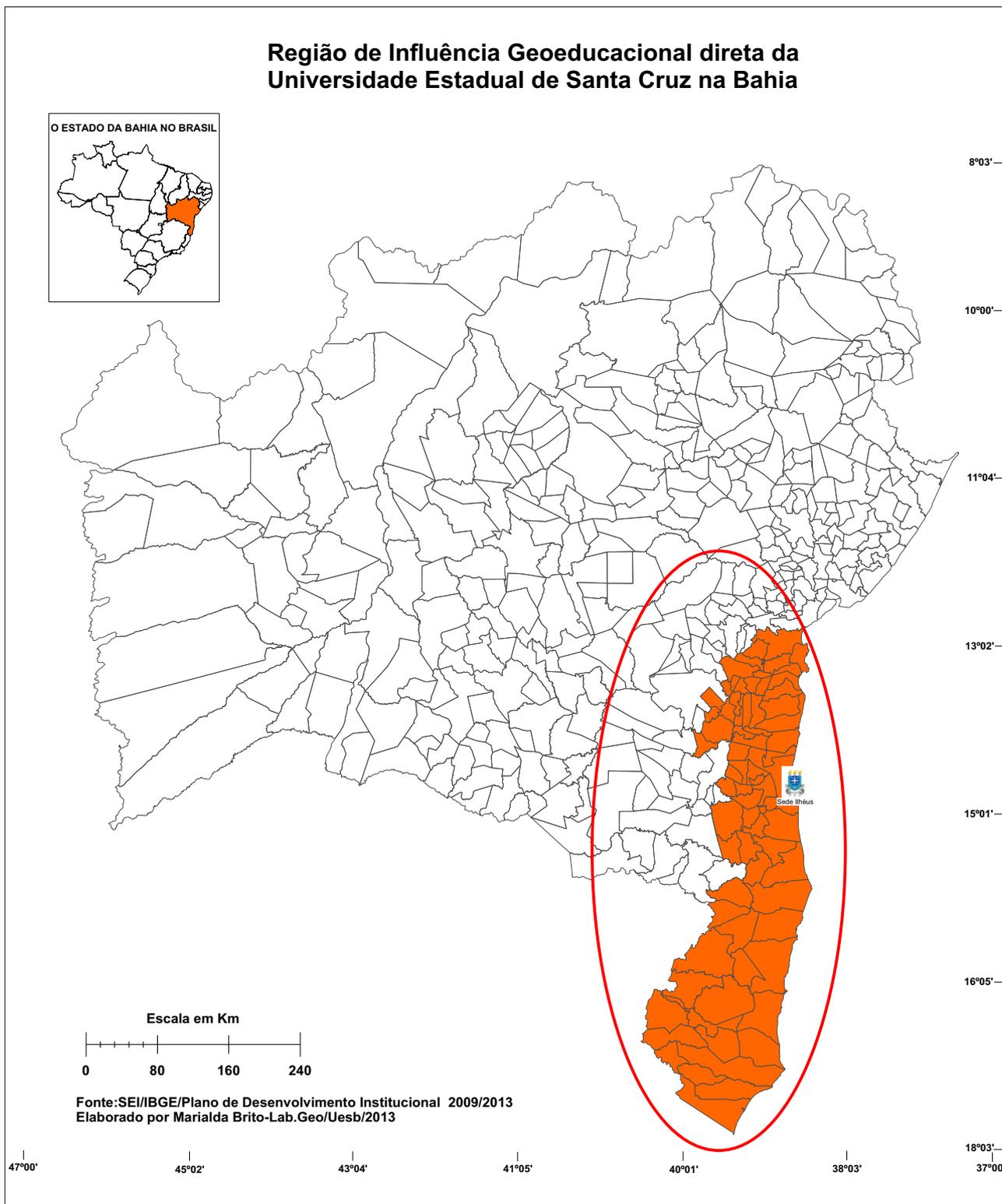


Figura 5.30. Região de Influência Geoescolar direta da Uesc na Bahia. Elaborado por Marialda Brito. Lab. de Geoprocessamento - DG/Uesb, 2013.

### Região de Influência Geoeducacional direta da Universidade Estadual de Feira de Santana - Uefs na Bahia

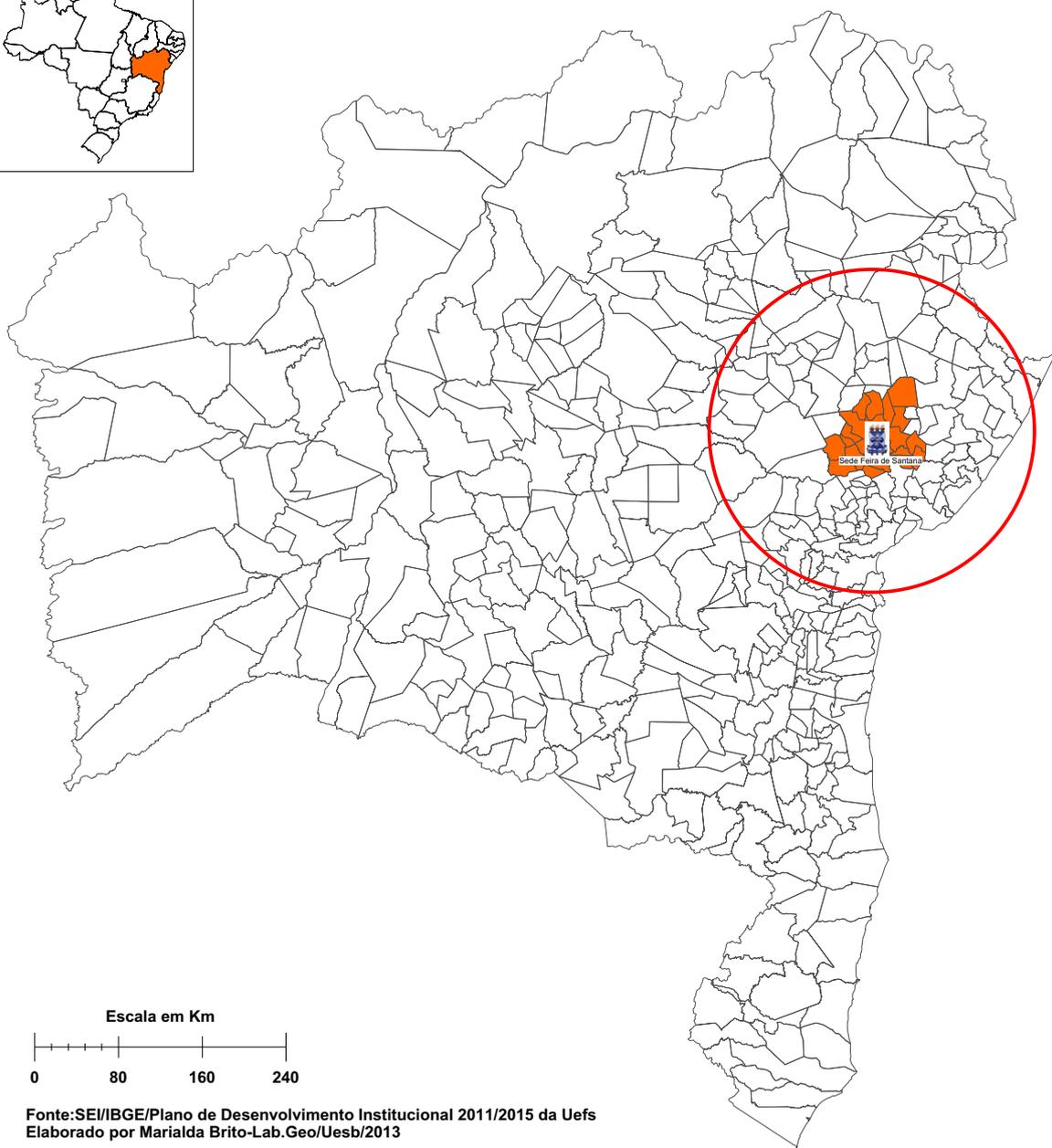


Figura 5.31. Região de Influência Geoeducacional direta da Uefs na Bahia. Elaborado por Marialda Brito. Lab. de Geoprocessamento - DG/Uesb, 2013.

## Região de Influência Geoespacial direta da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - Uesb

O ESTADO DA BAHIA NO BRASIL

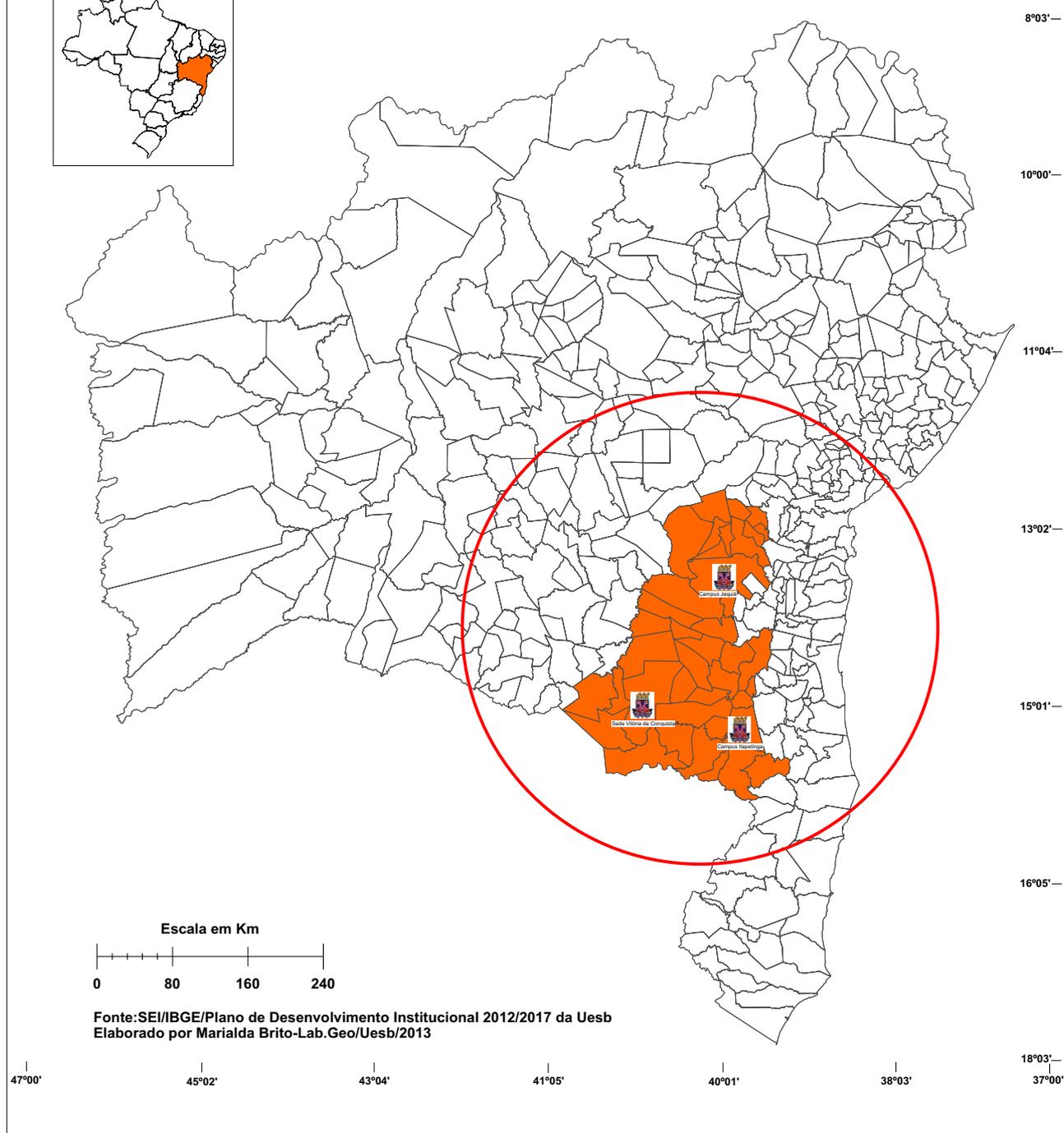


Figura 5.32. Região de Influência Geoespacial direta da Uesb. Elaborado por Marialda Brito. Lab. de Geoprocessamento - DG/Uesb, 2013.

## Regiões de influência direta da Universidade Estadual da Bahia - Uneb (Redes de Gestão Departamental da Uneb)

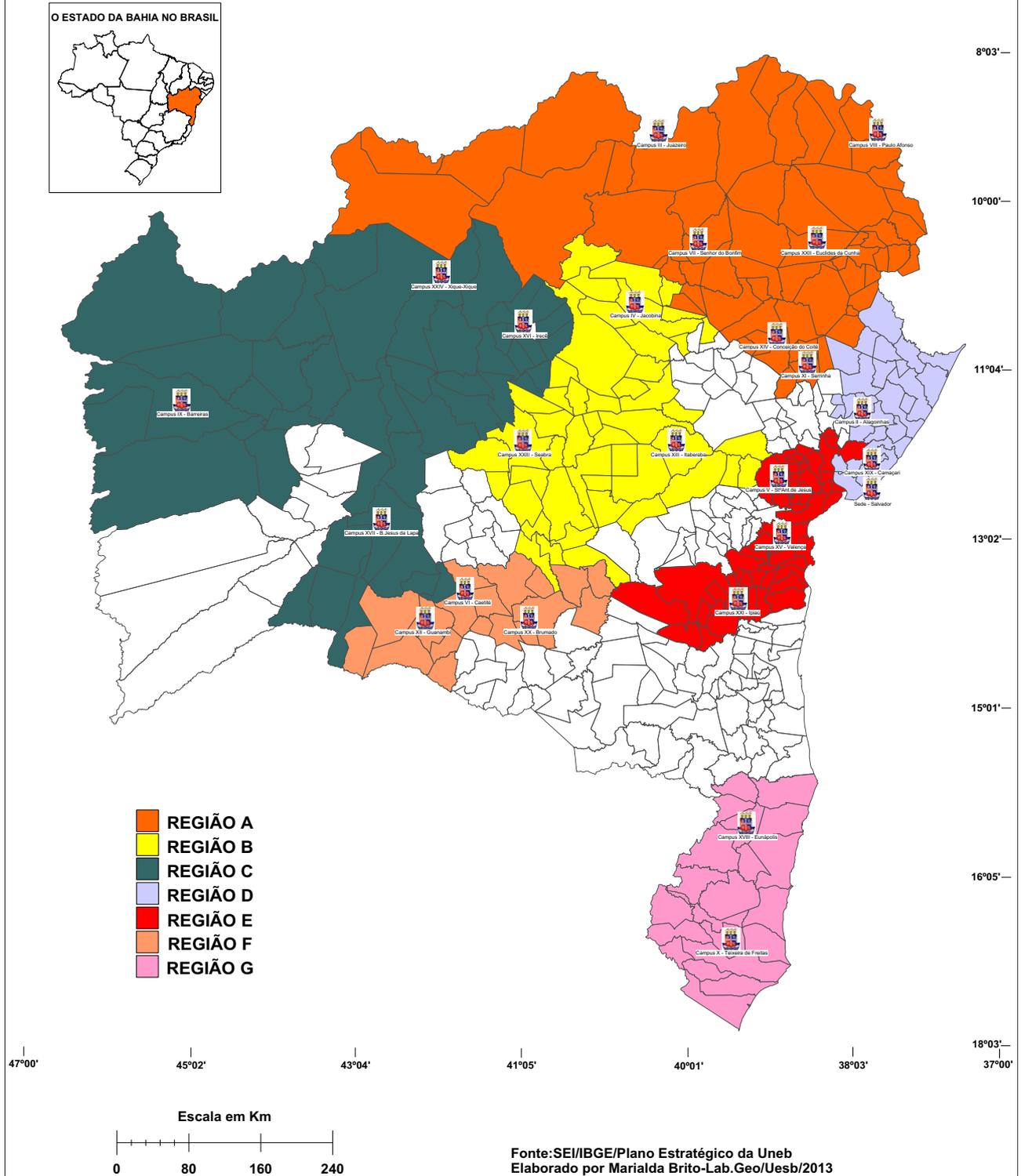


Figura 5.33. Região de Influência direta da Uneb. Elaborado por Marialda Brito. Lab. de Geoprocessamento - DG/Uesb, 2013.

### Região de Influência Geoducacional direta da Universidade Federal do Recôncavo Baiano

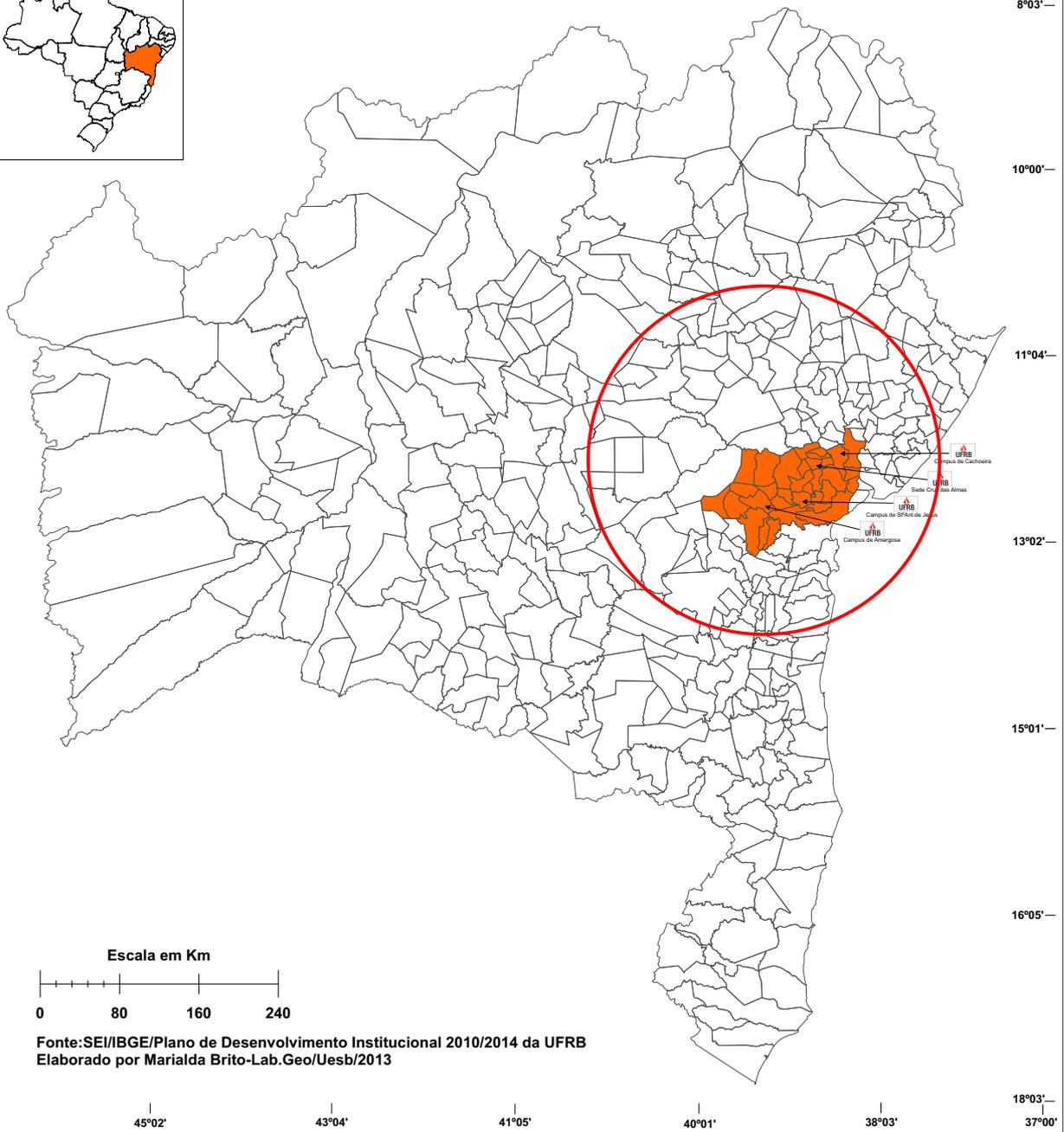


Figura 5.34. Região de Influência Geoducacional direta da Ufrb. Elaborado por Marialda Brito. Lab. de Geoprocessamento - DG/Uesb, 2013.

## Região de Influência Geoeducacional direta da Universidade Federal do Vale do São Francisco na Bahia

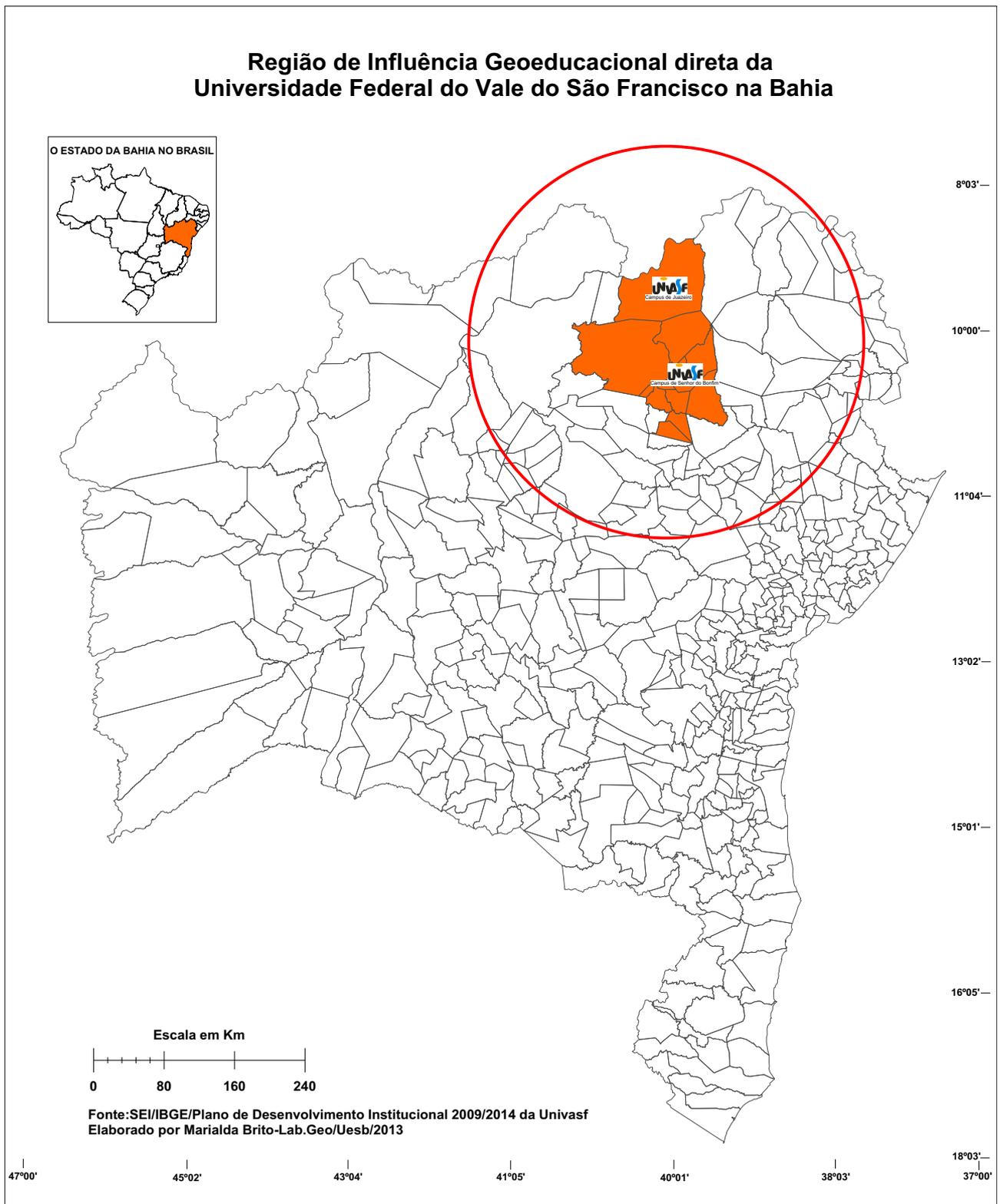


Figura 5.35. Região de Influência Geoeducacional direta da Univasf na Bahia. Elaborado por Marialda Brito. Lab. de Geoprocessamento - DG/Uesb, 2013.

No mapa da Figura 5.29, se percebe então que a Universidade Federal da Bahia - Ufba tem uma influência direta primeiramente na área metropolitana da cidade de Salvador – capital do estado, onde está localizada e depois se espalha pela área do Recôncavo baiano, composta por municípios próximas a capital e de grande atividade econômica no estado. Nesta mesma região a Ufba tem um campus na cidade de Camaçari, o que reforça ainda mais a sua influência territorial nesta porção do estado.

No restante da Bahia a Ufba mantém um capim no norte do estado, onde consequentemente é influente e marca o seu papel neste parte do interior e na cidade de Vitória da Conquista, já no sudoeste da Bahia, onde também acaba influenciando territorialmente.

Em toda a Bahia, a Ufba é não só a primeira universidade pública federal a surgir e marcar o seu papel como importante instituição de ensino superior, mas aquela que consegue atrair pessoas de todo o estado para as suas faculdades que compõe o seu conjunto e seus campi, assim como do Brasil também. Deste modo a Ufba foi durante muito tempo na história do território baiano uma universidade de referência para onde convergiam muitos estudantes do interior para cursarem o ensino universitário, nas suas mais variadas modalidades, portanto sua influência pode ser considerada para todo o estado da Bahia, sem se definir de forma muita fechada uma área ou outra.

Até hoje sua influência ainda é importante neste sentido, porém o seu domínio como pólo de atração, se quebrou um pouco ao longo dos anos a medida em que também foram surgindo nos interiores baianos universidades que acabaram se firmando em vários municípios e daí servindo vários lugares neste aspecto. Inclusive, já comentado, a própria política de interiorização do ensino universitário público empreendida pelo governo estadual, principalmente, a partir dos anos 80, foi a grande responsável por uma transformação da oferta do ensino superior no estado da Bahia.

Na Figura 5.30, tem-se a influência regional marcante da Universidade Estadual de Santa Cruz – Uesc, que se estende pela grande faixa do litoral sul da Bahia, composta por cerca de 74 municípios, numa região chamada também de cacaueteira, marcada historicamente por esta monocultura agrícola de forte repercussão nacional e internacional, mas que acabou entrando em crise devido a praga na lavoura fazendo decair muito a economia local. Deste modo instituição como a Uesc acaba assumindo um papel de enfrentamento e auxílio a superação das dificuldades locais, conforme é relatado no seu PDI 2009-2013:

No quadro de crise social e econômica persistente, foi grande e crescente a expectativa da comunidade regional em relação à sua Universidade. O sul da Bahia está buscando, tateando alternativas. Obviamente, o desenvolvimento é um processo de médio e longo prazos. Há que se construir uma nova cultura em que os novos elementos estejam incorporados e as mudanças se produzam. A UESC tem consciência de sua importância estratégica nesse processo.

Obviamente nesta ampla área territorial a Uesc recebe também estudantes de vários dos seus municípios, favorecidos pela oferta de ensino superior público e movimentando o fluxo de pessoas e serviços em função da universidade.

Seguidamente na Figura 5.31 é possível observar a influência territorial da Universidade Estadual de Feira de Santana - Uefs. Esta universidade situada nas mediações do Recôncavo Baiano acaba tendo influência regional nos municípios próximos a ela e acaba somando influência a região metropolitana de Salvador de onde fica próxima, conforme é mencionado no seu PDI 2011-2015:

A Universidade Estadual de Feira de Santana está localizada na segunda maior cidade do Estado da Bahia, distante 110 km da capital, em um ponto significativamente estratégico de convergência migratória, que se destaca por ser um importante entroncamento rodoviário do norte--nordeste brasileiro, o município de Feira de Santana. A UEFS tem como região prioritária de atuação o semi-árido, onde desenvolve seus projetos e programas acadêmicos, culturais e sociais, contribuindo estrategicamente para o desenvolvimento nacional e a elevação da qualidade de vida da população.

A Uefs tem então um importante papel regional não só por estar geograficamente em uma área movimentada economicamente e em número de fluxo de pessoas, mas por ter como meta desenvolver projetos voltados ao semiárido baiano, importante foco quando se trata de voltar os interesses da universidade para o desenvolvimento local a partir das características e demandas locais.

Mesmo em meio a existência de outras importantes universidades públicas na área conforme visto, a Uefs, mantém a sua integridade em contribuir ainda mais para o avanço da universidade pública no interior baiano, fazendo com que muitas pessoas migrem das suas cidades para usufruírem dos seus serviços educacionais.

Já a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – Uesb, na região que a denomina, segundo o mapa da Figura 5.32, mostra que através dos seus campi determina uma influência bem marcadamente regional nesta área, assumindo unidades em pontos estratégicos da mesma; porém esta influência dita direta se amplia muito mais quando se leva em consideração os municípios do seu entorno e envolve inclusive alguns de outros estados, segundo informa o seu PDI 2012-2017:

A UESB é constituída por três campi: Vitória da Conquista, Jequié e Itapetinga. Tem sede em Vitória da Conquista, situada na Mesorregião do Centro-Sul do Estado da Bahia, distante a 510 km da cidade de Salvador, capital do Estado. A cidade constitui um centro de atração populacional, devido às condições de habitabilidade, emprego e sobrevivência ampliadas, principalmente em razão de ser um polo de serviços, de educação e saúde, ter um comércio bem dinâmico, abrangendo mais de 80 municípios do Estado e 16 cidades do norte de Minas Gerais, o que a torna a terceira maior cidade do Estado e do interior do Nordeste...

Deste modo a partir da cidade de Vitória da Conquista, se pode vislumbrar que a universidade já está geograficamente em uma região bastante dinâmica, fazendo parte deste contexto como uma entidade que contribui para o desenvolver caráter de pólo de serviços das cidades onde estão localizados seus campi e desta maneira favorecer o desenvolvimento regional e local.

Em função deste panorama regional, notadamente a mobilidade populacional das pessoas que vão para as cidades onde fica os campi da Uesb é um dos elementos importantes que marca geograficamente o favorecimento que esta instituição de ensino superior traz para esta parte da Bahia e também vem se ampliando para outras partes do estado.

Seguidamente no mapa da Figura 5.33, tem-se o chamado regionalismo da Universidade Estadual da Bahia – Uneb, em um modelo desenvolvido pela própria universidade chamado de Redes de Gestão Departamental, onde cada campus a partir do seu departamento e ou departamentos, tem planos e metas a serem desenvolvidos na instituição como forma de provocar o desenvolvimento das áreas circunvizinhas. Em seu plano de Metas 2010-2013, encontra-se:

Como a UNEB está presente, com seus 29 departamentos, em todas as regiões do Estado, em 18 dos seus 26 Territórios de Identidade, isso a coloca como uma instituição em lugar de destaque na área de conhecimento voltada para o desenvolvimento regionalizado, o que pode ser respondido pela necessidade da criação das Redes de Gestão Departamental (RGD), cujo agrupamento dos departamentos deverá ocorrer em função das suas características acadêmicas, pelo perfil regional, pelas suas proximidades físicas e acessibilidades.

No mesmo plano a universidade justifica a necessidade desta ação administrativa por dois motivos principais:

- *potencializar os programas e projetos a partir da aglutinação e congruência de interesses e demandas mútuas;*
- *qualificar a produtividade e o gasto público; e promover o intercâmbio de*

*experiências e competências fundadoras de uma rede virtuosa para o desenvolvimento institucional e o seu reatamento no desenvolvimento do Estado;*

Assim, a ideia é sistematizar melhor a gestão a fim de trabalhar mais focado em cada realidade local a mercê das suas realidades, sobretudo porque além da sua ampla abrangência territorial, as comumentes dificuldades financeiras e administrativas devem ser também melhor geridas dentro deste modelo e assim permitir que a universidade possa avançar e contribuir na promoção do desenvolvimento das localidades por onde atua.

Na Figura 5.34, o mapa mostra a influência regional da Universidade do Recôncavo Baiano, na região de mesmo nome composta por cerca de 92 municípios, e deste modo, nesta cogitada área geoeconômica da Bahia, uma universidade federal vem agregar a oferta do ensino superior pública em quatro importantes campi, uma vez que já foi concebida para ser multicampi, conforme consta no seu PDI 2010-2014:

Insera se a UFRB nesta Região, sem perder a noção de universalidade, como “espaço de aprendizagem”, buscando ações sinérgicas entre a Universidade e a população regional, de modo a contribuir na constituição de competências, por meio de uma desafiadora e contínua dinamização das atividades de ensino, pesquisa e extensão, buscando-se que o processo de aprendizagem se espraie e seja praticado em todos os setores da comunidade regional. Deste modo, a UFRB visa atender interesses mais amplos, expressos na diversidade dos cursos que a compõe e na estrutura fortalecedora de ações afirmativas.

Então a Ufrb veio no intuito de se agregar a dinâmica local e contribuir para a mesma formando profissionais por meio das suas ações acadêmicas visando atender as demandas com seus diversos cursos, espalhando o conhecimento e contribuindo para fortalecer ações que oportunizem o exercício do indivíduo enquanto cidadão.

Finalmente no mapa da Figura 5.35, visualiza-se no norte da Bahia dois campi da Universidade do Vale do São Francisco cuja sede está na cidade de Petrolina no estado de Pernambuco. Estes dois campi tem um importância geoducacional no norte do estado influenciando as cidades de Juazeiro e Senhor do Bonfim onde estão instalados e municípios circunvizinhos, segundo o PDI da Univasf, a idéia seria instalar universidades e ou campi na região do Vale do São Francisco, uma região tradicionalmente agrícola e com baixos índices de educação, saúde e saneamento básico, e portanto ainda carente de ensino superior.

Curiosamente, esta universidade foi criada após um estudo de demanda regional, segundo o que consta no seu PDI 2009-2014, cerca de 54 municípios – 8 no pólo

Petrolina e Juazeiro, 17 em Pernambuco, 21 na Bahia e 8 no Piauí foram selecionados num raio de 250Km da universidade como áreas do semiárido nordestino carentes de uma universidade capaz de fornecer formação superior aos jovens da região que buscavam em outras instâncias distantes das suas áreas de origem e assim:

A Univasf é a primeira Universidade Brasileira voltada para o desenvolvimento regional, neste caso, o semiárido nordestino e, por esta razão, não leva o nome de uma cidade ou estado. Sua missão é fomentar o desenvolvimento da região onde está localizada, a qual compreende parte de oito estados do Nordeste e o norte de Minas Gerais, sendo que no ato de sua criação estava estabelecida fisicamente em três pólos: o pólo Petrolina, no Estado de Pernambuco, o pólo de Juazeiro, no Estado da Bahia e o pólo de São Raimundo Nonato no Piauí.

Daí uma das grandes justificativas da implantação de dois campi desta instituição fora da sua fronteira estadual, uma vez que sua maior tarefa está voltada genuinamente ao desenvolvimento regional das áreas onde atua e em uma ação audaciosa ela empreende uma estrutura em uma ampla região do nordeste brasileiro, a fim de alcançar seus objetivos.

Por este motivo a Univasf põe sua marca na Bahia contribuindo para o avanço do ensino superior público no estado, dentro do ideal de promover o desenvolvimento local das áreas onde atua.

#### 5.4.4 Perspectivas futuras

Segundo conta no Plano Estratégico da Uneb 2007, o futuro reserva para as universidades baianas alguns aspectos que deverão ser priorizados e obedecidos por elas, a fim de possibilitar de fato um desenvolvimento tanto das instituições quanto do estado e das regiões sob influência das mesmas, a saber:

- a) *avaliação dos cursos de graduação existentes, buscando a construção de novos formatos curriculares e a definição de novas áreas de formação acadêmica e profissional que sejam prioritárias para a Universidade, articuladas com as políticas de estado e Plano Nacional de Ensino de Graduação e que contribuam para o desenvolvimento regional;*
- b) *pós-graduação focada por áreas do conhecimento, tanto as de caráter profissional, quanto acadêmicas. Na seqüência natural do tipo de graduação reduzida ..., a pós-graduação é que passa a assumir o término dos cursos de especialização dentro dos direcionamentos previstos das carreiras (academia*

*ou mercado);*

- c) ênfase na autonomia acadêmica, com pluralidade metodológica, no intuito de preservar a capacidade de decisão interna e a incorporação de distintos métodos de ensino, pesquisa e extensão;*
- d) universidade com foco na geração do conhecimento, em pesquisas, utilizando metodologias criativas e inovadoras;*
- e) alguns temas são apresentados constantemente em debates acadêmicos e profissionais como aqueles em que a sociedade do futuro exigirá das universidades: Educação; Biotecnologia; Nanotecnologia; Meio Ambiente; Produção de Alimentos; Agronomia; Tecnologia da Informação e Comunicação; e Energia.*
- f) desenvolvimento de processos de formação inicial e permanente na modalidade à distância, através do consórcio entre as universidades estaduais da Bahia e o Instituto Anísio Teixeira, financiados pela Universidade Aberta do Brasil, visando possibilitar o acesso a pessoas que antes não teriam condição de concluir a sua graduação devido as questões geográficas e de disponibilidade de tempo.*

Deste modo questões que norteiam as perspectivas de futuro das universidades baianas, levanta preocupação com as reformas curriculares, ou seja, discutir e elaborar novos programas dos cursos na medida em que surgem novas demandas e ou necessidades de atualização; atentar a necessidade das pós-graduações como forma de preparar melhor os profissionais, ou mesmo alongar mais a sua vivência com o aprendizado especializado; investir mais na pesquisa tornando a universidade cada vez mais um ambiente de fomento e investimento nesta área; atentar aos novos temas da sociedade atual que passarão a serem exigidos das universidades como forma de conhecimento; investir no ensino a distância como forma de expandir mais o acesso ao ensino superior aos indivíduos que não tem condições de usufruí-lo presencialmente e por fim zelar pela autonomia das instituições a fim de propiciar mais espaço as decisões internas no âmbito do ensino, pesquisa e extensão.

Particularmente as universidades baianas, no entanto, possuem dentre os seus planos de desenvolvimento institucional, planos de metas, planos plurianuais e outros, perspectivas quanto ao que almejam ou que já desenvolvem para as suas atividades acadêmicas e administrativas.

Tais documentos são instrumentos importantes para o futuro destas instituições

uma vez que propiciam não só o planejamento das suas ações, mas a alocação de recursos da união que possibilitarão a realização, em prática, da sua programação a curto e longo prazo.

Deste modo os quadros que se seguem evidenciam, em suma, o conteúdo dos documentos de planejamentos das universidades públicas na Bahia, mostrando o caminho que elas almejam estar percorrendo para usufruírem progressivamente de melhores condições de funcionamento e oferta dos seus cursos, além de um trabalho que possa afinar cada vez mais a sua relação com a sociedade, seus desejos e anseios em relação ao fazer universitário.

Deste modo, tais perspectivas, focadas, sobretudo no tripé: ensino, pesquisa e extensão podem ser aqui resumidamente retratadas a partir dos planejamentos destas universidades conforme se observa nos quadros das Figuras 5.35 a 5.41, que se seguem:

- O planejamento futuro da Ufba no ensino, pesquisa e extensão:

A Ufba procura aqui mostrar que dentro da sua missão que reconhece no desenvolvimento social o baluarte do progresso de uma região, procura implementar sobretudo aumento do número de vagas na graduação, elevar os cursos de pós-graduação em excelência, assim como do seu acesso; promover o crescimento e a qualificação da pesquisa e também aumentar em 100% as ações na área de extensão, além de através de grandes políticas de acesso dar condições aos pessoas menos favorecidas socialmente de freqüentarem a universidade com seu projeto de ações afirmativas, assim como das pessoas com necessidades especiais e em um contexto mais amplo com programa dedicado favorecer o intercâmbio científico e o ensino a distância, conforme se ler no quadro da Figura 5.35 a seguir:

<b>PRINCIPAIS PERSPECTIVAS DA UFBA ( PDI 2012-2016)</b>	
<b>Missão</b>	Produzir, socializar e aplicar o conhecimento construído nos diversos campos do saber, através do ensino, da pesquisa e da extensão, indissociavelmente articulados, de modo a contribuir para o desenvolvimento social, econômico e cultural, em especial no estado da Bahia, e promover a formação de cidadãos capazes de atuar na construção da equidade, da justiça social e da democracia e de profissionais qualificados para o mundo do trabalho.
<b>Objetivos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Educar para a responsabilidade social e ambiental;</li> <li>● Gerar e propagar conhecimentos;</li> <li>● Propiciar formação, educação continuada e habilitação nas diferentes áreas de conhecimento e atuação;</li> <li>● Exercitar a excelência acadêmica;</li> <li>● Promover a extensão universitária;</li> <li>● Contribuir para o processo de desenvolvimento local, regional, nacional e global;</li> <li>● Promover a equidade na sociedade;</li> <li>● Fomentar a paz, a solidariedade e a aproximação entre nações, povos e culturas, mediante cooperação</li> </ul>

	<p>internacional e de intercâmbio científico, artístico e tecnológico;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Manter a universidade aberta à participação da população;</li> <li>● Implementar e cultivar princípios éticos na formulação e implementação de políticas, planos, programas e iniciativas que concretizem suas atividades-fim.</li> </ul>
<b>Na Graduação</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Aumentar o número de estudantes matriculados em cursos de graduação presencial ou à distância, em 10% até 2016;</li> <li>● Garantir que 100% do total de cursos de graduação atinjam o conceito 4,0 ou superior até 2016;</li> <li>● Levar em 20% a taxa de conclusão nos cursos de graduação até 2016;</li> <li>● Dobrar o número de estudantes em programas de mobilidade acadêmica, com ênfase no programa Ciência sem Fronteiras;</li> <li>● Implantar programa de monitoria para o ensino de graduação, com a oferta de bolsas para os estudantes dele participantes;</li> <li>● Consolidar os Bacharelados Interdisciplinares buscando sua articulação com os currículos dos Cursos de Progressão Linear;</li> <li>● Consolidar e ampliar a participação da UFBA no Programa de Estudante-Convênio de Graduação (PEC-G), intensificando a divulgação da UFBA junto às Embaixadas estrangeiras sediadas no Brasil;</li> <li>● Consolidar e ampliar a participação dos estudantes de graduação nos programas de intercâmbio firmados pela UFBA com universidades estrangeiras.</li> </ul>
<b>Na pós-graduação</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Aumentar o número de estudantes matriculados em cursos de mestrado e doutorado em pelo menos 10% ao ano;</li> <li>● Aumentar o conceito médio dos cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i> da UFBA em 10 pontos decimais a cada avaliação trienal da CAPES até 2017, garantindo que 100% dos Programas com mais de cinco anos de existência atinjam conceito 4,0 ou superior ao final desse período;</li> <li>● Garantir que 100% dos cursos de mestrado com conceito 4,0, há mais de cinco anos, ofertem também o doutorado ao final de 2016;</li> <li>● Dobrar o número de mestrados profissionais até 2016;</li> <li>● Divulgar internamente programas de universidades estrangeiras e incentivar pós-graduandos da UFBA a participarem de cursos de doutorados (<i>sandwich</i>);</li> <li>● Divulgar os programas junto às Embaixadas sediadas no Brasil e incentivar maior participação de estudantes estrangeiros nos cursos de pós-graduação da UFBA.</li> </ul>
<b>Na pesquisa</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Promover o crescimento e a qualificação da pesquisa e da criação;</li> <li>● Promover o crescimento e a qualificação da inovação;</li> <li>● Promover o crescimento, a qualificação e a internacionalização da iniciação à PCI;</li> <li>● Fomentar a concessão de bolsas de iniciação à PCI, incluindo a iniciação científica e tecnológica;</li> <li>● Zelar pela preservação da memória da produção oriunda das atividades de iniciação à PCI da instituição.</li> </ul>
<b>Na extensão</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Incentivar, estimular e apoiar o efetivo envolvimento de servidores docentes e técnico-administrativos, estudantes de graduação e pós-graduação nos programas, projetos e atividades de extensão;</li> <li>● Incentivar, estimular e apoiar os cursos de graduação para que incluam, em suas grades curriculares, creditação de pelo menos 10% referente aos programas, projetos e atividades de extensão;</li> <li>● Ampliar em 100% o número de ações de extensão registradas na PROEXT;</li> <li>● Ampliar em 100% a captação de recursos, pela comunidade universitária, para financiamento de programas e projetos de extensão universitária;</li> <li>● Triplicar o número de bolsas ofertadas pelo Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PIBIEX);</li> <li>● Redimensionar a TV UFBA, tornando-a também suporte para as atividades extensionistas.</li> </ul>
<b>Ações para o acesso e permanência</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Ampliar a admissão dos grupos em desvantagem social, através do programa de ações afirmativas;</li> <li>● Desenvolver a mobilidade acadêmica e a internacionalização com ações de cooperação mútua através do Programa Ciência sem Fronteiras;</li> <li>● Permitir cada vez mais o acesso de pessoas com necessidades especiais através de um plano de acessibilidade;</li> </ul>

- Aumentar o número de alunos no EAD – Ensino a distância.

Figura 5.36. Perspectivas Principais da Ufba. Fonte: Plano de Desenvolvimento Institucional 2012-2016. Elaborado por Marialda Brito. Lab. de Geoprocessamento - DG/Uesb, 2013.

- O planejamento futuro da Uesc no ensino, pesquisa e extensão.

A Uesc, que visa fomentar conhecimentos que contribua para a formação do cidadão, planeja aqui não só melhorar seus cursos de graduação, mas direcioná-los a formar pessoas para o mercado de trabalho e deste modo contribuir para o desenvolvimento social, reestruturar a política interna da pós-graduação, desenvolver uma política de pesquisa com captação própria de recursos e finalmente estruturar as ações de extensão. A Uesc também através de políticas de acesso procura incentivar mais os cursos a distância, se estruturar para receber cada vez mais alunos com necessidades especiais e criar maneiras de manter o aluno na universidade, conforme se observa no quadro da Figura 5.37.

<b>PRINCIPAIS PERSPECTIVAS DA UESC (PDI 2009/2013)</b>	
<b>Missão</b>	Em nível superior, formar profissionais, construir conhecimento e criar cultura fomentadora da cidadania, do desenvolvimento humano, social, econômico, artístico e técnico-científico na região da Mata Atlântica do Litoral Sul e Extremo Sul da Bahia.
<b>Diretrizes gerais</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ampliar os cursos de graduação e pós-graduação nos próximos 5 anos;</li> <li>• Garantir estrutura para ampliação dos cursos;</li> <li>• Consolidar um ensino de qualidade, tendo como objetivo maior a transformação social;</li> <li>• Propiciar um aprendizado que tenha como foco a formação integral humana;</li> <li>• Empreender esforços para formar cidadãos éticos comprometidos com a transformação da sociedade;</li> <li>• Envidar esforços para mudar a realidade local através do desenvolvimento socioambiental e econômico da região;</li> <li>• Expandir o programa de apoio à comunidade universitária;</li> <li>• Qualificar o corpo docente e incentivar a prática da pesquisa;</li> <li>• Promover ações que possibilitem a fidelização dos seus egressos;</li> <li>• Estabelecer uma relação de confiança mútua com a comunidade universitária;</li> <li>• Intensificar o diálogo entre a comunidade acadêmica.</li> </ul>
<b>Na Graduação</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Realizar, semestralmente, planejamento pedagógico dos cursos integrando as diversas instâncias e atores;</li> <li>• Implementar uma escola de aplicação da UESC;</li> <li>• Fortalecer o suporte para reformulação e desenvolvimento de projetos acadêmicos e curriculares;</li> <li>• Avaliar continuamente o projeto acadêmico curricular dos cursos buscando a integração entre os currículos, o discente, o mundo do trabalho e o desenvolvimento regional;</li> <li>• Implantar programa de capacitação docente quanto às rotinas administrativas, acadêmicas e pedagógicas.;</li> <li>• Estimular a integração entre os cursos de licenciatura;</li> <li>• Dotar os cursos de infra-estrutura necessária ao desenvolvimento curricular;</li> <li>• Implantar programa de capacitação docente quanto às rotinas administrativas, acadêmicas e pedagógicas;</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Utilizar o resultado da avaliação dos docentes como subsídio para qualificação e capacitação;</li> <li>• Planejar a implantação de novos cursos levando em conta o mercado de trabalho e o desenvolvimento regional;</li> <li>• Discutir a política de Educação à Distância a partir de um processo de avaliação contínua dos cursos implementados;</li> <li>• Priorizar a oferta de cursos durante o turno noturno.</li> </ul>
<b>Na pós-graduação</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estimular a criação de PG <i>lato sensu</i>;</li> <li>• Designar o comitê da PG conforme Resolução 08/2007;</li> <li>• Reestruturar a Política Editorial da EDITUS nas suas atividades fundamentais e redimensionar o seu suporte de RH, infraestrutura física e canais de divulgação, dentre outros aspectos;</li> <li>• Reestruturar o Comitê de Ética em Pesquisa na sua agilidade avaliativa atual com foco exclusivamente nos aspectos éticos;</li> <li>• Desenvolver melhorias nas competências e habilidades cognitivas dos alunos das PG's <i>strictu sensu</i>, no campo de conhecimento das Metodologias de Pesquisas Qualitativas, Quantitativas e Estatística (Descritiva, Probabilística) a partir da formatação de disciplinas homônimas no DCET / DFCH ou em outros Departamentos, oferecidas no início de cada curso.</li> </ul>
<b>Na pesquisa</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Caracterizar formalmente núcleo de pesquisa, nas dimensões do estabelecimento de sua programação, implantação e avaliação técnica, administrativa e de produtividade científica;</li> <li>• Reestruturar a assessoria de captação/gestão de recursos externos a partir de autodiagnóstico / deliberação com as partes interessadas / execução das deliberações e avaliação dos resultados obtidos;</li> <li>• Formular uma política de pesquisa e pós-graduação oportuna, suficiente necessária e sustentável;</li> <li>• Rever a política de contratação em função da indissociabilidade entre a pesquisa/pós-graduação – extensão - graduação, de forma tripartite;</li> <li>• Aperfeiçoar a comunicação entre a comunidade acadêmica e o público-alvo na divulgação da elaboração, execução e resultados obtidos nas pesquisas.</li> </ul>
<b>Na extensão</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Compatibilizar as atividades induzidas pela PROEX daquelas espontâneas demandadas pelos Departamentos;</li> <li>• Aprofundar o envolvimento do corpo docente com as atividades de extensão;</li> <li>• Aperfeiçoar os critérios de avaliação dos projetos de extensão com base nos documentos legais da extensão (MEC e FOR-PROEX);</li> <li>• Informatizar a tramitação, a implementação e a avaliação dos resultados no aperfeiçoamento do controle nas rotinas dos serviços em extensão;</li> <li>• Implementar e manter a educação permanente para os extensionistas;</li> <li>• Detectar e estimular a emergência de lideranças extensionistas para estruturação das áreas temáticas e núcleos permanentes de extensão;</li> <li>• Criar núcleos permanentes de extensão por área temática (FOR-PROEX).</li> </ul>
<b>Ações para o acesso e permanência</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fomento a EAD – ensino a distância;</li> <li>• Adequar-se para permitir o acesso de pessoas com necessidades especiais;</li> <li>• Desenvolvimento de mecanismos que possibilitem a permanência dos alunos na instituição.</li> </ul>

Figura 5.37. Perspectivas Principais da Uesc. Fonte: Plano de Desenvolvimento Institucional 2009-2013. Elaborado por Marialda Brito. Lab. de Geoprocessamento - DG/Uesb, 2013.

- O planejamento futuro da Uefs no ensino, pesquisa e extensão.

A Uefs pretende em síntese qualificar e fortalecer seus cursos de graduação, ampliar e fortalecer os cursos de pós-graduação, incentivar publicações e redes nacionais e internacionais de pesquisa e na extensão fortalecer os programas e projetos de intercâmbio com a comunidade. Neste sentido assim como na Uesc, a Uefs também através de políticas de acesso, procurar principalmente criar um ambiente que permita mais permanência do estudante na universidade, além da preocupação em se estruturar para receber melhor o aluno com necessidade especial. Tais perspectivas podem ser resumidamente vislumbradas no quadro da Figura 5.38 a seguir:

<b>PRINCIPAIS PERSPECTIVAS DA UEFS (PDI 2011-2015)</b>	
<b>Missão</b>	Manter sua condição de universidade pública, gratuita e autônoma. Terá credibilidade como instituição de ensino de graduação e pós-graduação de qualidade, com linhas de pesquisa consolidadas, produção científica relevante e com atividades extensionistas transformadoras da sociedade na qual está inserida. A UEFS fortalecerá a sua posição de excelência em estudos do semi-árido.
<b>Objetivos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Apoiar o aprofundamento do trabalho de auto-avaliação institucional;</li> <li>● Fortalecer o SISBI – Sistema Integrado de Bibliotecas, acelerando a expansão do acervo, apoiando a capacitação continuada do quadro técnico-administrativo e a sua atuação efetiva em atividades de extensão e cultura;</li> <li>● Ampliar o processo de abertura dos espaços da UEFS à sociedade para atividades de ensino, pesquisa, extensão e cultura;</li> <li>● Consolidar o vínculo do Museu Antares de Ciência e Tecnologia com a educação básica;</li> <li>● Apoiar o resgate das tradições culturais e a revelação de novos talentos regionais através do Centro Universitário de Cultura e Arte – CUCA;</li> <li>● Realizar a articulação mais orgânica com o Território de Identidade Portal do Sertão para viabilizar projetos de apoio à economia solidária local e regional;</li> <li>● Fortalecer o apoio à participação de professores e estudantes em eventos científicos;</li> <li>● Fortalecer a UEFS Editora, ampliando e consolidando seu quadro de pessoal na área de editoração, melhorando a divulgação e distribuição das obras publicadas e potencializando a venda de seus títulos na Livraria Universitária e em feiras literárias;</li> <li>● Melhorar o padrão editorial das revistas científicas da UEFS, dando-lhes diretrizes e condições para superar a endogenia e atingir maior projeção na comunidade científica nacional e internacional.</li> </ul>
<b>Na Graduação</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Observar à legislação da Educação Superior, em especial, às Diretrizes Curriculares Nacionais, na implementação e qualificação do ensino de graduação;</li> <li>● Fortalecer a articulação entre ensino de graduação, extensão, pesquisa e pós-graduação, e da integração ensino-serviço;</li> <li>● Estruturar e implementar o sistema de avaliação de cursos de graduação na UEFS;</li> <li>● Consolidar, ampliar e integrar os Programas de Qualificação da Formação Discente;</li> <li>● Implementar ações com vistas ao fortalecimento dos cursos de Licenciatura da UEFS;</li> <li>● Implementar o Programa de Formação Acadêmica e Contextualização de Experiências Educacionais – ProFACE;</li> <li>● Definir a posição da UEFS quanto à institucionalização da política de EaD no âmbito da graduação;</li> <li>● Criar e implementar o Núcleo de Educação Digital e Inovação Tecnológica – NEDIT;</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Consolidar o Programa Especial para a Formação de Professores em Serviço – ProForma/UEFS;</li> <li>● Qualificar a oferta regular, ampliar vagas e criar novos cursos de graduação;</li> <li>● Criar e implementar a Política de Educação Inclusiva da UEFS;</li> <li>● Consolidar e ampliar ações no âmbito do Processo Seletivo para Acesso ao Ensino Superior da UEFS;</li> <li>● Fortalecer os espaços formais de discussões e deliberações acadêmicas;</li> <li>● Aperfeiçoar os sistemas de gerenciamento acadêmico;</li> <li>● Consolidar e/ou regulamentar Estágios, Práticas de Formação (Profissionais) e Atividades Complementares;</li> <li>● Reestruturar a PROGRAD para atender às demandas atuais e futuras das políticas e ações institucionais da graduação;</li> <li>● Criar e implementar o Centro de Línguas – CELIN.</li> </ul>
<p style="text-align: center;"><b>Na pós-graduação</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Criar o laboratório Multiusuário dos Programas de Pós-Graduação (ESTIMADO), área física 3.890,68 m<sup>2</sup>;</li> <li>● Ampliar, fortalecer e dar sustentabilidade aos Programas de Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> dos Cursos de Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i>.</li> <li>● Ampliar o número de cursos de Pós-graduação <i>Lato Sensu</i> institucionais (presenciais e à distância) em parceria com outras instituições para atender as demais da região;</li> <li>● Fortalecer os Cursos de Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i>, com estrutura adequada ao seu funcionamento e adotando mecanismos de avaliação sistemáticos e contínuos dos processos ensino-aprendizagem.</li> <li>● Implantar e dar sustentabilidade aos Cursos de Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> na modalidade de Educação à Distância, através do estímulo a parcerias interinstitucionais e formação de docentes para atuação com qualidade nesta modalidade; avaliação contínua dos Programas de Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> existentes na instituição, visando o fortalecimento das Linhas de Pesquisa e a ampliação da produção científica docente e discente com inserção social;</li> <li>● Enfrentar as fragilidades dos Programas de Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> para a melhoria do desempenho no órgão regulador (CAPES);</li> <li>● Apoiar os Programas de Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> consolidados, visando a excelência acadêmica e científica;</li> <li>● Ampliar os Cursos e Programas de Pós-Graduação e estímulo a construção de parcerias nacionais e internacionais para o fortalecimento dos Programas de Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> já existentes;</li> <li>● Promover a mobilidade estudantil entre os diferentes Programas de Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> da UEFS e de outros Programas regionais, nacionais e internacionais para troca de saberes e construção de novos conhecimentos;</li> <li>● Estabelecer parcerias interinstitucionais para a formação docente e de servidores técnicos administrativos, em nível de mestrado e doutorado, de acordo com as necessidades em áreas de conhecimento e linhas de pesquisa da UEFS.</li> </ul>
<p style="text-align: center;"><b>Na pesquisa</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Criar o programa de financiamento interno de projeto de pesquisa;</li> <li>● Incentivar a submissão de propostas de projetos em editais de agências de fomento;</li> <li>● Estimular a ampliação de atividades de iniciação científica junto aos estudantes de graduação e docentes;</li> <li>● Valorizar os projetos interdisciplinares, interdepartamentais e interinstitucionais;</li> <li>● Incentivar a apresentação de trabalhos científicos em eventos nacionais e internacionais de relevância para as diferentes áreas de conhecimento;</li> <li>● Estimular a publicação em revistas científicas nacionais e internacionais;</li> <li>● Incentivar a inovação científico-tecnológica;</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ampliar as redes de pesquisas em âmbito nacional e internacional e institucionalização e acompanhamento das pesquisas e produtos tecnológicos, em busca da qualidade constante e aprimorada e da relevância científica, tecnológica, artística, cultural e social.</li> </ul>
<b>Na extensão</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ampliar e fortalecer a participação dos movimentos sociais dentro da Universidade;</li> <li>• Viabilizar o interrelacionamento com diversos grupos sociais respeitando a diversidade cultural, tomando como referência os territórios de identidade;</li> <li>• Incentivar à construção de projetos que realizem interlocução com as comunidades respeitando os seus modos de conhecer e fazer;</li> <li>• Estreitar as relações com os territórios de Identidade, principalmente com o Portal do Sertão;</li> <li>• Ampliar as parcerias entre os projetos e programas com os movimentos sociais;</li> <li>• Investir nas metodologias participativas para os projetos de extensão;</li> <li>• Apoiar o fortalecimento dos programas e projetos que apontem para concretização do diálogo entre a universidade e a comunidade externa;</li> <li>• Ampliar parcerias institucionais e interinstitucionais para o fortalecimento dos eventos que promovam a interlocução entre os saberes;</li> <li>• Estabelecer mecanismos de integração entre o saber acadêmico e o saber popular, buscando uma produção de conhecimento baseada nas práticas da sociedade;</li> <li>• Estimular a produção, circulação e intercâmbio da produção artístico-cultural (popular e acadêmica), garantindo o acesso aos órgãos da Universidade a artesãos, artistas populares e mestres de fazeres e saberes tradicionais dos territórios de identidade, em especial do Portal do Sertão, por meio de feiras e eventos da UEFS, inclusive com a participação destes na organização.</li> </ul>
<b>Ações para o acesso e permanência</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fomento a EAD – ensino a distância;</li> <li>• Adequar-se para permitir o acesso de pessoas com necessidades especiais;</li> <li>• Desenvolvimento de mecanismos que possibilitem a permanência dos alunos na instituição.</li> </ul>

Figura 5.37. Perspectivas Principais da Uefs. Fonte: Plano de Desenvolvimento Institucional 2009-2013. Elaborado por Marialda Brito. Lab. de Geoprocessamento - DG/Uesb, 2013.

- O planejamento futuro da Uesb no ensino, pesquisa e extensão.

A Uesb começa inicialmente assim como as demais, a partir da sua missão e objetivos, pretende através de avaliação reestruturar seus cursos paulatinamente, crescer e consolidar sua pós-graduação, ampliar a pesquisa e valorizar mais a extensão com ampliação de programas. No plano das políticas de acesso, procura se adequar as pessoas com necessidades especiais, fomento a educação a distância, assim como da permanência do aluno na instituição, conforme se observa no quadro da Figura 5.58, a seguir:

<b>PRINCIPAIS PERSPECTIVAS DA UESB ( PDI 2012-2017)</b>	
<b>Missão</b>	Realizar com efetividade o ensino, a pesquisa e a extensão, produzindo, sistematizando e socializando conhecimentos para a formação de profissionais-cidadãos, visando à promoção do desenvolvimento humano.
<b>Objetivos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Participar efetivamente do processo de produção do conhecimento científico tecnológico e humanístico, referenciado pelas necessidades reais da sociedade;</li> <li>• Realizar o ensino de qualidade, de modo a formar profissionais capazes de participar do projeto de</li> </ul>

	<p>democratização e desenvolvimento da sociedade;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Atender aos diversos segmentos da população, promovendo o acesso ao conhecimento;</li> <li>● Exercer o papel crítico que lhe é inerente, oferecendo à sociedade as diversas possibilidades de análises conjunturais;</li> <li>● Desenvolver as atividades de ensino, pesquisa e extensão de forma indissociável.</li> </ul>
<b>Na Graduação</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Avaliar, consolidar e ampliar os cursos de graduação, garantindo um bom funcionamento do sistema de ensino;</li> <li>● Implantar o Sistema Acadêmico Digital para registro, controle, acompanhamento e democratização do acesso às informações acadêmicas;</li> <li>● Avaliar, aperfeiçoar e criar programas voltados ao desenvolvimento acadêmico discente;</li> <li>● Avaliar, reestruturar e ampliar as atividades didático e técnico-operacionais dos setores vinculados ao ensino;</li> <li>● Reestruturar o organograma da PROGRAD, repensando a sua identidade funcional;</li> <li>● Ampliação dos Cursos de Graduação na modalidade à distância.</li> </ul>
<b>Na pós-graduação</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Apoiar institucionalmente o crescimento e a consolidação da pós-graduação;</li> <li>● Propiciar maior visibilidade às atividades de pesquisa e de pós-graduação da UESB;</li> <li>● Incrementar intercâmbio e a produção científica dos Programas de acordo com a realidade regional;</li> <li>● Apoiar e estimular a qualificação de recursos humanos em nível de pós-graduação <i>stricto sensu</i>;</li> <li>● Aumentar o número de docentes vinculados aos Programas de Pós-Graduação.</li> </ul>
<b>Na pesquisa</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Incentivar e incrementar a produção científica;</li> <li>● Aumentar a parceria com empresas do setor produtivo e órgãos de ação social; fortalecer as ações do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) da UESB;</li> <li>● Avaliar, qualificar e ampliar a pesquisa no âmbito da Universidade.</li> </ul>
<b>Na extensão</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Implementar uma política de valorização acadêmica da extensão, buscando mecanismos para o reconhecimento da extensão como componente curricular essencial na formação do futuro profissional cidadão;</li> <li>● Fortalecer a interação transformadora entre a UESB e a sociedade e a sua contribuição para o desenvolvimento regional, com ações integradas de extensão, ensino e pesquisa especialmente voltadas para os problemas socioeconômicos mais prementes;</li> <li>● Ampliar o acesso de alunos de origem popular e da rede pública de ensino, bem como a assistência e permanência deste na Universidade;</li> <li>● Fortalecer a utilização do Sistema de Informação e Gestão da Extensão – SIGProj, da SESU/MEC e implantação de um sistema de acompanhamento e avaliação das ações de extensão;</li> <li>● Contribuir para a inserção dos indicadores da extensão como vetor nas matrizes gerenciais da universidade, especialmente alocação de recursos financeiros e vagas para docentes;</li> <li>● Revitalizar os centros/núcleos de pesquisa e extensão comunitária vinculados à PROEX, dotando-os de infraestrutura adequada à ampliação de suas atividades relacionadas aos cursos de graduação afins e à comunidade em geral;</li> <li>● Preservar e ampliar o acesso ao patrimônio cultural e material existente nos acervos dos Museus. Fortalecer as atividades culturais e dos grupos artísticos da UESB e incentivar a criação de outros;</li> <li>● Consolidar os meios de divulgação da Extensão e ampliação do acesso à produção da cultura em parceria com as Edições UESB;</li> <li>● Implementar política de comunicação comprometida com os princípios que norteiam o relacionamento da UESB com os públicos interno e externo, valorizando primordialmente, os aspectos acadêmicos de atuação</li> </ul>

	da Universidade; <ul style="list-style-type: none"> <li>• Fortalecimento das estruturas existentes e apoio à criação de novas incubadoras de empresas de base tecnológica, de empreendimentos solidários e cooperativas populares;</li> <li>• Expandir o processo de colaboração com a rede pública de ensino fundamental e médio, com temáticas relacionadas à promoção dos direitos humanos e cidadania de grupos populacionais de maior risco social.</li> </ul>
<b>Ações para o acesso e permanência</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fomento a EAD – ensino a distância;</li> <li>• Adequar-se para permitir o acesso de pessoas com necessidades especiais;</li> <li>• Desenvolvimento de mecanismos que possibilitem a permanência dos alunos na instituição.</li> </ul>

Figura 5.39. Perspectivas Principais da Uesb. Fonte: Plano de Desenvolvimento Institucional 2012-2017. Elaborado por Marialda Brito. Lab. de Geoprocessamento - DG/Uesb, 2013.

- O planejamento da Uneb no ensino, pesquisa e extensão.

A Uneb dentro do seu plano de metas procura exercer uma administração descentralizada porém coesa dentro dos ideais de uma universidade voltada a atender as realidades locais dos seus campi; neste sentido tem como meta avaliar e redefinir suas cursos de graduação, duplicar sua oferta de pesquisa, regular a pós-graduação e incrementar planos das atividades de extensão nas suas redes de gestão departamental - RGD's e assim suas ações de acesso notadamente estão embutidas em cada realidade local onde estão seus campi dentro destas redes, conforme se verifica no quadro da Figura 5.40, a seguir:

<b>PRINCIPAIS PERSPECTIVAS DA UNEB (Plano de Metas 2010-2013)</b>	
<b>Missão</b>	Atuar dentro das prerrogativas de autonomia da instituição universitária, no processo de desenvolvimento do Estado da Bahia, através da produção e da socialização do conhecimento voltado para a formação do cidadão e solução dos grandes problemas gerais, regionais e locais, dentro dos princípios da ética, democracia, justiça e da pluralidade etnocultural.
<b>Eixos objetivos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desenvolvimento regional</li> <li>• Modernização da gestão e infraestrutura;</li> <li>• Articulação da universidade com o ensino básico</li> <li>• Excelência Acadêmica.</li> </ul>
<b>Na Graduação</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Avaliação e redefinição do modelo de oferta de cursos de graduação da UNEB;</li> <li>• Política de acompanhamento docente, movimentação e fixação docente;</li> <li>• Adequação dos programas especiais de graduação às regulamentações acadêmicas da UNEB;</li> <li>• Criar os marcos regulatórios da educação à distância;</li> <li>• Avaliação e adequação do modelo de acesso ao ensino de graduação da UNEB;</li> <li>• Consolidação do sistema de informatização acadêmica;</li> </ul>
<b>Na pesquisa e pós-graduação</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criar pelo menos um curso de mestrado ou doutorado em cada RGD;</li> <li>• Duplicar o número e a qualidade das pesquisas até 2013 descentralizando-as;</li> <li>• Criar Sistema de Difusão e Popularização da Produção Científica da UNEB;</li> <li>• Alocar uma linha de pesquisa estratégica em cada RGD;</li> <li>• Regulamentação de funcionamento da pós-graduação;</li> <li>• Qualificação do corpo docente da UNEB ainda não titulados;</li> </ul>

<b>Na extensão</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Consolidar um plano institucional de extensão que atenda as vocações departamentais e RGDs, antenadas com o desenvolvimento regional;</li> <li>• Interligar os núcleos de extensão as ações programáticas dos departamentos e RGDs;</li> <li>• Implantação do sistema de acompanhamento e avaliação da gestão da extensão da UNEB;</li> <li>• Oferta de cursos de extensão na modalidade a distância;</li> <li>• Integrar os programas governamentais, não governamentais aos programas estratégicos da UNEB (educação básica e desenvolvimento sustentável).</li> </ul>
<b>Ações para o acesso e permanência</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Implementar ações extensionistas em cada RGD – rede de gestão departamental a mercê das demandas e necessidades regionais, uma vez que a Uneb tem uma gestão descentralizada, porém coesa tendo como sede o campus de Salvador.</li> </ul>

Figura 5.39. Perspectivas Principais da Uneb. Fonte: Plano de Metas 2010-2013. Elaborado por Marialda Brito. Lab. de Geoprocessamento - DG/Uesb, 2013.

- O planejamento futuro da Ufrb no ensino, pesquisa e extensão.

Dentre a sua vasta lista de tarefas a serem cumpridas na graduação, a Ufrb, procurar dentre várias ações aumentar seus cursos presenciais e a distância, da mesma que para a pós-graduação favorecendo o acesso aos cursos, aumento dos números de pesquisas e incentivo a mesma, além de ampliar os projetos de extensões; tudo dentro isto para uma universidade que procura crescer, se internacionalizar e setorialmente criar condições para o acesso das pessoas carentes, dos estudantes com necessidades especiais e enfim, favorecer as comunidades locais levando a elas a oportunidade de acesso ao conhecimento e ao mesmo tempo assistência por parte da universidade, de acordo o exposto no quadro da Figura 5.41, a seguir:

<b>PRINCIPAIS PERSPECTIVAS DA UFRB (PDI 2010-2014)</b>	
<b>Missão</b>	Exercer de forma integrada e com qualidade as atividades de ensino, pesquisa e extensão, com vistas à promoção do desenvolvimento das ciências, letras e artes e à formação de cidadãos com visão técnica, científica e humanística e valorização das culturas locais e dos aspectos específicos e essenciais do ambiente físico e antrópico.
<b>Objetivos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ampliar e consolidar com qualidade o ensino de graduação e de pós-graduação;</li> <li>• Ampliar as atividades de pesquisa e a produção científica;</li> <li>• Ofertar cursos de educação a distância;</li> <li>• Fortalecer e ampliar a articulação das atividades de ensino, pesquisa e extensão;</li> <li>• Promover condições para a interdisciplinaridade nas atividades de ensino, pesquisa e extensão;</li> <li>• Promover o intercâmbio acadêmico nacional e internacional;</li> <li>• Ampliar o acervo das bibliotecas;</li> <li>• Melhorar e ampliar as políticas de assistência estudantil e implementar programas com ênfase na inclusão e integração acadêmica e social;</li> <li>• Expandir e aprimorar de forma integrada a informação e comunicação institucional;</li> <li>• Aprofundar a integração da universidade com os municípios do Recôncavo e do Estado da Bahia para a promoção do desenvolvimento socioeconômico e cultural;</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Melhorar a estrutura organizacional da Universidade;</li> <li>● Implantar um modelo mais eficiente de gestão institucional;</li> <li>● Adequar, recuperar, complementar, expandir e modernizar a infraestrutura;</li> <li>● Elevar a qualidade dos serviços básicos e racionalizar o seu uso;</li> <li>● Promover o uso, a ocupação e o manejo ambientalmente adequados dos campi;</li> <li>● Aumentar as dotações orçamentárias para custeio e investimento;</li> <li>● Aumentar os quadros de pessoal docente e técnico-administrativo e melhorar os seus níveis de qualidade acadêmica e profissional;</li> <li>● Consolidar a auto-avaliação institucional, em todos os níveis, em consonância com o previsto no SINAES.</li> </ul>
<p><b>Na Graduação</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Criar e implantar cursos presenciais;</li> <li>● Criar e implantar cursos a distância;</li> <li>● Criar e implantar curso de licenciatura (noturno);</li> <li>● Aumentar oferta de vagas anuais em cursos presenciais;</li> <li>● Aumentar oferta de cursos presenciais;</li> <li>● Aumentar a oferta de cursos a distância;</li> <li>● Aumentar oferta de vagas anuais em cursos a distância;</li> <li>● Implantar o Programa de Avaliação Seriada (PAS);</li> <li>● Ofertar vagas por meio do PAS;</li> <li>● Reformular os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC);</li> <li>● Aumentar o número de diplomados;</li> <li>● Aumentar a Taxa de Conclusão da Graduação (TCG);</li> <li>● Reduzir a taxa de trancamento total de matrículas nos cursos;</li> <li>● Reduzir a taxa de evasão de alunos nos cursos;</li> <li>● Aumentar o total de alunos matriculados nos cursos;</li> <li>● Avaliar e aperfeiçoar o processo de matrícula;</li> <li>● Aperfeiçoar instrumento de avaliação de desempenho do docente;</li> <li>● Implantar a avaliação de desempenho docente on-line;</li> <li>● Implantar, por Centro, a avaliação dos laboratórios didáticos;</li> <li>● Utilizar os resultados das avaliações externas e internas para subsidiar o planejamento do ensino;</li> <li>● Desenvolver on-line a avaliação e o acompanhamento dos egressos;</li> <li>● Participar do Programa de Apoio as Licenciaturas (bolsas);</li> <li>● Aumentar o número de bolsas do Programa de Monitoria;</li> <li>● Incentivar e aumentar a participação dos alunos nos Programas de Mobilidade Estudantil;</li> <li>● Elaborar material informativo para alunos calouros;</li> <li>● Elaborar manual do aluno de graduação;</li> <li>● Elaborar e publicar o catálogo dos cursos de graduação;</li> <li>● Organizar e realizar encontros com os bolsistas dos Programas Acadêmicos;</li> <li>● Criar e implementar um fórum permanente de debates do ensino de graduação;</li> <li>● Orientar e recepcionar os alunos calouros por Centro;</li> <li>● Realizar cursos semestrais de capacitação em Libras e Braille;</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Realizar políticas de inclusão para aumentar o acesso a UFRB do estudante com necessidades especiais;</li> <li>● Reestruturar o estágio curricular.</li> </ul>
<b>Na pós-graduação e pesquisa</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Aumentar o número de cursos de mestrado;</li> <li>● Aumentar o número de cursos de doutorado;</li> <li>● Criar cursos de especialização;</li> <li>● Aumentar o número de vagas dos cursos de mestrado;</li> <li>● Aumentar o número de vagas dos cursos de doutorado;</li> <li>● Aumentar o número de alunos matriculados nos cursos de mestrado;</li> <li>● Aumentar o número de alunos matriculados nos cursos de doutorado;</li> <li>● Aumentar o número de titulados nos cursos de mestrado;</li> <li>● Aumentar o número de titulados nos cursos de doutorado;</li> <li>● Realizar um diagnóstico dos cursos de pós-graduação;</li> <li>● Divulgar as dissertações e teses defendidas;</li> <li>● Identificar instituições para oferecer cursos MINTER e DINTER;</li> <li>● Identificar instituições em associação para criar cursos de mestrado e/ou doutorado nos moldes institucionalizados pela CAPES;</li> <li>● Implantar um sistema de auto-avaliação nos cursos de pós-graduação lato sensu;</li> <li>● Aumentar o número dos grupos de pesquisa da instituição;</li> <li>● Aumentar o número de publicações em periódicos nacionais qualificados;</li> <li>● Aumentar o número de publicações em periódicos internacionais qualificados;</li> <li>● Aumentar o número de livros publicados.</li> </ul>
<b>Na extensão</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Aumentar projetos em parceria com órgãos públicos;</li> <li>● Aumentar projetos em parceria com empresas privadas;</li> <li>● Aumentar projetos em parceria com organizações sociais;</li> <li>● Aumentar projetos em parceria com organizações artístico-culturais;</li> <li>● Aumentar os cursos de extensão presenciais;</li> <li>● Incentivar a criação de cursos de extensão a distância;</li> <li>● Aumentar o número de professores, técnicos e alunos desenvolvendo atividades de extensão;</li> <li>● Aumentar o número de alunos com bolsas de extensão;</li> <li>● Instalar incubadoras de empresas nos campi;</li> <li>● Instalar incubadoras de empreendimentos solidários nos campi;</li> <li>● Criar núcleos de extensão;</li> <li>● Aumentar o número de pessoas diretamente atendidas pelas atividades de extensão;</li> <li>● Criar e implementar um fórum permanente de debates dos projetos de extensão;</li> <li>● Incrementar a inclusão da extensão como componente curricular dos Projetos Políticos Pedagógicos que promovam a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão;</li> <li>● Implantar um sistema de avaliação integrado da PROEXT e dos Centros.</li> </ul>
<b>Ações para o acesso e permanência</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Fomento a EAD – ensino a distância;</li> <li>● Favorecer a mobilidade intra e interinstitucional a fim de promover a internacionalização da universidade;</li> <li>● Desenvolvimento de mecanismos que possibilitem o acesso e a permanência dos alunos na instituição, sobretudo os de baixa renda;</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Favorecer o acesso as pessoas com necessidades especiais;</li> <li>• Expandir os cursos de formação de professores com vistas favorecer as comunidades, sobretudo as rurais;</li> <li>• Favorecer a troca de conhecimentos através do Programa Conexão dos Saberes, com os moradores dos espaços populares.</li> </ul>
--	---

Figura 5.41. Perspectivas Principais da Ufrb. Fonte: Plano de Desenvolvimento Institucional 2010-2014. Elaborado por Marialda Brito. Lab. de Geoprocessamento - DG/Uesb, 2013.

- O planejamento futuro da Univasf no ensino, pesquisa e extensão.

A Univasf com sede em Petrolina-Pernambuco mantém dois campi na Bahia e através deles dar margem a seu propósito de levar o ensino superior e almeja com eles, sobretudo ampliar o número de cursos e conseqüentemente vagas na graduação e pós-graduação, incentivar e apoiar as linhas de pesquisas e construir programas de extensão e de apoio a comunidade, além de é claro, assim como as outras universidades promover o acesso e a permanência do estudante nas universidades, conforme segue no quadro da Figura 5.42, a seguir:

PRINCIPAIS PERSPECTIVAS DA UNIVASF (PDI 2009-2014)	
<b>Missão</b>	Ministrar ensino superior, desenvolver pesquisas nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária na região do semi árido nordestino.
<b>Objetivos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Atender a missão institucional de ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária, caracterizando sua inserção regional mediante atuação multicampi no semiárido brasileiro, reduzindo as desigualdades sociais e científicas em nível regional e nacional;</li> <li>• Desenvolver e disseminar, com padrão de excelência, o conhecimento científico, tecnológico, cultural e artístico;</li> <li>• Promover a interdisciplinaridade e a multidisciplinaridade nas atividades de ensino, pesquisa e extensão de forma a buscar soluções criativas para a convivência e desenvolvimento do semiárido;</li> <li>• Expandir a oferta de cursos e número de vagas no ensino, em nível de graduação e pós-graduação, considerando estudos de demanda, o retorno social e o desenvolvimento regional, condicionada à disponibilidade de recursos;</li> <li>• Viabilizar cursos de pós-graduação para o corpo técnico administrativo, com fins à qualificação dos recursos humanos no desenvolvimento e atendimento das atividades administrativas e de apoio acadêmico;</li> <li>• Promover a qualificação dos docentes, visando à melhoria do processo ensino-aprendizagem e da produção tecnológica, científica e artística;</li> <li>• Buscar otimizar os modelos administrativos, visando eficiência e transparência no atendimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, de forma a promover agilidade na resposta às demandas da sociedade;</li> <li>• Ampliar o acesso e estimular a sua permanência na Universidade de grupos sociais historicamente excluídos;</li> <li>• Promover o desenvolvimento de políticas que permitam a inserção e permanência de pessoas com deficiência no ensino superior;</li> <li>• Desenvolver sistemas de informação e avaliação das atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão acadêmica, de forma a gerar e aperfeiçoar os indicadores de qualidade da instituição;</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Contribuir para a redução das desigualdades social, econômica e científica da região de abrangência por meio do desenvolvimento de tecnologias apropriadas para a convivência com o semiárido.</li> </ul>
<b>Na Graduação</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ampliar a oferta de vagas na Univasf;</li> <li>• Promover o aumento anual do número de mestres e de doutores formados no sistema nacional de pós-graduação, visando estimular o desenvolvimento de recursos humanos para produção e difusão de conhecimento em articulação com o ensino de graduação, em conformidade com meta estabelecida pelo PNE – Plano Nacional de Educação;</li> <li>• Promover a autonomia universitária nos termos constitucionais, vinculando à democracia interna, baseada na tomada de decisões por órgãos colegiados representativos e no controle social mediante mecanismos abertos de prestação de contas e de avaliação institucional;</li> <li>• Planejar e incentivar a oferta de cursos e vagas em áreas de conhecimento que melhor respondam às necessidades do projeto regional de desenvolvimento;</li> <li>• Estabelecer mecanismos e critérios que superem os limites do atual processo de seleção e considerem a possibilidade de novas formas de acesso ao ensino superior, em especial para negros e estudantes egressos da escola pública. Tal medida deve-se fazer acompanhar, quando necessário, de programas de nivelamento de conhecimento sob a responsabilidade da universidade;</li> <li>• Estabelecer medidas com vistas a reduzir a evasão escolar, nos seus cursos;</li> <li>• Implantar de forma progressiva, após capacitação do seu corpo docente, uma rede local de ensino superior à distância, com exigente padrão de qualidade;</li> <li>• Ampliar os programas de iniciação científica e de iniciação à docência e à extensão;</li> <li>• Implementar programas de incentivo à educação básica cultura e artes na universidade;</li> <li>• Criar condições para que os hospitais sob a responsabilidade da universidade, integrem suas atividades acadêmicas de ensino e pesquisa e extensão com as necessidades da população;</li> <li>• Envolver a universidade na formação e qualificação profissional dos trabalhadores urbanos e do campo;</li> <li>• Envolver a universidade nos programas de apoio e difusão tecnológica às micros, pequenas e médias empresas.</li> </ul>
<b>Na pesquisa e pós-graduação</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apoiar todos os docentes recentemente pós-graduados, visando a estimular o início de suas atividades de pesquisa na Univasf;</li> <li>• Divulgar as linhas de pesquisas existentes na universidade, estimulando a interação e a elaboração de projetos inter e transdisciplinares entre os grupos de pesquisa.</li> <li>• Incentivar a criação de cursos de especialização lato sensu gratuitos, com permanente avaliação de sua qualidade;</li> <li>• Incentivar a criação de novos cursos de pós-graduação stricto sensu;</li> <li>• Garantir a manutenção e expansão do Programa de Bolsas de Iniciação Científica;</li> <li>• Incentivar a capacitação dos docentes e técnico-administrativos conforme estabelecido no Plano Institucional de Formação de Quadros Docentes (Planfor) e no Programa de Capacitação e Aperfeiçoamento do Pessoal Técnico-Administrativos (PCA);</li> <li>• Apoiar a elaboração de trabalhos científicos com vista a estimular o docente a divulgar os resultados dos seus trabalho sem periódicos indexados e de impacto;</li> <li>• Levantar, cadastrar e acompanhar as atividades de pesquisa em efetivo andamento na instituição, objetivando orientar a captação de recursos financeiros das agências de fomento e de outras fontes de financiamento;</li> <li>• Apoiar os cursos de pós-graduação em andamento, buscando a melhoria de sua conceituação na Capes e consolidação na formação de recursos humanos, no aumento da produção e divulgação científica e tecnológica;</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apoiar todos os programas de pós-graduação em fase de estruturação, buscando inclusive, colaboração de outras instituições de ensino e pesquisa.</li> <li>• Aumentar a visibilidade das pesquisas realizadas na universidade por meio de uma sólida política de comunicação, visando ampliar a participação nos programas federais, estaduais e municipais de financiamento e apoio a programas e projetos de pesquisa.</li> <li>• Criar um núcleo de apoio a registros de patentes e de direitos autorais para produtos científicos, artísticos, tecnológicos e culturais.</li> </ul>
<b>Na extensão</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Priorizar o uso de metodologias participativas, que favoreçam o diálogo entre pesquisados e pesquisadores, visando às transformações sociais como critério na avaliação e seleção de projetos;</li> <li>• Adotar um conceito de aula que compreenda todos os espaços fora e dentro da universidade onde ocorre o processo histórico-social e se expressa um conteúdo multi, inter e transdisciplinar, como exigência da prática;</li> <li>• Implantar o estágio curricular como espaço determinante da prática profissional, da consciência social e do compromisso político acadêmico, integrado a projetos dos colegiados acadêmicos e a temática curricular e sendo computado para a integralização do currículo de docentes e discentes;</li> <li>• Valorizar programas interinstitucionais sob a forma de consórcios, redes ou parcerias e intercâmbios de solidariedade internacional;</li> <li>• Desenvolver projetos em parceria com órgãos federais, estaduais, municipais e Organizações não Governamentais, voltados para a formação e reorientação profissional, qualificação para o trabalho e capacitação de gestores de políticas públicas;</li> <li>• Construir por meio de programas, atividades e projetos, a abertura do campus para a população, implantando o conceito de Universidade Aberta, permitindo o uso do campus enquanto locus de vivências culturais, esportivas, políticas e sociais e possibilitando o fluxo de saberes e a inserção social da universidade;</li> <li>• Desenvolver projetos com todos os movimentos sociais que visem a superação das desigualdades e segregações sócio-espaciais, políticas, econômicas e culturais.</li> </ul>
<b>Ações para o acesso e permanência</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desenvolvimento de mecanismos que possibilitem o acesso e a permanência dos alunos na instituição;</li> <li>• Favorecer a organização estudantil;</li> <li>• Acompanhar os egressos.</li> </ul>

Figura 5.40. Perspectivas Principais da Univasf. Fonte: Plano de Desenvolvimento Institucional 2010-2014. Elaborado por Marialda Brito. Lab. de Geoprocessamento - DG/Uesb, 2013.

De todos estes quadros resumos de exposições das missões, objetivos, ações na graduação, pós-graduação, pesquisa, extensão e políticas de acesso, alguns aspectos são, na maioria, comuns ao que estas instituições baianas planejam para o seu futuro, a saber:

- As universidades pretendem aumentar o número de cursos de graduação, além de reestruturar os já existentes e assim possibilitarem mais oferta de vagas;
- Também na pós-graduação a meta é o aumento de cursos e possibilitar o acesso aos mesmos aos docentes, funcionários e formandos de uma maneira geral;

- Na pesquisa, a idéia é não só favorecer as linhas já existentes, como proporcionar que mais pesquisas sejam elaboradas no âmbito da universidade;
- Na extensão, as universidades pretendem criar sempre projetos que atendem em primeira instância as suas demandas e necessidades locais;
- As universidades da Bahia se preocupam com a sua estrutura física e administrativa interna que possibilite o seu bom funcionamento;
- A grande maioria das universidades baianas está no formato multicampi com extensões em outros municípios fora da unidade sede administrativa e entendem ser este necessário principalmente para alcançar mais áreas com o ensino superior;
- Estas instâncias se preocupam em manter-se em contato direto com as comunidades onde estão localizadas, com vistas a trabalharem academicamente e administrativamente mediante o contexto regional;
- Nas suas políticas de acesso estas universidades querem proporcionar não só o acesso dos alunos a universidades, mas também garantir sua permanência na mesma;
- As universidades querem cada vez mais ampliar o ensino a distância como forma de alcançar áreas cada vez mais distantes e carentes de ensino superior;
- As universidades baianas também querem se internacionalizar; estabelecer vínculos de câmbio de conhecimentos com universidades internacionais, principalmente aquelas cujos países têm idioma originado na língua portuguesa;
- As universidades públicas baianas querem se tornar centros de referência e disseminação do conhecimento;
- As universidades públicas na Bahia almejam contribuir para diminuir as desigualdades sociais em meio as intensas carências regionais.

Aqui poderia haver uma longa lista de pretensões destas universidades baianas, que no conjunto querem progressivamente melhorar suas ações acadêmicas nas suas regiões de atuação dentro do ideal de um ensino superior socialmente comprometido.

Com respeito a expansão física, além das universidades já possuírem seus projetos internos infraestruturais, no plano da criação de novas universidades públicas, foi lançada uma proposta de avanço e interiorização do ensino superior federal no país, uma vez até então, a já conhecida política de interiorização do ensino superior estadual, vem dar lugar também a esta nossa premissa política empreendida a área da educação superior no país.

É o chamado programa de Expansão, Excelência e Internacionalização das Universidades Federais no país da Andifes (Associação Nacional dos Dirigentes das Universidades Federais de Ensino Superior) apresentada do governo federal cuja meta é dobrar o número de alunos nestas instituições, com prioridade para o ensino noturno, a formação de professores para o ensino básico e superar as desigualdades regionais através do ensino superior.

A Andifes é uma organização criada há mais de vinte anos e dentre todos os argumentos que a mesma apresenta na sua proposta para justificar a implantação de mais universidades no país e mediante os anseios do que foi visto pelas universidades baianas expostos até aqui e que não são diferentes das universidades do restante do país, o citado documento da Andifes, coloca que:

A expansão das universidades federais deve estar associada a reestruturações acadêmicas e curriculares que proporcionem maior mobilidade estudantil, trajetórias de formação flexíveis, redução das taxas de evasão, utilização adequada dos recursos humanos e materiais no sentido de consolidar, aperfeiçoar e melhorar a qualidade da educação superior, bem como proporcionar aos estudantes formação multi e interdisciplinares, formação humanista e desenvolvimento do espírito crítico. Em um mundo no qual a ciência não tem fronteiras, a universidade brasileira, em especial as federais, deve dialogar e interagir com suas congêneres de melhor qualidade em todos os países.

A partir do que vem exposto pelo site do Mec, a proposta para o período do ano vigente até o próximo, no caso do Brasil, o que se pretende para o caso do Brasil, está expresso nos mapas da Figura 5.43 seguinte:

Na programação se ver várias universidades, em um total de 27, a serem implantadas nas várias regiões do país, mas numericamente ocorrente na região nordeste. E seguindo a tendência do modelo de universidade brasileira em multicampi, uma parte delas vem neste formato como o caso da programada UNFESSPA (Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, no estado do Pará e com 5 campus, a UFRC (Universidade Federal do Cariri) no estado do Ceará e com 5 campus, a UFOBA (Universidade Federal do Oeste da Bahia) na Bahia e com 4 campus e a UFESBA (Universidade Federal do Sul da Bahia) também na Bahia com 3 campus.

## Expansão das Universidades Federais no Brasil para o período 2013-2014

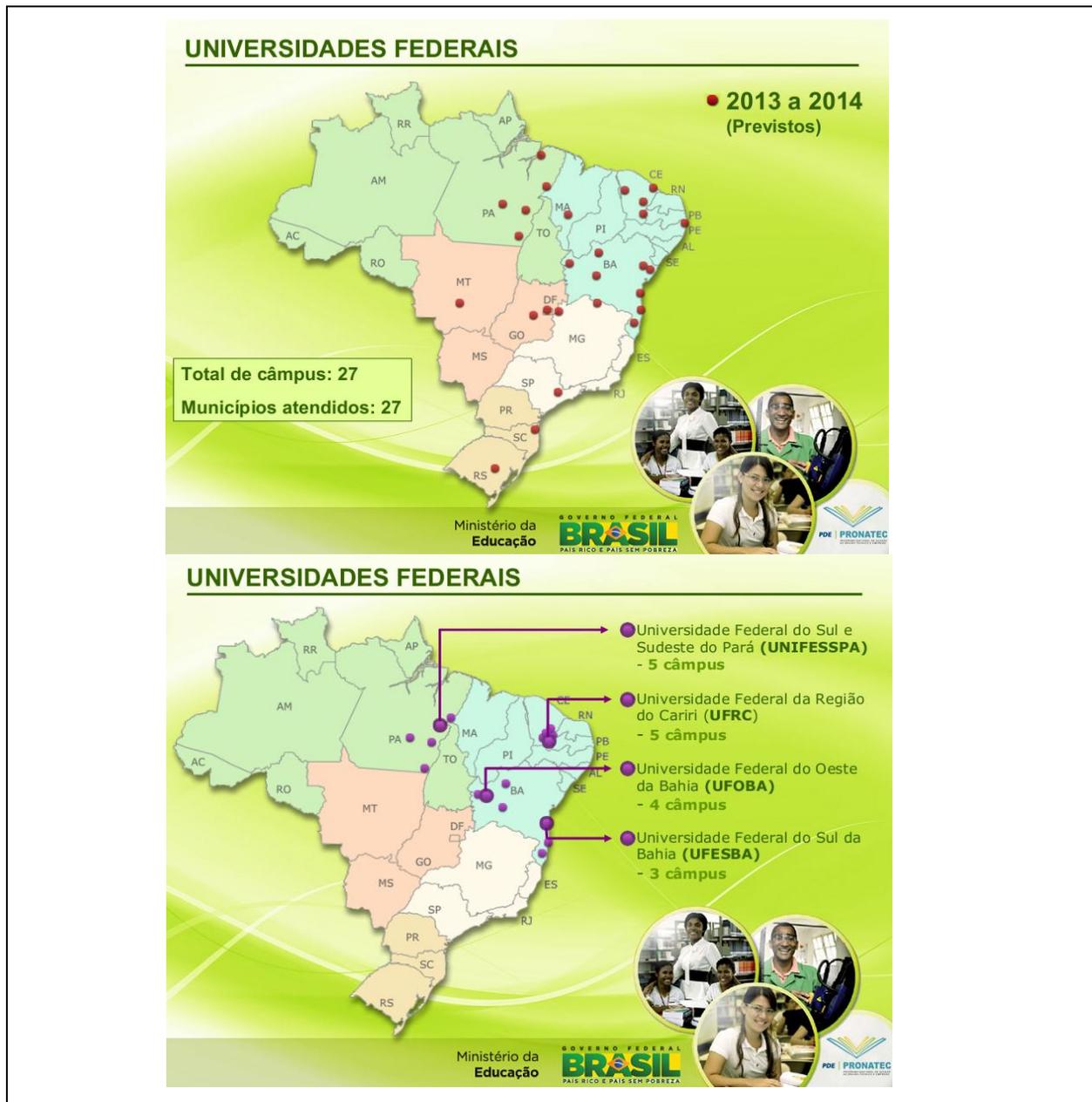


Figura 5.43. Expansão física das universidades federais no Brasil para o período de 2013-2014. Fonte: Expansão das Universidades Federais no Brasil. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/expansao/imagens/APRESENTACAO\\_EXPANSAO\\_EDUCACAO\\_SUPERIOR14.pdf](http://portal.mec.gov.br/expansao/imagens/APRESENTACAO_EXPANSAO_EDUCACAO_SUPERIOR14.pdf) Acesso em mai.2013.

Deste modo no estado da Bahia dentro deste programa as universidades federais em implantação e a serem implantadas podem ser vislumbradas no mapa da Figura 5.44 a seguir:

## Universidades Federais Futuras na Bahia

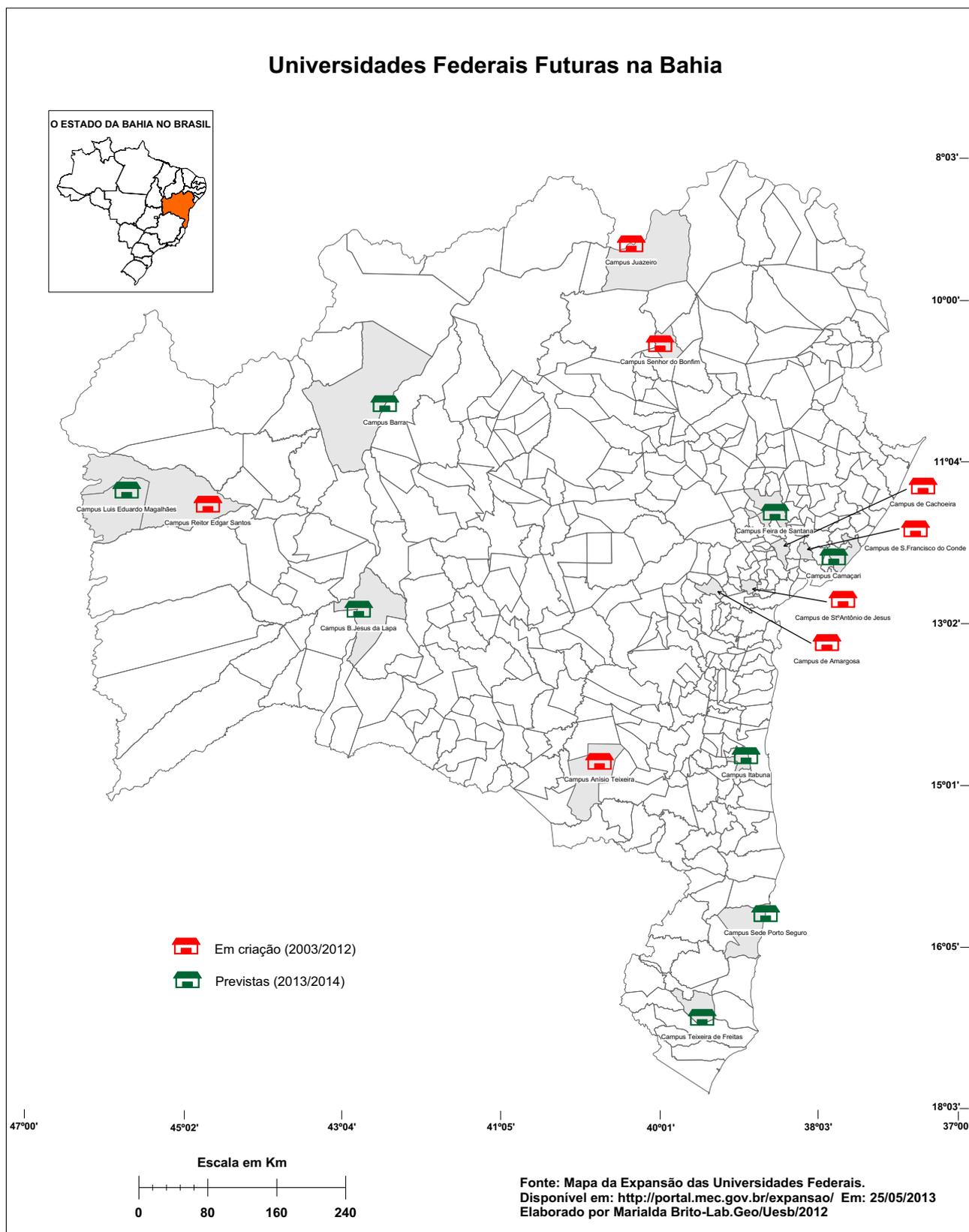


Figura 5.44. Universidades Federais futuras na Bahia. Fonte: Expansão da Educação Superior e Tecnológica e Profissional. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/expansao/> Em: 25/05/2013. Elaborado por Marialda Brito. Lab. De Geoprocessamento –DG/Uesb, 2013

A Bahia será então agraciada com universidades federais que contemplam várias porções do seu território, desde a zona litorânea até a parte mais interior do estado. São áreas com ocorrências de outras universidades conforme se tem verificado, mas que receberá mais unidades, o que de certo, por outra via, tem como propósito contemplar um dos principais anseios demonstrados pelas universidades baianas atuais, que é o aumento da oferta de vagas, mostrando portanto que há de fato uma carência por ensino superior público no estado, e estas novas instituições poderão contribuir para minimizar esta real demanda.

Uma modalidade de educação superior que vem tomando espaço no contexto brasileiro e também na Bahia é hoje representada pelo ensino a distância – EAD e a partir dele o governo federal cria a chamada UAD – Universidade Aberta do Brasil desde o ano de 2006 e que tem sido uma das linhas de ações a ser seguida por muitas instituições de ensino superior.

A UAD pressupõe também que a instituição se agregue as chamadas TIC's – tecnologias da informação, uma vez que esta modalidade de ensino está aliada ao uso intenso de tecnologias que possibilitam muitas pessoas de cursarem o nível superior sem se deslocarem das suas áreas de origem, principalmente para aqueles que só podem frequentar cursos noturnos o que torna mais difícil esta mobilidade.

Deste modo a UAD não é uma universidade física, mas pode-se dizer virtual, do ponto de vista do formato, mas obviamente requer os recursos tecnológicos, metodológicos e curriculares apropriados para existir concretamente. As UAD's funcionam no Brasil através de diversos pólos instalados em vários estados, oferecendo diversos cursos.

Na Bahia, as universidades públicas firmaram um consórcio entre si com participação de algumas particulares no intuito e fortalecer as diretrizes de funcionamento desta modalidade de ensino no estado, conforme se comenta em Santos (2011), a seguir:

Em suma, a criação do Consórcio firmado entre as Instituições de Ensino Superior públicas surgiu com o propósito de consolidar a política de formação e a cultura tecnológica no âmbito do Estado da Bahia, além de discutir, refletir e aprofundar cientificamente questões ligadas ao ensino à distância, "indo além da mera transposição dos cursos presenciais para os ambientes de EAD, propondo novas metodologias e tecnologias que subsidiem as práticas pedagógicas na modalidade a distância, e que repercutam também no ensino presencial". (CONSÓRCIO BAHIA)

Deste modo na Bahia, a UAD, só vem de fato a contribuir ainda mais para a oferta

e acesso o ensino superior sobretudo para aqueles que tem na mobilidade e no trabalho diurno empecilhos reais de freqüentar este nível educacional.

Aqui ainda mais reforçado pela participação das instituições públicas no estado, a UAD acaba atingindo várias pessoas de camadas sociais menos favorecidas e portanto contribuindo, dentre as metas das universidades baianas, para minimizar os efeitos das condições sócio-econômicas, muitas vezes desfavoráveis, na qualidade de vida da população baiana.

De todo modo o futuro das universidades públicas baianas dentre várias questões, tem muito desafios a serem vencidos sobretudo quando se verificam os vários fatores que tem influenciado historicamente sua existência, tanto do ponto de vista do espaço brasileiro quanto do próprio estado baiano, de acordo o que será averiguado no bloco seguinte.